



ADITAMENTO

AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DA
FONT SALEM PORTUGAL S.A



ÍNDICE GERAL

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO	2
3.2 I. DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	1
3.2.1 Descrição das alterações	1
3.3 II. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE AFETADO PELO PROJETO.....	26
3.3.1 17 ao 22. Ordenamento do território.....	26
3.3.2 23 a 26 Recursos Hídricos.....	51
3.3.3 27 Ruído.....	54
3.3.4 28 Qualidade do Ar.....	55
3.3.5 30 e 31 Gestão de Resíduos.....	60
3.3.6 32 e 33 Saúde Humana.....	66
3.4 III. AVALIAÇÃO DOS POTENCIAIS IMPACTES DO PROJETO	68
3.4.1 34 ao 36 Ordenamento do território.....	68
3.4.2 37 e 38 Recursos Hídricos.....	74
3.4.3 39 e 40 Ruído	75
3.4.4 41,42 e 43 Qualidade do Ar.....	79
3.4.5 44 e 45 Saúde Humana.....	83
3.4.6 46.Alterações Climáticas.....	84
3.4.7 47,48,49,50, 51 Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP).....	89
3.4.8 52 No âmbito do regime Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE):	92
3.5 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E PLANOS DE MONITORIZAÇÃO	93
3.5.1 Recursos hídricos	93
3.5.2 Ruído.....	94
3.5.3 Qualidade do ar	94
3.5.4 Gestão de Resíduos	95
ANEXOS.....	97
Anexo I. Licenças.....	97
Anexo II.Planta de implantação licenciamentos.....	97
Anexo III. Planta geral distâncias	97
Anexo IV. Relatório Técnico	97



Anexo V.Planta em shapefile	97
Anexo VI. Extrato de cartas do PDM	97
Anexo VII. Carpa 4 e Laje de Depósito de Vidros e Barris	97
Anexo VIII. Construção do Armazém 5 e 6.....	97
Anexo IX. Descarga de águas pluviais	97
Anexo X.Procedimento Resíduos.....	97
Anexo XI. Plano gestão resíduos de obra.....	97
Anexo XII. Manual de prevenção e coordenação atividades.....	97
Anexo XIII. Planta de parque de resíduos	97
Anexo XIV. Saúde Humana	97
Anexo XV. Alterações Climáticas.....	97
Anexo XVI. Ruído	97
Anexo XVII. Documentos traduzidos.....	97
Anexo XVIII. Desenhos Técnicos Chaminés.....	97
Anexo XIX. Relatório Síntese equipamentos desativados.....	97
Anexo XX. Necessidade de Relatório Base	97
Anexo XXI. TEGEE- Diagrama de Fluxos	97
Anexo XXII. TEGEE- Formulário	97
Anexo XXIII. Recursos Hídricos	97

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Planta com intervenções que constituem o projeto a azul.....	6
Figura 2 - Adega de Fermentação e guarda com os novos tanques.	8
Figura 3 – Localização da nova linha de filtração cerveja.	9
Figura 4 –Localização dos novos Tanques de BBT e pavimentação de zona para resíduos.....	10
Figura 5 - Planta da área produtiva após as principais alterações do Processo Cervejeiro	12
Figura 6 - Planta da área produtiva com indicação das principais alterações.	12
Figura 7 – ETARI com as ampliações.	14
Figura 8- De e Para Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra, sentido norte.	18
Figura 9- De e Para Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra, sentido Sul.....	18
Figura 10 . De e Para : Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: N3 – sentido norte.	18
Figura 11 . De e Para : Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: N3 – sentido sul.....	18
Figura 12- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta da Unidades Territoriais do PROT OVT.....	33
Figura 13- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta Modelo Territorial do PROT OVT.....	35
Figura 14- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta de Riscos do PROT OVT	36
Figura 15- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta da Estrutura Ecológica de Proteção e Valorização Ambiental do PROT OVT.	37
Figura 16- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta da Estrutura Ecológica de Proteção e Valorização Ambiental do PROT OVT	37
Figura 17 - Planta com intervenções que constituem o projeto a azul.....	39
Figura 18 - Extrato da Planta de Ordenamento – Concelho (s/ escala).	40
Figura 19 - Extrato da Planta de Ordenamento – Cidade (s/ escala).	41
Figura 20 - Extrato da Planta de Condicionantes – Concelho (s/ escala).	41
Figura 21 – – Extrato da Carta Condicionantes – RAN e REN do PDM de Santarém – Cidade.....	42
Figura 22 – Extrato da Carta Condicionantes - REN do PDM de Santarém – Concelho.	43
Figura 23 – – Extrato da Carta Condicionantes – RAN do PDM de Santarém – Concelho.	43
Figura 24 – – Extrato da REN Carta de REN de Santarém (adaptada).....	49
Figura 25 - Planta com intervenções que constituem o projeto a azul.....	49
Figura 26. Identificação das áreas urbanas e atividades humanas existentes na envolvente do projeto	58
Figura 27 - Área do parque dos resíduos antes da intervenção.....	65
Figura 28 - Área do parque dos resíduos após a intervenção.	65
Figura 29 - clínicas médicas no concelho de Santarém.....	67
Figura 30 – Planta de equipamentos ruidosos.....	78

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das alterações do projeto em apreciação	2
Tabela 2 – Síntese cronológicas das licenças e das respetivas alterações e estado face à avaliação de impacto ambiental	1
Tabela 3 – Comparação entre a situação existente e após projeto referente às áreas, pisos e n.º de lugares de estacionamento.....	2
Tabela 4 – Comparação da área de impermeabilização não coberta entre a situação existente e após projeto ..	2
Tabela 5 – Comparação da área entre a situação existente antes do projeto de ampliação e após projeto	3
Tabela 6 – Alterações na volumetria resultantes da construção do Edifício da Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) Estação de Tratamento de Águas (ETA).....	3
Tabela 7 – Alterações na Volumetria e Altura resultantes da instalação das carpas.....	3
Tabela 8 – Descrição das alterações	7
Tabela 9 – Caldeiras (Atuais e após ampliação).	11
Tabela 10 – Listagem dos principais equipamentos a instalar	15
Tabela 11 – Caracterização da operação de cargas e descargas de matéria-prima e produto final e regimes de funcionamento	17
Tabela 12 – Caracterização dos percursos associados aos diversos tipos de movimentação quanto aos volumes de tráfego, características de circulação e características da envolvente	19
Tabela 13 – Comparação área impermeabilizada não coberta entre situação existente e após ampliação	20
Tabela 14 – Comparação área impermeabilizada entre situação existente e após ampliação	20
Tabela 15 – Número de captações e volume estimado de água a captar	21
Tabela 16 – Valores máximos de captação por furo	21
Tabela 17 – Valores médios anuais da caracterização qualitativa do efluente bruto	23
Tabela 18 – Caracterização quantitativa do Efluente Bruto e do efluente após tratamento na ETARI	23
Tabela 19 – Valores médios anuais da caracterização qualitativa dos efluentes após tratamento na ETARI	24
Tabela 20 – Caracterização da operação de cargas e descargas de matéria-prima e produto final e regimes de funcionamento	47
Tabela 21 – Caracterização da qualidade da água das linhas de água a montante e a jusante do separador de hidrocarbonetos.....	51
Tabela 21 – Caracterização de referência à qualidade das águas subterrâneas à boca do furo 4	52
Tabela 22 - Consumos energéticos e dióxido de carbono emitido para a produção de energia	56
Tabela 23 - Estimativa de emissão anual de poluentes atmosféricos.....	57
Tabela 24 - Características dos Parques de Resíduos da instalação	61
Tabela 25 – Caracterização da operação de cargas e descargas de matéria-prima e produto final e regimes de funcionamento	71
Tabela 26 – Listagem dos principais equipamentos a instalar	76

Tabela 27 - Estimativa da produção anual de poluentes, após a ampliação da fábrica.....	80
Tabela 28 - Consumos energéticos e dióxido de carbono emitido para a produção de energia	81

(página propositadamente em branco)

1. INTRODUÇÃO.

No contexto do processo de licenciamento único de ambiente do estabelecimento FONT SALEM PORTUGAL S.A. (daqui em diante designada FSP), o presente documento vem fornecer elementos adicionais e prestar esclarecimentos, dando cumprimento ao solicitado pela Agência Portuguesa do Ambiente, através do Ofício com referência PL20190716001035 disponibilizado na plataforma do SILiAmb.

Os esclarecimentos prestados e os elementos adicionais fornecidos estão sistematizados pela ordem em que são solicitados no Ofício supracitado.

2. ESTRUTURA DOCUMENTAL.

Os esclarecimentos e elementos adicionais solicitados são apresentados numa estrutura documental suportada pelo presente dossier.

O presente documento assume uma estrutura base onde se identificam os seguintes capítulos:

- 1.Introdução
- 2. Estrutura documental
- 3. Esclarecimentos e elementos adicionais
- Anexos

Os Anexos compreendem documentação de suporte à informação expressa no presente dossier.

3. ESCLARECIMENTOS E ELEMENTOS ADICIONAIS.

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO

Apresenta-se de seguida o resumo as alterações que serão apreciadas em sede de Avaliação de Impacte Ambiental. É de referir que as alterações indicadas foram submetidas de forma avulsa e em diferentes datas junto da Câmara Municipal de Santarém, tendo a apreciação dos processos sido efetuada de forma independente.

Tabela 1 – Descrição das alterações do projeto em apreciação

Ano	Descrição Projectos Parciais	Descrições das alterações
2018	A. Ampliação do Processo Cervejeiro Zona Produtiva	<u>ALTERAÇÃO DO FABRICO ZONA PRODUTIVA</u> 1. Instalação de um silo para cevada – Zona 201 2. Instalação de mais uma caldeira de maceração -Zona 202 – Cozimento 3. Ampliação da adega de fermentação e Guarda (Zona 203) e realocização do parque de resíduos com: i. Instalação de mais 8 depósitos de fermentação ii. Conversão de 5 depósitos fermentação para armazenamento iii. Instalação de mais 6 tanques BBT (Bright Beer Tank) iv. Alteração do parque de resíduos 4. Instalação de mais 1 Sistema de filtração (Zona 204 – Filtração) 5. Instalação de 2 tanques na câmara de refrigeração, de 775 hl cada. -. (Zona 205) <u>ENCHIMENTO:</u> 6. Instalação de Nova linha de enchimento para vidro (com opção para garrafas de litro, 20-25 e 33cls) 7. Remodelação da L93 para alcançar 60.000 latas/h 8. Instalação de novo CIP (clean in place - sistema de limpeza em circuito fechado) <u>ENERGIA:</u> 9. Ampliação /remodelação das instalações frigoríficas (instalação de novos compressores) 10. Ampliação da sala de ar comprimido (instalação de mais 1 compressor) 11. Renovação da sala da caldeira (Substituição de duas caldeiras por novas). 12. Substituição da estação de recuperação de CO2 13. Melhoria da Central de Água Glicolada <u>Captação de Água</u> 14. Realização de um furo de água
2018	B. Carpa 4 e Laje Barris /vidro	<u>ARMAZENAMENTO E CAIS DE CARGA E DESCARGA:</u> 15. Instalação de estruturas amovíveis para armazenamento – Carpa 4 (Já construída a data do EIA) 16. Laje de barris/ vidro (prevista no projeto carpa 4) 17. Instalação de novos cais de carga e descarga (já construído a data do EIA)

Ano	Descrição Projectos Parciais	Descrições das alterações
2018	C. <u>Carpa 5 e 6 e Laje</u>	<u>ARMAZENAMENTO E CAIS DE CARGA E DESCARGA:</u> 18. Instalação de estruturas amovíveis para armazenamento – Carpa 5 e 6. 19. Instalação de novos cais de carga e descarga
2018	D. <u>Parque estacionamento pesados</u>	<u>ESTACIONAMENTO</u> 20. Parque de estacionamento de Pesados (incluindo instalação de separador de hidrocarbonetos)
2018	E. <u>Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) Estação de Tratamento de Águas (ETA)</u>	21. Construção de edifício da estação de tratamento de água e reforço de equipamentos.
2018	F. <u>Ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI)</u>	22. Ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI)



3.2 I. DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.2.1 DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES

“1. Apresentar cópias das licenças municipais emitidas (alvarás) relativamente aos vários elementos/edificações existentes no terreno (com a respetiva correspondência em planta a escala adequada) e assegurar que os licenciamentos ocorridos suportam o projeto em avaliação (ampliação).”

RESPOSTA

No **Anexo I – Licenças**, apresenta-se cópias das licenças relativas aos vários elementos/edificações existentes no terreno. Na Tabela 2 apresenta-se síntese das licenças.

No **Anexo II – Planta de implantação licenciamentos**, apresenta-se planta de implantação com identificação dos licenciamentos relativos a todos os elementos/edificações existentes.

Tabela 2 – Síntese cronológicas das licenças e das respetivas alterações e estado face à avaliação de impacte ambiental

Ano	Estado a data do IEA	Comunicações	Designação Projecto	Descrições das alterações	Licenciamento Municipal			Licenciamento Industrial (SIR)	Licenciamento Único Ambiental (LUA)	Observações
					Processo	Licença construção/ Alvará construção	Licença Utilização	Licença de Exploração	Licença Ambiental (PCIP)	
2013	Concretizado	-	Ampliação 2013	Ampliação e modernização da instalação após aquisição pela Font Salem	--	--	--	Nº38464/2014-1	Nº483/0.0/2013	
2014 2015	Concretizado	-	Ampliação 2014	Foi aumentado o edifício de Enchimento em cerca de 4806m ² onde foi instalada mais uma linha de enchimento dedicada exclusivamente aos refrescos (L95 – de PET) e foi modernizada XAROPERIA com equipamentos novos. Foi impermeabilizada uma área do exterior ganhando assim capacidade de armazenamento de material,	1_2014_181	-	192/2016	--	-	--
2015	Concretizado	-	Aditamento à LA	Instalação de duas novas fontes Pontuais	-	-	-	-	1º aditamento a LA Nº483/0.0/2013	-
2015	Concretizado	-	Instalação carpa 1	A área impermeabilizada e referida acima foi posteriormente coberta com a CARPA 1 do tipo amovível. Aumentou-se desta forma a capacidade da Logística de produto de embalagem e produto acabado, com o objectivo de acompanhar a demanda dos refrescos.	05-2015_65	-	Comunicação de 26-08-2015	--	--	Falta renovação

Ano	Estado a data do IEA	Comunicações	Designação Projecto	Descrições das alterações	Licenciamento Municipal			Licenciamento Industrial (SIR)	Licenciamento Único Ambiental (LUA)	Observações
					Processo	Licença construção/ Alvará construção	Licença Utilização	Licença de Exploração	Licença Ambiental (PCIP)	
2016	Concretizado	-	Instalação depósito azoto	Com o aumento da produção de refrescos, novos clientes e novos mercados surgiram para a FSP. Neste sentido, a FSP passou de uma produção temporária de refrescos asséptico e não asséptico na L95, para uma produção continuada, para tal instalou-se mais uma linha para os refrescos asséptico, tendo ficado duas linhas para refrescos em PET a L95 e a L96. Entretanto, com as novas parcerias comerciais as linhas que anteriormente apenas enchiam cerveja foram adaptadas para enchimento de refrescos [L91 (barril) – cerveja e	1_2016_139	174/2018	-	-	-	-

Ano	Estado a data do IEA	Comunicações	Designação Projecto	Descrições das alterações	Licenciamento Municipal			Licenciamento Industrial (SIR)	Licenciamento Único Ambiental (LUA)	Observações
					Processo	Licença construção/ Alvará construção	Licença Utilização	Licença de Exploração	Licença Ambiental (PCIP)	
				refrescos, L92 (vidro) – cerveja e refrescos, L93 (lata) – cerveja e refrescos, L94 (lata)]. De referir ainda que as alterações efectuadas nas linhas de enchimento para encher refrescos e as alterações na XAROPERIA para permitir a alimentação de xarope a essas linhas, permitiram também engarrafar cidra, sangria ou outros derivados de vinho – apesar da produção deste tipo de produtos ser de quantidade quase residual. Ao nível processual este tipo de produto é recepcionado em cisterna já preparado e segue para as linhas de enchimento, ou seja, a FSP não fabrica propriamente este produto. Resumidamente, as seguintes linhas de enchimento com os seguintes formatos e características encontram-se em funcionamento: • L91 (BARRIL) – cerveja e refrescos • L92 (VIDRO) – cerveja e refrescos • L93 (LATA) – cerveja e refrescos • L94 (LATA) – cerveja e refrescos • L95 (PET) – refrescos • L96 (PET) – refrescos assépticos						

Ano	Estado a data do IEA	Comunicações	Designação Projecto	Descrições das alterações	Licenciamento Municipal			Licenciamento Industrial (SIR)	Licenciamento Único Ambiental (LUA)	Observações
					Processo	Licença construção/ Alvará construção	Licença Utilização	Licença de Exploração	Licença Ambiental (PCIP)	
2016	Concretizado	Ao IAPMEI Pedido nº2192 submetido em 18-04-2016 11:10:45	Comunicação alterações	Pedido de alteração à licença de exploração (licenciamento industrial, SIR): - para introdução dos seguintes códigos de atividade económica (CAE): (11030: Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos; 82922: outras atividades de embalagem; 46341 comércio por grosso de bebidas alcoólica); - para comunicação de ampliação das instalações, nomeadamente para armazenamento de matérias primas e produto acabado (CARPA 1); - para comunicação da instalação de mais uma linha de enchimento. Com este pedido de alteração foi efetuado um aumento da área coberta das instalações da FSP de 8.400 m².	-	-	192/2016	Informação/1059/2016/DPR-DPLS	Parecer APA SO50095-201609 DGLA.DEI	--
2017	Concretizado	-	Laje (futura carpa 2 e 3)	Para acompanhar o crescente aumento de produção foi necessário aumentar também a área de armazenamento quer do material de embalagem como de produto acabado com o objectivo de melhorar as condições de armazenamento, para tal foi construída uma laje impermeabilizada.	01_2017_020	99/2017	-	-	-	-
2017	Concretizado	-	Carpa 2 e 3	Na área impermeabilizada e referida acima foram instaladas mais duas carpas do tipo amovível (CARPA 2 e CARPA 3) fazendo aumentar a área associada à Logística.	01-2017_156	-	-	-	-	--

Ano	Estado a data do IEA	Comunicações	Designação Projecto	Descrições das alterações	Licenciamento Municipal			Licenciamento Industrial (SIR)	Licenciamento Único Ambiental (LUA)	Observações
					Processo	Licença construção/ Alvará construção	Licença Utilização	Licença de Exploração	Licença Ambiental (PCIP)	
2017	Concretizado	-	Captação de água (Furo)	O aumento de produção está directamente correlacionado com o consumo de água. Foi por isso necessário realizar a prospecção de mais um furo o que levou à existência de mais uma captação, permitindo também equilibrar o consumo deste recurso natural ao nível piezométrico.	-	-	-	-	-	Autorização de Utilização nºA015723.2 017.RH5A
2017	Concretizado	Comunicado no RAA 2017 (Relatório ambiental Anual)	Ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI)	No que diz respeito aos recursos hídricos e com o objectivo de eliminar a recepção do efluente bruto à instalação da ETARI foram instalados dois depósitos de homogeneização permitindo assim gerir melhor o respectivo tratamento	-	-	-	-	-	RAA 2017 / renovação da LRI (Título L014625.201 7.RH5A – referente à ETARI)
2018	Parcialmente concretizado		Ampliação do Processo Cervejeiro Zona Produtiva	Ver detalhe na Tabela 8 – Descrição das alterações	1_2018_073	274/2018	--	--	--	--
2018	Parcialmente concretizado		Carpa 4 e laje Barris /vidro	Ver detalhe na Tabela 8 – Descrição das alterações A carpa 4 já está construída. A laje de Barris/ vidro ainda não. É de referir que as carpas 2 3 e 4 são uma única estrutura, não havendo nenhuma divisão física entre cada carpa.	1_2018_244	40/2019	--	--	--	--

Ano	Estado a data do IEA	Comunicações	Designação Projecto	Descrições das alterações	Licenciamento Municipal			Licenciamento Industrial (SIR)	Licenciamento Único Ambiental (LUA)	Observações
					Processo	Licença construção/ Alvará construção	Licença Utilização	Licença de Exploração	Licença Ambiental (PCIP)	
2018	Incluído na avaliação AIA em análise		Laje e Carpa 5 e 6	Ver detalhe na Tabela 8 – Descrição das alterações É de referir que as carpas 5 e 6 são uma única estrutura, não havendo nenhuma divisão física entre cada carpa.	1_2018_270	341/2019	--	--	--	--
2018	Incluído na avaliação AIA em análise		Parque estacionamento pesados		1_2018_070	Parecer favorável, ainda sem alvará	--	--	--	--
2018	Incluído na avaliação AIA em análise		Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) Estação de Tratamento de Águas (ETA)	Ver detalhe na Tabela 8 – Descrição das alterações	16_2018_41	16_2018_41	--	--	--	--
2018	Incluído na avaliação AIA em análise		Ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI)	Ver detalhe na Tabela 8 – Descrição das alterações	1_2018_209	165/2019	--	--	--	Processo n.º: 450.10.04.01.010042.2018. RH5A

Legenda:

CARPA: Tenda amovível de armazenamento

“2. Apresentar em quadro-síntese os parâmetros urbanísticos da situação existente e da situação proposta (área de construção e área de implantação – incluindo a área das carpas-, área de impermeabilização,– incluindo das carpas e outros elementos -, n.º de pisos/altura das edificações/elementos, localização e n.º de lugares de estacionamento de ligeiros e pesados).”

RESPOSTA

Quadro Síntese dos parâmetros urbanísticos FSP

Segundo o definido no DL 555/99 artigo 2º alínea a) Edificação: a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência. Assim, por lapso foi referido que não existiam edificações, quando o que se pretendia referir é que não existiria construção de novos edifícios por se considerar que as carpas são estruturas amovíveis e a data do EIA já se encontrava construído o edifício da Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) | Estação de Tratamento de Águas (ETA). Desta forma o projeto possui edificações.

Os seguintes Locais | Edifícios não sofreram qualquer alteração na área ou volumetria:

- Edifícios administrativos;
- Edifício de enchimento;
- Zona de produção/fabricao;
- Armazém nº 1;
- Armazém produtos químicos.

O projeto prevê entre outras as seguintes alterações na área ou volumetria:

- A construção de um pavilhão para a Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) | Estação de Tratamento de Águas (ETA) (já **construído à data do EIA**);
- Instalação das CARPAS 4, 5 e 6, estruturas amovíveis para armazenamento. (**As CARPAS 1, 2 e 3 já se encontravam construídas à data do EIA**).
- Alteração de pequena dimensão do edifício da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI), com aumento da área impermeabilizada e instalação de tanques;

- Construção de um parque de estacionamento para pesados com um pequeno edifício para os motoristas.

As tabelas seguintes apresentam a comparação entre a situação existente antes do projeto de ampliação e após projeto.

Tabela 3 – Comparação entre a situação existente e após projeto referente às áreas, pisos e n.º de lugares de estacionamento

Locais	Situação existente ⁽¹⁾				Situação após ampliação			
	Área Coberta (m²)	Pisos	Nº lugares estacionamento Ligeiros	Nº lugares estacionamento Pesados	Área Coberta (m²)	Pisos	Nº lugares estacionamento Ligeiros	Nº lugares estacionamento Pesados
Edifício administrativo	1474,75	2	233	20	1474,75	2	233	90
Edifício de enchimento	26345,98	2			26345,98	2		
Zona de produção/fabricao	6166,07	R/C			6166,07	R/C		
Armazém nº 1	1730,43	R/C			1730,43	R/C		
Armazém produtos químicos	120	R/C			120	RC		
Edifício da Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) Estação de Tratamento de Águas (ETA)	-	R/C			168,60	R/C		
Edifício da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI)	138,20	R/C			184,85	R/C		
Silos e tanques	4304,02	--			4936,01	-		
Carpa 1	3658,05	R/C			3658,05	R/C		
Carpa 2 e 3	8526,79	R/C			8526,79	R/C		
Carpa 4	-	R/C			1505,00	R/C		
Carpa 5 e 6	-	R/C			9042,04	R/C		
Edifício de apoio aos motoristas no parque pesados	-	R/C			24,98	R/C		
Passarelas	510	R/C			510,00	-		
Total	52974,29				64393,55			

Nota:

⁽¹⁾ Os valores assumidos da situação existentes foram baseados em medições efetuadas nas plantas atuais. As áreas assumidas nesta análise são as áreas de implementação cobertas, no somatório incluíram-se os silos e tanques apesar de se considerar que estes são equipamentos.

ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO NÃO COBERTA ENTRE A SITUAÇÃO EXISTENTE E APÓS PROJETO

Tabela 4 – Comparação da área de impermeabilização não coberta entre a situação existente e após projeto

Locais Edifícios	Áreas Impermeabilizadas não Coberta (m²)	
	Situação existente	Situação após ampliação
Edifício da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI)	3709,75	5272,02
Carpa 4	-	1798,04
Carpa 5 e 6	-	1304,01
Laje de barris/ vidro (prevista no projeto carpa 4)	-	3799,58
Parque de Estacionamento Pesados (neste valor foi retirado a área das instalações para os motoristas)	-	10213,26
Vias de acesso com Circulação (restante)	53133,96	57110,96



Total	56843,71	79497,87
-------	----------	----------

RESUMO ÁREAS (SITUAÇÃO EXISTENTE E APÓS AMPLIAÇÃO):

Tabela 5 – Comparação da área entre a situação existente antes do projeto de ampliação e após projeto

Áreas	Resumo Áreas (m²)	
	Situação Existente	Situação após ampliação
Área coberta	53020,94	64393,55
Área impermeabilizada não coberta	56451,42	79497,87
Área não impermeabilizada nem coberta	100252,64	65833,58
Área Total	209725	209725

Tabela 6 – Alterações na volumetria resultantes da construção do Edifício da Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) | Estação de Tratamento de Águas (ETA)

Edifício	Volumetrias m³	
	Situação Existente	Situação após ampliação
Edifício da Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) Estação de Tratamento de Águas (ETA)	--	1180,20

CARPAS

No **Anexo II – Planta de implantação licenciamentos** apresenta-se a planta de implantação com a localização das carpas.

Tabela 7 – Alterações na Volumetria e Altura resultantes da instalação das carpas

Carpas	Volumetrias m³		Altura (m)	
	Situação Existente	Situação após ampliação	Situação Existente	Situação após ampliação
Carpa 1	42672,10	42672,10	10	10
Carpa 2 e 3	98254,80	98254,80	10	10
Carpa 4	--	17400,40	10	10
Carpa 5 e 6	--	103983,50	10	10

PARQUES ESTACIONAMENTO

No **Anexo II – Planta de implantação licenciamentos** está indicada a localização dos parques estacionamento

Relativamente aos parques de estacionamento atualmente existem no local cerca de 233 lugares para ligeiros, valor consideravelmente abaixo do exigido pelo PDM no que respeita ao **número de lugares para ligeiros e o nº de funcionários previstos após ampliação será de cerca de 218**, distribuídos pelos diferentes turnos da empresa, com cerca de 92 funcionários no horário com maior nº de trabalhadores

em simultâneo, não se prevê a lotação completa do nº de estacionamento e ficando um nº de lugares significativo disponível para visitantes e prestadores de serviços. Desta forma não se prevê a necessidade e aumentar ao nº de estacionamento de Ligeiros e solicitando-se por isso a manutenção do nº atual de lugares de estacionamento de ligeiros.

“No que respeita ao tráfego de pesados o valor exigido pelo PDM prende-se nos 88 lugares. Antes da ampliação existem no local 20 lugares e na ampliação está previsto a construção de um novo parque de pesados (Licenciamento do processo nº 01-2018/70) com capacidade para 49 camiões, perfazendo no total 69 lugares de estacionamento para Camiões. Como a empresa possui 9 cais e na ampliação vai incluir mais 12 cais, no total vai possuir uma capacidade para 90 camiões, valor suficiente para o fluido funcionamento do tráfego de cargas e descargas, considerando-se por isso que o PDM vai ser cumprido.”

“Prevê-se que o tráfego máximo passe de 88 camiões por dia (antes projeto) para 168 camiões (após projeto). Com as ampliações previstas prevê-se uma diminuição no tempo de espera para carregamento de 2h40min para a 2h20min e a manutenção do tempo de descarga (1 a 2 horas), conforme informação apresentada de seguida.”

“3. Referenciar/indicar em planta de implantação (a escala adequada) os referidos licenciamentos relativos a todos os elementos/edificações existentes.”

RESPOSTA

No **Anexo II – Planta de implantação licenciamentos**, apresenta-se planta de implantação com identificação dos licenciamentos relativos a todos os elementos/edificações existentes.

“4. Explicitar/justificar a afirmação da pág. 273 do EIA, quando refere que o projeto de ampliação em avaliação não implica edificações. Na realidade, verifica-se que o projeto inclui a construção de novas carpas (n.ºs 5 e 6), semelhantes às carpas existentes/armazéns (vd. foto 3 do Relatório Final DGPC – Anexo 2 – património cultural), cuja área contabiliza para efeitos de construção/implantação/impermeabilização e índice volumétrico”.

RESPOSTA:

Esta questão está respondida no ponto “2. Apresentar em quadro-síntese os parâmetros urbanísticos da situação existente e da situação proposta (área de construção e área de implantação – incluindo a área das carpas-, área de impermeabilização, volumetria das edificações/construções – incluindo das carpas e outros elementos -, n.º de pisos/altura das edificações/elementos, localização e n.º de lugares de estacionamento de ligeiros e pesados)” do presente documento.

“5. Apresentar planta com identificação e quantificação dos afastamentos em relação às bermas das vias e em relação aos limites do prédio/terreno da pretensão.”

RESPOSTA

No **Anexo III – Planta geral distâncias**, apresenta-se planta com *afastamentos em relação às bermas das vias e em relação aos limites do prédio/terreno da pretensão*.

“6. Caracterizar de modo mais sintetizado/sistemático e em termos descritivos as ações propostas.”

RESPOSTA

A unidade industrial FSP sito na Quinta da Mafarra, na freguesia Várzea e no concelho de Santarém, dedica-se essencialmente à produção de cerveja e de refrigerantes, com vista ao aumento da capacidade instalada e, desta forma, fazer face às solicitações do mercado, nomeadamente ao mercado externo, foram efectuadas as alterações indicadas de seguida (**ver complementarmente as tabelas 1 e tabela 8 para maior detalhe**):

- A. Ampliação do Processo Cervejeiro | Zona Produtiva;
- B. Carpa 4 e laje Barris /vidro;
- C. Carpa 5 e 6 e Laje;
- D. Parque estacionamento pesados;
- E. Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) | Estação de Tratamento de Águas (ETA);
- F. Ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI).

A Figura 1 e o **Anexo II – Planta de implantação licenciamentos** apresentam planta com as intervenções que constituem o projeto (azul).

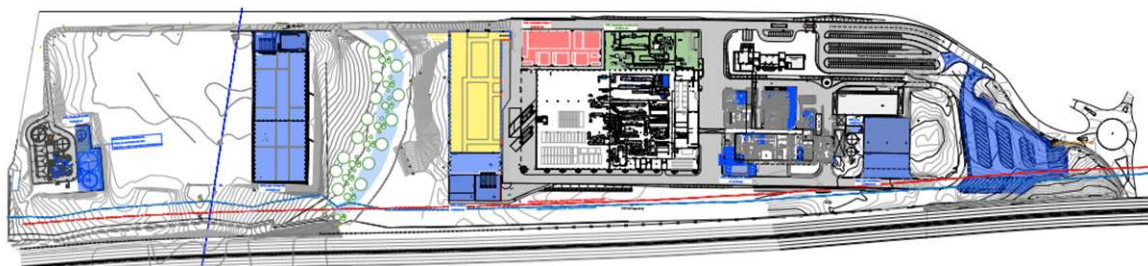
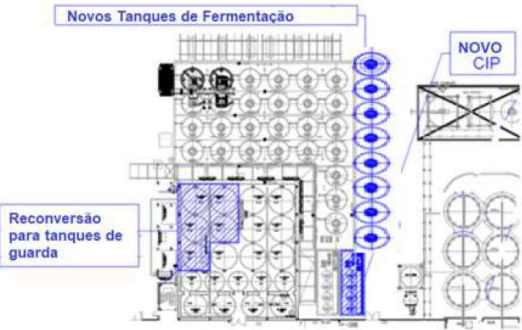


Figura 1 - Planta com intervenções que constituem o projeto a azul.

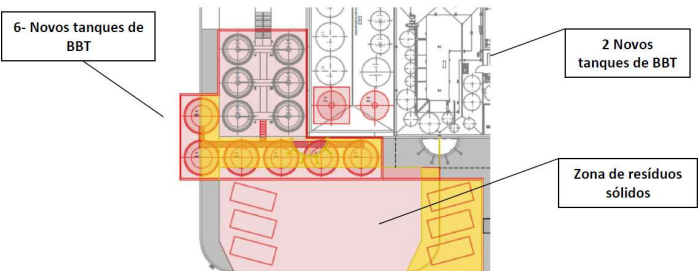
As áreas em que o projeto intervém estão resumidas na tabela que se segue.

Tabela 8 – Descrição das alterações

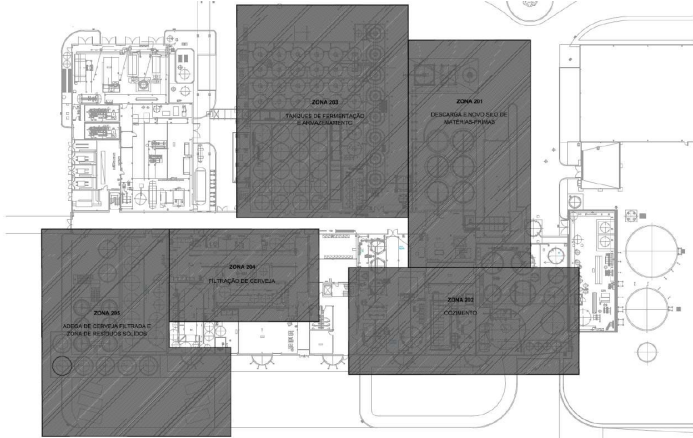
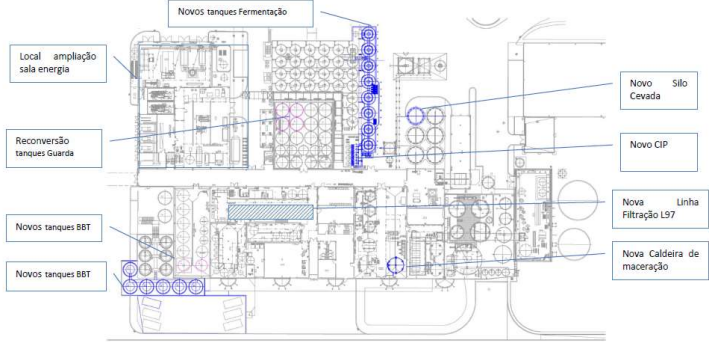
Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração
Alteração do Fabrico Zona Produtiva	Zona de armazenagem para matéria prima	1. Instalação de um silo para cevada – Zona 201	<u>Novo silo de Cevada – Zona 201.</u> Na zona de armazenagem de matérias primas prevê-se a instalação de um novo silo de matéria prima, silo para cevada, para se poder aplicar a cevada como segundo tipo de adjunto. O silo de cevada vai ser integrado num conjunto de 5 silos, similares, já existentes e vai ocupar um local vazio neste conjunto. A sua colocação vai obrigar à realização de um rasgo na fachada de modo a introduzir no edifício o novo silo.
Alteração do Fabrico Zona Produtiva	Zona de cozimento	2. Instalação de mais uma caldeira de maceração - Zona 202 – Cozimento	<u>Zona 202 – Nova Caldeira de maceração</u> A introdução de uma nova caldeira de maceração em substituição da existente, é uma troca de equipamentos, e que implica a desmontagem e retirada do tanque/cuba de filtro existente e que terá que se efetuar pela cobertura da sala de cozimento. Esta abertura também será utilizada para a entrada e colocação da nova caldeira de maceração. Será necessário demolir os apoios dos tanques existentes e proceder à escavação e preparação dos novos apoios para a caldeira. A cobertura, para além da abertura para saída e entrada do novo equipamento, terá também que ser adaptada à nova chaminé da caldeira.

Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração
Alteração do Fabrico Zona Produtiva	Adegas de fermentação e guarda	3. Ampliação da adega de fermentação e Guarda (Zona 203) com: 3.1 Instalação de mais 8 depósitos de fermentação 3.2 Conversão de 5 depósitos fermentação para armazenamento 3.3 Instalação de mais 6 tanques BBT (<i>Bright Beer Tank</i>) 3.4 Alteração do parque de resíduos 4. Instalação de mais 1 Sistema de filtração (Zona 204 – Filtração) 5. Instalação de 2 tanques na câmara de refrigeração, de 775 hl cada. -. (Zona 205)	<u>Adega de Fermentação e Guarda- Zona 203</u>  Figura 2 - Adega de Fermentação e guarda com os novos tanques. A introdução dos 8 novos tanques de fermentação, no exterior, vai marcar este espaço uma vez que eles vão ficar contíguos aos existentes. Face a sua dimensão será alargada a bacia de retenção existente e serão colocados pinos em betão (24 elementos) para impedir que o tráfego de descarga destrua ou danifique a bacia de retenção, de modo a evitar impactes ambientais em caso de acidente. Neste espaço há que referenciar também a duplicação da central CIP. Assim, proceder-se-á à demolição parcial da bacia de retenção dos tanques e do espaço da central de limpeza CIP existentes. No limite da laje térrea erguer-se-á o murete limítrofe destas duas baias de retenção. A base será preparada para receber as fundações dos novos tanques. Em volta da fixação de cada um dos novos tanques existirá um rebordo, da mesma altura do murete de retenção, e que também será revestido com o mesmo ladrilho cerâmico do pavimento. Serão criadas pendentes para a rede de caleiras projetadas e que serão compatibilizadas com as existentes. A reconversão dos 5 tanques de fermentação em guarda não terão quaisquer obras. <u>Zona 204</u>

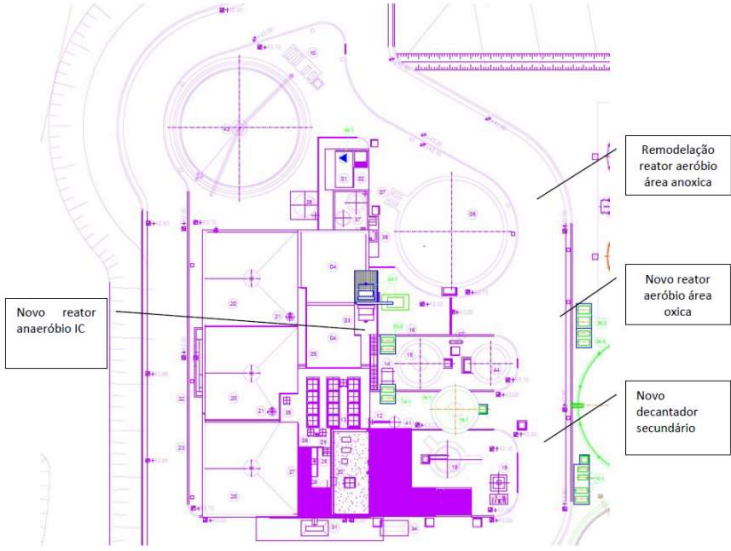
Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração
Alteração do Fabricao Zona Produtiva	Adegas de fermentação e guarda		Este espaço é alvo de uma intervenção bastante reduzida, mas que implica a introdução de um novo filtro no espaço e a transladação do filtro existente para um espaço livre exatamente em frente à atual localização. O novo filtro é colocado no lugar do filtro. O novo filtro vai exigir uma nova caixa de recolhas, no pavimento, e que vem mencionado nos projetos de especialidades A reformulação deste espaço vai obrigar à deslocação da porta de acesso e à transladação do quadro elétrico de frio para o exterior (zona de corredor). Em ambos os casos, será usado o material existente e adaptado à nova situação.  Figura 3 – Localização da nova linha de filtração cerveja. <u>Zona 205</u> <u>Instalação de 2 tanques na câmara de refrigeração, de 775 hl cada.</u> Neste espaço, pretende-se retirar um tanque existente, junto à porta de acesso ao espaço e colocar dois novos tanques BBT. Estes trabalhos deverão implicar o recorte da cobertura para a introdução dos tanques BBT, e o recorte da pala de ensombramento existente na fachada voltada à autoestrada, o rasgamento do alçado para o corredor interior para retirar o tanque existente será efetuado ao nível do corredor de acesso à sala. Esta abertura será a possível entre o pilar que está embebido (não visível) nas paredes em painel sandwich existente e o pilar da estrutura do passadiço, no corredor. O pavimento deverá ser reposto nas duas zonas de intervenção, assim como a porta de entrada neste espaço refrigerado será substituída e deixar de ter apenas uma folha e passar para 2 folhas numa localização mais central em relação à sala. Atendendo a que esta sala é refrigerada e não deve deixar de laborar durante esta intervenção proceder-se-á a colocação de divisórias de fecho que isolem as zonas a intervir sem que isso afete as condições de trabalho existentes. Estas divisórias serão construídas em painel sandwich com uma estrutura de apoio, que deverá fechar os espaços até à cobertura. Reconversão de um dos tanques de desarenação de água, de 538 hl, num tanque de BBT. A desarenação de água ficaria apenas com três tanques em vez dos quatro existentes. <u>Instalação de 6 tanques BBT (Bright Beer Tank), de 2400 hl cada.</u> Os 6 tanques de BBT localizados no exterior, irão ser envolvidos por um murete da bacia de retenção a criar em tudo similar ao aplicado na Zona 203, bem como dos canaletes e grelhas previstos para recolha de líquidos que possam advir destes tanques. Face à proximidade e volume de tráfego de pesados nesta zona também estão contemplados os 5 pinos de proteção dos muros da bacia de retenção.

Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração
Alteração do Fabricao Zona Produtiva	Adegas de fermentação e guarda		 Figura 4 –Localização dos novos Tanques de BBT e pavimentação de zona para resíduos. Há também uma intervenção muito pontual e que se resume ao fecho da sala do QGE. Há também uma intervenção muito pontual e que se resume ao fecho da sala do QGE. Esta sala, contígua ao espaço onde estão colocados os transformadores, padece de uma temperatura bastante alta o que acrescido com as temperaturas que se fazem sentir nestas latitudes transformam a operação neste espaço quase impossível no verão. Assim proceder-se-á ao fecho da abertura que liga esta sala à dos transformadores com um painel sandwich fixado à parede meeira com um perfil metálico de apoio inferior e superiormente com parafusos de fixação de forma a que as unidades de ar condicionado que se pretende instalar sejam mais eficazes e permitam que a operação possa trabalhar. <u>PARQUE DE RESÍDUOS</u> Devido à intervenção na área do edifício do fabricao, foi necessário alterar ligeiramente a área do parque dos resíduos. Em termos de áreas, passa-se de uma área de 388,99 m2 para uma área de 467,17 m2 (ver Figura 4).
Alteração do Fabricao Zona Produtiva	Enchimento	6. Instalação de Nova linha de enchimento para vidro (com opção para garrafas de litro, 20-25 e 33cls) 7. Remodelação da L93 para alcançar 60.000 latas/h 8. Instalação de novo CIP (clean in place - sistema de limpeza em circuito fechado)	Instalação de uma linha de enchimento para Vidro L97 e remodelação da L93 para aumentar a capacidade de enchimento
Alteração do Fabricao Zona Produtiva	Energia	9. Ampliação /remodelação das instalações frigoríficas (instalação de novos compressores) 10. Ampliação da sala de ar comprimido (instalação de mais 1 compressor) 11. Renovação da sala da caldeira (Substituição de duas caldeiras por novas) 12. Substituição da estação de recuperação de CO₂	Estás alterações vão permitir garantir a alimentação a cada equipamento de processo, de um modo independente do conjunto, e serem mais eficientes energeticamente. As principais alterações são: <u>a) Ampliação/remodelação das instalações AR comprimido e frigoríficas:</u> Serão instalados os seguintes novos equipamentos: Um compressor de velocidade variável ZR132 VDS;

Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração																																																						
Alteração do Fabrico Zona Produtiva	Energia	13. Melhoria da Central de Água Glicolada	- Dois secadores de refrigeração FD 610 W; - Duas torres de arrefecimento de capacidade de 150 kW, VXI 18-2; O novo compressor ZR 132 VSD ficará em funcionamento estando o compressor Ingersoll Rand de reserva. O secador de refrigeração da SABROE não se encontra nas perfeitas condições, deste modo será substituído por um novo secador de refrigeração FD 610 W. A central de ar comprimido terá uma capacidade máxima de 1122,5 l/s de ar comprimido. O ar comprimido será secado através de três secadores de refrigeração FD 610 W, encontrando-se um de reserva em caso de avaria. As duas torres de arrefecimento irão permitir o arrefecimento do novo compressor e mais 41 % das necessidades de arrefecimento dos três compressores já instalados. Caso seja necessário a manutenção de umas das torres de refrigeração, as três torres de refrigeração permitem o arrefecimento total dos compressores no máximo funcionamento A nova central de ar comprimido ficará na sala técnica do Piso 1. <u>b) Alterações na sala das caldeiras:</u> A sala de caldeira vai ser renovada e ampliada onde as caldeiras de 8.5 ton/h e de 10 ton/h serão substituídas por: - Duas caldeiras de 21 000 kg/h a 8 bar com economizador; - Um depósito de condensados com capacidade de 10 000 litros; - Um depósito de desgaseificação com capacidade de 10 000 litros; - Um vaso de recuperação de vapor Flash; - Permutador de calor; - Bombas circuladoras para elevação de condensados até ao tanque de desgaseificação; - Instalação de novo tratamento de água para as caldeiras (STA); - Cada caldeira nova terá a sua chaminé. Cada caldeira nova será constituída por uma bomba de água para reposição de água na caldeira. As caldeiras terão um sistema de recuperação de vapor flash da purga de TDS das caldeiras. O vapor Flash será recuperado através do vaso de recuperação de vapor Flash, em que o condensado irá para o permutador de calor de modo a aquecer a água, proveniente do sistema de tratamento de águas, e o vapor Flash injetado diretamente no tanque de condensados atmosférico. As alterações nas caldeiras vão implicar alterações significativamente na potência térmica total. As caldeiras novas, da sala de caldeiras vão trabalhar de forma solidaria, trabalhando alternadamente. A reformulação da central de vapor vai melhorar o desempenho energético. Tabela 9 – Caldeiras (Atuais e após ampliação). <table><tr><th colspan="5">Caldeiras</th></tr><tr><th rowspan="2">Designação</th><th colspan="2">Atual</th><th colspan="2">Após alteração</th></tr><tr><th>Potência (MWt)</th><th>Tipo</th><th>Potência (MWt) Tipo</th><th>Potência (MWt) Tipo</th></tr><tr><td>Caldeira 1 _ gás natural 8500kg/h</td><td>6,976</td><td>10 t</td><td colspan="2">Substituída</td></tr><tr><td>Caldeira 2 – gás natural 1000kg/h</td><td>6,39</td><td>8t</td><td colspan="2">Substituir</td></tr><tr><td>Caldeira 3 _gás natural 2000kg/h</td><td>13,953</td><td>20t</td><td>13,953</td><td>20 t</td></tr><tr><td>Caldeira ETARI_ biogás*</td><td>0,6</td><td>----</td><td>2,6</td><td>----</td></tr><tr><td>Caldeira nova _ gás natural 21000kg/h a 8 bar com economizador</td><td>----</td><td>----</td><td>13,751 (cada)</td><td>21t (cada)</td></tr><tr><td>Caldeira nova _ gás natural 21000kg/h a 8 bar com economizador</td><td>----</td><td>----</td><td>13,751 (cada)</td><td>21t (cada)</td></tr><tr><td>Potencia térmica total das caldeiras (MWt)</td><td colspan="2">27,919</td><td colspan="2">44,055</td></tr><tr><td colspan="5">*Não é parte integrante da sala de energias</td></tr></table>	Caldeiras					Designação	Atual		Após alteração		Potência (MWt)	Tipo	Potência (MWt) Tipo	Potência (MWt) Tipo	Caldeira 1 _ gás natural 8500kg/h	6,976	10 t	Substituída		Caldeira 2 – gás natural 1000kg/h	6,39	8t	Substituir		Caldeira 3 _gás natural 2000kg/h	13,953	20t	13,953	20 t	Caldeira ETARI_ biogás*	0,6	----	2,6	----	Caldeira nova _ gás natural 21000kg/h a 8 bar com economizador	----	----	13,751 (cada)	21t (cada)	Caldeira nova _ gás natural 21000kg/h a 8 bar com economizador	----	----	13,751 (cada)	21t (cada)	Potencia térmica total das caldeiras (MWt)	27,919		44,055		*Não é parte integrante da sala de energias				
		Caldeiras																																																							
		Designação	Atual		Após alteração																																																				
			Potência (MWt)	Tipo	Potência (MWt) Tipo	Potência (MWt) Tipo																																																			
		Caldeira 1 _ gás natural 8500kg/h	6,976	10 t	Substituída																																																				
Caldeira 2 – gás natural 1000kg/h	6,39	8t	Substituir																																																						
Caldeira 3 _gás natural 2000kg/h	13,953	20t	13,953	20 t																																																					
Caldeira ETARI_ biogás*	0,6	----	2,6	----																																																					
Caldeira nova _ gás natural 21000kg/h a 8 bar com economizador	----	----	13,751 (cada)	21t (cada)																																																					
Caldeira nova _ gás natural 21000kg/h a 8 bar com economizador	----	----	13,751 (cada)	21t (cada)																																																					
Potencia térmica total das caldeiras (MWt)	27,919		44,055																																																						
*Não é parte integrante da sala de energias																																																									

Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração
Alteração do Fabricao Zona Produtiva	Energia		<u>c) Instalação de mais um transformador de 1.600 KVA.</u> <u>d) Substituição da estação de recuperação de CO2 por uma nova de capacidade de recuperação de CO2 de 2.300.000 Kg/ano.</u> <u>e) Implementação de sistema de monitorização contínua ao arrefecedor de mosto para otimização da energia recuperada.</u> <u>f) Implementar sistema de monitorização contínua dos contadores de energia elétrica existentes e implementar mais 20 novos.</u> <u>g) Implementar Sistema monitorização contínua consumidores de energia térmica (vapor e água quente) O sistema de água Glicolada vai ser revisto e ampliado.</u>
Alteração do Fabricao Zona Produtiva	Captação de Água (Furo)	14. Realização de um furo de água	Está prevista a realização de um furo para captação de água para uso industrial.
Alteração do Fabricao Zona Produtiva	De forma a objetivar as várias intervenções a considerar na “zona produtiva” deste projeto elas foram divididas em 5 zonas dispostas como indica Figura 5 Figura 6.   Figura 5 - Planta da área produtiva após as principais alterações do Processo Cervejeiro Figura 6 - Planta da área produtiva com indicação das principais alterações.		
Logística	Carpa 4 e Laje Barris vidro (Armazenamento e Cais de carga e descarga)	15. Laje de barris/ vidro (prevista no projeto carpa 4) 16. Instalação de estruturas amovíveis para armazenamento – Carpa 4 17. Instalação de novos cais de carga e descarga	Na área da logística está prevista a instalação dos cais de carga e descarga e colocar alguns dos produtos armazenados no exterior em estruturas metálicas amovíveis (Carpa 4)
Logística	Carpa 5 e 6 e Laje (Armazenamento e Cais de carga e descarga)	18. Instalação de estruturas amovíveis para armazenamento – Carpa 5 e 6. 19. Instalação de novos cais de carga e descarga	Na área da logística está prevista a instalação dos cais de carga e descarga e colocar alguns dos produtos armazenados no exterior em estruturas metálicas amovíveis (Carpa 5 e 6)

Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração
Logística	Parque de estacionamento	20. Parque de estacionamento de Pesados (incluindo instalação de separador de hidrocarbonetos)	Criação de novo parque para estacionamento de veículos pesados, com acesso a partir da via interior de ligação ao empreendimento. O parque de estacionamento de pesados irá ocupar uma área de 8 921 m2, incluindo zona de estacionamento, circulações, passeios e um edifício de apoio aos motoristas. O parque de estacionamento de pesados, tem uma capacidade para 49 lugares com dimensões de 18mx3,5m e estes ocupam o miolo central do espaço bem como as franjas a Este e Sul. De modo a minimizar o impacte no ambiente de águas pluviais potencialmente contaminadas com óleos será instalado um separador de hidrocarbonetos.
ETAP	Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) Estação de Tratamento de Águas (ETA)	21. Construção de edifício da estação de tratamento de água e reforço de equipamentos.	O tratamento de água existente, com o equipamento disponível, está no limite do fluxo necessário para as necessidades atuais de água, por isso precisa ser ampliada em face do crescimento da produção esperada. Assim serão instalados os seguintes novos equipamentos: - Um filtro de osmose inversa para 100 m3/h (osmose inversa nº 3); - Um depósito para água osmotizada de 100 m3; - Um Filtro de carbono para 50 m3/h - Duas colunas de descalcificação - Três unidades de ultrafiltração de 80 m3/H cada Será ainda instalado um novo sistema SCADA ProLeiT, para controlo conjunto dos equipamentos antigos e novos de tratamento de água. Antes deste projecto de alteração os equipamentos estavam instalados no exterior sujeitos às intemperes, com o objectivo de assegurar uma maior durabilidade dos equipamentos, foi construído um edifício (já construído à data do EIA).
ETARI	Ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI)	22. Ampliação da ETARI	Será alterada/ampliada a estação de tratamento de águas residuais industriais, com uma nova linha de tratamento. O processo de funcionamento/ tratamento será igual ao existente, mas com maior capacidade, para assegurar o tratamento eficaz das águas residuais industriais resultantes do aumento da capacidade instalada. As principais alterações na ETARI serão: - No depósito de receção de água bruta adicionar uma nova bomba às 3 bombas já disponíveis, criando 2 linhas independentes (cada linha com 2 bombas). - Instalar um novo tamisador que somado ao existente, dará duas linhas de água bruta, duplicando capacidade atual. - Substituição da caldeira existente por uma de maior capacidade. - Instalação de um novo reator IC (a adicionar ao existente), e respetivo sistema de bombagem - Para a linha de biogás a tocha de queima atual será substituída por uma nova e de chama oculta e o gasómetro será substituído por um maior. - Ampliação do sistema aeróbio com a instalação de mais um reator biológico, aproveitando um dos tanques já instalados em 2017 o qual será transformado para a fase anóxica. - Instalação de mais um tanque de decantação secundária. - Instalação de mais uma centrífuga e respetivo sistema de bombas de envio de lamas a um silo (também equipamento novo), o qual vai receber as lamas de ambas as centrífugas - Para que possa receber a descarga de efluente tratado da instalação atual e da nova, será necessário alterar o canal Parshall, de forma a incluir um venturi capaz de medir o caudal desejado de descarga.

Área em que o projeto intervém		Resumo Alterações/ Investimentos	Tipologia de alteração
			 Figura 7 – ETARI com as ampliações.

“7. Explicitar quais as ações em concreto, pertencentes ao projeto que fazem parte das “melhorias ao nível do processo de fabrico e das infraestruturas existentes” referidas no EIA como tendo sido realizadas pela empresa desde janeiro de 2014, ou seja, que já se encontram concretizadas”.

RESPOSTA

Na tabela 2 do presente documento são explicitadas as ações, pertencentes ao projeto que fazem parte das “melhorias ao nível do processo de fabrico e das infraestruturas existentes” referidas no EIA como tendo sido realizadas pela empresa desde janeiro de 2014 e que já se encontram concretizadas.

“8. Identificar as ações e equipamentos que fazem parte do projeto em avaliação e que constituem fontes sonoras de interesse e caracterizar os respetivos regimes de funcionamento.”

RESPOSTA

A tabela seguinte apresenta os equipamentos a instalar com indicação empírica da sua classificação como ruidosos, dado que não existe informação técnica de todos os equipamentos a instalar relativamente à potência sonora. São assim, apresentadas apenas, as potências sonoras das caldeiras de vapor, Compressores, Linha de enchimento L92, Linha enchimento L97.

Tabela 10 – Listagem dos principais equipamentos a instalar

Quan.	Equipamentos a instalar		Localização	Equipamento Ruidoso	Regime de emissão	Nível de potência sonora dB (A)
1	Tremonha de receção de açúcar		Xaroparia	Não		
1	Tanque de xarope quente	13.000 l		Não		
1	Tanque Água Quente	10.000 l		Não		
2	Tanques de Isoglucose			Não		
1	Tanque de Xarope simples	15.000 l		Não		
1	Tanque de Xarope simples	20.000 l		Não		
3	Tanques de Xarope final	15.000 l (cada)		Não		
3	Tanques de Xarope final	30.000 l (cada)		Não		
1	Estação de concentrados			Não		
1	Tanque de aço inox	1000 l		Não		
1	Jet mixer de agitação e dissolução			Não		
3	Silos malte	200000 kg (Cada)	Zona de Armazenamento de Matérias Primas	Não		
3	Silos adjuntos (arroz, griz ou cevada)	200000 kg		Não		
2	Caldeira caldas		Sala Cozimento	Não		
2	Caldeira ebulição			Não		
2	Caldeira empastagem			Não		
2	Tanque whirlpool			Não		
2	Cuba filtro			Não		
2	Tanque tampão			Não		
27	Tanques de fermentação	1.200 hl (cada)		Não		

Quan.	Equipamentos a instalar		Localização	Equipamento Ruidoso	Regime de emissão	Nível de potência sonora dB (A)
8	Tanques de fermentação	3200 hl (cada)	Adega de Fermentação e Guarda	Não		
12	Tanques de Guarda	1600 hl (cada)		Não		
4	Tanques de Guarda	1500 hl (cada)		Não		
3	Tanques de Guarda	800 hl (cada)		Não		
2	Tanques de Guarda	800 hl (cada)		Não		
2	Sistema de filtração da Cerveja (linha)	350 hl (cada)	Filtração	Não		
6	Depósitos BBT	1800 (cada)	Adega de Cerveja Filtrada	Não		
6	Depósitos BBT	538 (cada)		Não		
6	Depósitos BBT	2400 (cada)		Não		
2	Depósitos BBT	775 (cada)		Não		
1	Linha enchimento L 91_ Barril/tanquetas		Enchimento	Não		
1	Linha enchimento L 92_ garrafas vidro			sim	Esporádico	85
1	Linha enchimento L 93_ latas			Não		
1	Linha enchimento L 94_ latas			Não		
1	Linha enchimento L95_ PET			Não		
1	Linha enchimento L96_ PET			Não		
1	Linha enchimento L97_ garrafas vidro			sim	Esporádico	85
--	Compressor de velocidade variável		Central de ar comprimido	sim	Esporádico	73
3	Secadores de refrigeração			sim	Esporádico	73
--	Torres de arrefecimento de capacidade de 150 kW			Não		
1	Caldeira _ gás natural 2000kg/h	20 ton	Sala das caldeiras	sim	Esporádico	80
2	Caldeiras _ Gás Natural	21 000 kg/h a 8 bar (cada)		sim	Esporádico	80
1	Depósito de condensados	10 000 litros	Etari	Não		
1	Desgaseificador	10 000 litros		não		
1	Tanque de recepção			Não		
1	Tanque de homogeneização e pré-acidificação			Não		
1	Tanque de emergência					
2	Reactor IC			Não		
2	Reactor Biológico			Não		
1	Centrífuga			sim		
1	gasómetro			Não		
1	Caldeira biogás			Não		
1	espressador de lamas			Não		
1	Tanque de decantação secundario			Não		
--	Decantador secundario			Não		
3	depósitos de emergência			Não		
2	Filtros de areia		ETA	Não		
3	Filtros de osmose inversa			Não		
3	Filtros de carbono			Não		
3	Colunas de decarbonatação			Não		
2	Colunas de descalcificação			Não		
3	Unidades de ultrafiltração			Não		
2	Descalcificadores			Não		
1	Depósito de água filtrada			Não		
1	Depósito de água osmotizada			Não		
1	Depósito de água descalcificada			Não		
2	Separador de Hidrocarbonetos	parque estacionamento	Parque estacionamento	Não		
--	Estação de Recuperação de CO2		outros	Não		
--	Sistema de água Glicada		outros	Não		

“9. Caracterizar os volumes de tráfego associados ao projeto, envolvidos nos diversos tipos de movimentação (receção de matérias e produtos para transformação, escoamento de produtos, cargas e descargas e transporte de resíduos) e especificar os regimes de funcionamento em que ocorrem e os acréscimos relativamente à situação de referência”

RESPOSTA

Nas tabelas seguintes é apresentada a caracterização dos volumes de tráfego associados ao projeto, envolvidos na movimentação da matérias e produto final e transporte de resíduos, bem como são apresentados os regimes de funcionamento.

Tabela 11 – Caracterização da operação de cargas e descargas de matéria-prima e produto final e regimes de funcionamento

Tipo veículos / operação de cargas e descargas	N.º de veículos pesados prima e produto final e regimes de funcionamento	Antes do projeto	Situação após projeto
Camiões de receção matéria-prima e material de embalagem	Nº Camiões/dia	8	8
	Tempo de espera para descarregar	1H a 2H	1H a 2H
	Horário de funcionamento para as cargas e descargas (de 2ªf a 6ªf)	8H - 24H	8H - 24H
Camiões para abastecer com produto final	Nº Camiões/dia	80	160
	Tempo de espera para carregar	2H40	2H20
	Horário de funcionamento para as cargas e descargas (de 2ªf a 6ªf)	8H - 24H	8H - 24H
Camiões de transporte de resíduos	Nº Camiões / semana	3 / semana	5 / semana
	Tempo de espera	NA	NA
	Horário de funcionamento (2ªf a 6ªf)	8H – 20H	8H – 20H

“10. Caracterizar os percursos associados aos diversos tipos de movimentação quanto aos volumes de tráfego, características de circulação e características da envolvente (incluindo atravessamento de aglomerados populacionais). Desejavelmente, identificar em cartografia à escala adequada os principais percursos.”

RESPOSTA

DIVERSOS TIPOS DE MOVIMENTAÇÃO:

Os diversos tipos de movimentação são os indicados de seguida:

1. Acesso dos funcionários por turno (entrada e saída);
2. Acesso de clientes;
3. Acesso de prestadores de serviços (Limpeza, manutenção, refeitório, consultores, entre outras);
4. Acesso dos camiões de carga e descarga de matéria-prima e produto acabado;
5. Acesso de camiões de material de embalagem.

PERCURSOS ASSOCIADOS:

Na FSP existem os 4 (quatro) percursos mais frequentemente associados aos diversos tipos de movimentação quanto ao tráfego que se indicam de seguida:

1. De e Para : Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: A1 – sentido Norte e sentido Sul (----) (ver Figura 8 e Figura 9).

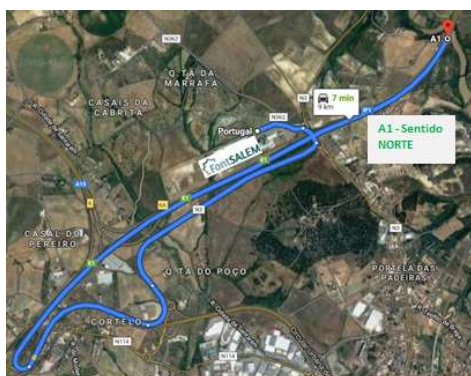


Figura 8- De e Para Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra, sentido norte.

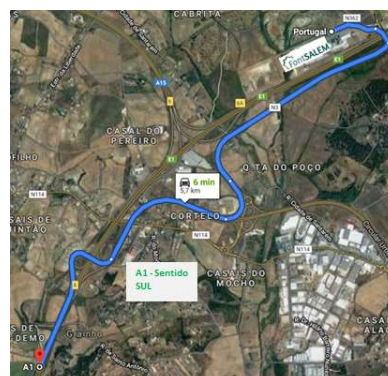


Figura 9- De e Para Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra, sentido Sul.

2. De e Para : Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra N3 – sentido Norte e sentido Sul (-----) Ver (Figura 10 e Figura 11).



Figura 10 . De e Para : Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: N3 – sentido norte.



Figura 11 . De e Para : Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: N3 – sentido sul.

Tabela 12 – Caracterização dos percursos associados aos diversos tipos de movimentação quanto aos volumes de tráfego, características de circulação e características da envolvente

Tipo Veículo	Caracterização dos diversos tipos de movimentação quanto aos volumes de tráfego, características de circulação e características da envolvente		Percursos associados	Antes do projeto	Situação após projeto
Ligeiros	N.º veículos ligeiros funcionários por turno (entrada e saída);	24H – 08H	De e Para: Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra N3 – sentido Norte e sentido Sul	46	62
		08H – 16H		48	64
		09H -18H		28	28
		16H – 24H		48	64
Ligeiros	N.º veículos ligeiros de clientes;	09H -18H	De e Para: Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra N3 – sentido Norte e sentido Sul De e Para: Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: A1 – sentido Norte e sentido Sul	1/ Mês	1/ Mês
Ligeiros	N.º veículos ligeiros prestadores de serviços (Limpeza, manutenção, refeitório, consultores, entre outras);	08H – 16H	De e Para: Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra N3 – sentido Norte e sentido Sul	17	20
		16H – 24H		6	7
Pesados	N.º camiões para recolha de resíduos;	8H– 20H	De e Para: Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: A1 – sentido Norte e sentido Sul	3 / semana	5 / semana
Pesados	N.º Camiões para receção matéria-prima e material de embalagem	08H-16H	De e Para: Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: A1 – sentido Norte e sentido Sul	8	8
Pesados	N.º Camiões para abastecer com produto final	8H – 24H	De e Para: Santarém – Várzea – Quinta da Mafarra: A1 – sentido Norte e sentido Sul	80 (5/Hora)	160 (10/ Hora)

A análise da tabela acima permite concluir que o aumento de tráfego se deve maioritariamente aos camiões para abastecer com produto final, não tendo este fluxo de movimentação impacto no atravessamento de aglomerados populacionais, dado que todos os acessos são efectuadas pela A1.

“11. Indicar o valor da área impermeabilizada total atual e após ampliação; Indicar a área prevista do parque de estacionamento para camiões a construir (pág. 17 do RS)”

RESPOSTA

O valor de área impermeabilizado antes e após o projeto é apresentado nas tabelas seguintes:

Tabela 13 – Comparação área impermeabilizada não coberta entre situação existente e após ampliação

Locais Edifícios	Áreas Impermeabilizadas não Coberta (m²)	
	Situação existente	Situação após ampliação
Edifício da ETAR	3709,75	5272,02
Carpa 4	-	1798,04
Carpa 5 e 6	-	1304,01
laje de barris/ vidro (prevista no projeto carpa 4)	-	3799,58
Parque de Estacionamento Pesados*	-	10213,26
Vias de acesso com Circulação (restante)	53133,96	57110,96
Total	56843,71	79497,87
* foi retirado a área das instalações para os motoristas		

Tabela 14 – Comparação área impermeabilizada entre situação existente e após ampliação

Áreas	Resumo Áreas (m²)	
	Situação Existente	Situação após ampliação
Área coberta	53020,94	64393,55
Área impermeabilizada não coberta	56451,42	79497,87
Área não impermeabilizada nem coberta	100252,64	65833,58
Área Total	209725	209725

“12. Esclarecer o valor da área coberta total atual e após ampliação (discriminando a área coberta adstrita à alteração de cada componente do projeto), uma vez que o valor da área coberta em 2014 indicado no RS (pág 13) é de 33 719,3 m² e na Licença Ambiental 483/0.0/2013 (emitida em 13/11/2013) é de 35 574 m²”

RESPOSTA:

Esta questão está respondida no ponto “2. Apresentar em quadro-síntese os parâmetros urbanísticos da situação existente e da situação proposta (área de construção e área de implantação – incluindo a área das carpas-, área de impermeabilização, volumetria das edificações/construções – incluindo das carpas e outros elementos -, n.º de pisos/altura das edificações/elementos, localização e n.º de lugares de estacionamento de ligeiros e pesados)” do presente documento.

“13. Esclarecer se o valor 2348,6 m³/dia em 4 captações corresponde à produção de água de cada captação ou é o somatório da produção de água das 4 captações, sendo certo que na página 287 do EIA é afirmado que “...o volume de água utilizado no processo industrial e que foi registado no ano de 2016 (2348,6 m³/dia em 4 captações) passará para 6416,6 m³/dia (em 5 captações) em 2021...”. Esclarecer igualmente se o valor de 6416,6 m³/dia (em 5 captações) corresponde à produção de água de cada captação ou ao somatório da produção de água das 5 captações. “

RESPOSTA

Na tabela seguinte apresentam-se o número de captações de águas subterrâneas e volume estimado de água a captar:

Tabela 15 –Número de captações e volume estimado de água a captar

ANO	N.º captações e Volume Total de água a captada	Situação existente	Situação após ampliação
2016	N.º captações	3 (AC1 – AC2 – PS2)	--
	Volume Total de água a captada	699.872m ³ (2.348,6 m ³ /dia, considerando 300 dias)	--
2017	N.º captações	4 (AC1 – AC2 – PS2 – F4)	--
	Volume Total de água a captada	(2415 m ³ /dia, considerando 300 dias)	--
2018	N.º captações	4 (AC1 – AC2 – PS2 – F4)	--
	Volume Total de água a captada	(2593 m ³ /dia, considerando 300 dias)	--
2021	N.º captações	--	5 (AC1 – AC2 – PS2 – F4 – F5)
	Volume Total de água a captada	--	1.925.000 m ³ /ano (6.416,6 m ³ /dia, considerando 300 dias de)

Na tabela seguinte são igualmente apresentados os valores máximos de captação por furo.

Tabela 16 – Valores máximos de captação por furo

Origem	Código LA	Código Font Salem	Ponto de Origem	Utilizações	Valor máximo de captação anual
ARH/1735.10/T/A.CA.F	AC1	AC1	M = 150195 P = 256545 [1]	Atividade industrial	450000
ARH/1734.10/T/A.CA.F	AC2	AC2	M = 150420 P = 256665 [1]	Atividade industrial	450000
2011.002991.000.T.A.CA.SUB	AC3	PS2	M = -50332 P = -43765 [2]	Atividade industrial	450000
A015723.2017.RH5A	---	F4	Latitude = - 8.70992 Longitude = 39.27654 [3]	Atividade industrial	600000
Rede pública	---	---	---	Consumo humano	
A005187.2019.RH5A	A incluir	F5	Latitude = - 8.716222 Longitude = 39.274539 [3]	Atividade industrial	
Notas:					

Origem	Código LA	Código Font Salem	Ponto de Origem	Utilizações	Valor máximo de captação anual
[1] Carta Militar n.º 352 (1:25 000), Coordenadas Hayford-Gauss Militares; [2] Sistema de referência PT-TM06-ETRS89; [3] ETRS89 (graus decimais)					

Relativamente aos dados apresentados no EIA, os mesmos são indicados no **Anexo IV – Relatório Técnico**, no âmbito de uma solicitação de parecer prévio para a necessidade de sujeição a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para o projeto de “*Ampliação da Capacidade Instalada da empresa Font Salem*”. Nesse relatório consta informação relativa ao abastecimento de água para o processo industrial desenvolvido nas instalações da FSP. Assim, na página 48 refere-se que “*O abastecimento de água às instalações da FSP tem atualmente origem em 4 (quatro) captações de águas subterrâneas, devidamente licenciadas, utilizadas para satisfazer os consumos doméstico e industrial da instalação. Durante 2016 foram captados cerca de 699.872m³ de água subterrânea em 3 (três) captações, no conjunto dos furos atualmente operacionais na instalação.*”, o que perfaz o valor de 2.348,6 m³/dia (Tabela 17 da página 49 do mesmo relatório).

Esclarece-se, assim, que o valor 2348,6 m³/dia das em 3 (três) captações corresponde ao somatório da produção de água das 3 (três) captações, sendo de referir que à data da submissão do EIA, a FSP não utilizava o valor máximo de captação licenciado, conforme é possível verificar na tabela acima referida. Em 2021 a captação passará para 6416,6 m³/dia (em 5 captações), a qual corresponde ao somatório da produção de água das 5 captações.”

Mais adiante, refere-se ainda que “*Em relação à água de abastecimento a consumir durante a fase de exploração esta terá origem essencialmente na água proveniente de 5 (cinco) furos de captação de água subterrânea, os quatro existentes e um a licenciar, pontualmente terá origem na rede pública.*”, sendo que, “*Por forma a preservar os recursos hídricos naturais (aquíferos e lençóis freáticos) estas captações funcionam de modo alternado.*”. Ainda de acordo com a mesma tabela do referido relatório, o volume estimado de água a captar em 2021 e nos anos seguintes corresponde a 1.925.000 m³/ano (6.416,6 m³/dia, considerando 300 dias de trabalho).

“14. Apresentar a caracterização qualitativa e quantitativa do efluente bruto gerado e do efluente após tratamento na ETARl. Esta caracterização deverá incluir o caudal (m³/dia), e os resultados analíticos ao efluente bruto e ao efluente tratado para os seguintes parâmetros: pH, CBO5, CQO, SST, Azoto total e Fósforo total.”

RESPOSTA

Para a caracterização qualitativa e quantitativa do efluente bruto gerado e do efluente após tratamento na ETARI, os dados foram obtidos a partir do **Anexo IV – Relatório Técnico** bem como, do Relatório Ambiental Anual da FSP (2015, 2016, 2017) e informação fornecida pela FSP para o ano de 2018.

CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DO EFLUENTE BRUTO GERADO:

Na tabela seguinte são apresentados os valores médios anuais da caracterização qualitativa de efluente bruto:

Tabela 17 – Valores médios anuais da caracterização qualitativa do efluente bruto

ANO	pH	CQO (mg O ₂ /l)	CBO ₅ (mg O ₂ /L)	SST (mg/l)	N total (mg N/l)	P total (mg P/l)
2016	7	2405	1841	408	27	6
2017	7	2288	1471	366	25	6
2018	7	2361	1638	357	35	8

CARACTERIZAÇÃO QUANTITATIVA DO EFLUENTE BRUTO GERADO E DO EFLUENTE APÓS TRATAMENTO NA ETARI:

Na tabela seguinte é apresentada a caracterização quantitativa do efluente bruto gerado, tendo por base a informação do **Anexo IV– Relatório Técnico** para o ano de 2016, a informação disponibilizada pela FSP para o ano de 2018 e a estimativa para o ano de 2021 (conforme a tabela 18 da página 50 do referido relatório Técnico) considerando o aumento de produção:

Tabela 18 – Caracterização quantitativa do Efluente Bruto e do efluente após tratamento na ETARI

ANO	Efluente Bruto	Efluente após tratamento na ETARI
2016	--	Volume de total de 600.232 m ³ (caudal médio de 1.644 m ³ /dia)*
2017	--	Volume de total de 741.743 m ³ (caudal médio de 2.032 m ³ /dia)*
2018	Volume de total de 717.984 m ³ (caudal médio de 1.967 m ³ /dia).	Volume de total de 774.801 m ³ (caudal médio de 2.123 m ³ /dia)*
2021	--	Volume de total de 1.575.000 m ³ (caudal médio de 5.250 m ³ /dia)*
Nota: * O caudal médio foi calculado tendo como referência 365 dias em que é efetuada a monitorização.		

CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DO EFLUENTE APÓS TRATAMENTO NA ETARI:

Quanto à caracterização qualitativa dos efluentes após tratamento na ETARI, na tabela seguinte, resumem-se os valores médios anuais obtidos para os parâmetros pH, CQO, CBO5, SST, N e P totais, os quais foram obtidos dos relatórios ambientais anuais da FSP (2016, 2017 e 2018).

Tabela 19 – Valores médios anuais da caracterização qualitativa dos efluentes após tratamento na ETARI

ANO	pH [VLE: 6 – 9]	CQO (mg O ₂ /l) [VLE: 150]	CBO5 (mg O ₂ /L) [VLE: 40]	SST (mg/l) [VLE: 60]	N total (mg N/l) [VLE: 15]	P total (mg P/l) [VLE: 10]
2016	8.6	30	11	19	3	3
2017	8.2	24	9,2	17	3	3
2018	8.2	25	9	17	5	4

Da análise dos dados, é possível verificar que todos os valores estão abaixo dos VLE para cada um dos parâmetros.

“15. Descrever o sistema de retenção de águas residuais implementado e/ou a implementar, de modo a prevenir eventuais efeitos da ocorrência de acidentes na ETARI.”

RESPOSTA:

Durante a fase de exploração da empresa FSP, foram identificados alguns riscos associados e que necessitam da adoção de medidas preventivas, para os quais a FSP dispõe de meios próprios para os mesmos. Assim, de acordo com informação disponibilizada (ver **Anexo IV – Relatório Técnico**), em caso de situações acidentais na ETARI e para a minimização dos possíveis impactes ambientais, a empresa dispõe atualmente dos seguintes elementos (página 58 do referido relatório): um “Tanque de emergência na ETARI que desvia a água de entrada se for detetado um afluente com uma carga de elevada poluição, a fim de evitar danos posteriores ao sistema biológico” e um “separador de hidrocarbonetos antes da descarga das águas pluviais no meio recetor”.

Ainda de acordo com informações indicadas pela FSP o sistema de drenagem das águas pluviais tem ligação ao poço de escorrências, sendo que os efluentes serão posteriormente bombeados para o poço de entrada (B01) e desta forma reconduzidos para a ETARI. Também, nas fases de tratamento dos efluentes, a existência de um “by-pass” permitirá sempre a passagem do efluente a tratar para outra fase do processo. Ainda no caso de um derrame acidental, quando o tratamento do efluente não foi

totalmente realizado, a existência de dois depósitos de emergência permite que este seja direcionado para uma cisterna, e posteriormente reencaminhado para tratamento.

“16. Disponibilizar a implantação do projeto com a delimitação dos pavilhões em formato “Shapefile” (ESRI), no sistema de coordenadas, oficial de Portugal Continental PT-TM06-ETRS89 (EPSG: 3763).”

RESPOSTA:

No **Anexo V – Planta em Shapefile** apresenta-se planta com a delimitação dos pavilhões.

3.3 II. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE AFETADO PELO PROJETO

3.3.1 17 AO 22. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

“17. Corrigir a referência ao Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (pág. 257 do EIA), cuja revisão foi publicada em 05/09/2019 pela Lei n.º 99/2019.”

RESPOSTA

Na página pág. 257 do EIA onde se lê *“O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT - OVT) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 64-A/2009, D.R. nº 151, Suplemento, Série I de 6 de agosto de 2009 e retificada pela Declaração de Retificação nº 71-A/2009, Diário de República, 1ª série nº 192, 2 de outubro de 2009”*

Deve ler-se :“A primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) foi publicada a Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05. Esta Lei revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.”

A alteração do PNPOT teve como objetivos a elaboração do novo programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do País, que acompanha o desígnio último de alavancar a coesão interna e a competitividade externa do nosso País e, também, o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários.

O PNPOT define uma estratégia para a organização e desenvolvimento territorial, alicerçada numa visão de longo prazo para o futuro do país que visa promover a coesão interna e potenciar a competitividade externa através da valorização do território, assumindo-se como o referencial estratégico nacional para os demais instrumentos de gestão territorial, para a territorialização das

políticas públicas e para a programação de investimentos territoriais a financiar por programas nacionais e comunitários.

O PNPOT preceitua, assim, um espaço sustentável e bem ordenado, que preserve o quadro natural e paisagístico, por uma economia competitiva, integrada e aberta e por um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar.

Tendo por base o conceito de coesão territorial, o PNPOT assume os seguintes princípios territoriais:

- Enfatizar a importância da Governança Territorial como motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais, da cooperação horizontal entre distintos atores, e de uma maior coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial, promovendo uma maior eficiência e eficácia, assim como a transparência e a prestação de contas;
- Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial, identificando os recursos territoriais capazes de criar sinergias e gerar massas críticas que favoreçam geografias funcionais, flexíveis e integradas, passíveis de apoiar ganhos de sustentabilidade e colmatar diferenças de dimensão, densidade e acesso a serviços e amenidades;
- Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos;
- Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a discriminação positiva dos territórios e reduzir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de residirem em áreas centrais ou periféricas ou com diferentes graus de desenvolvimento ou expostas a diferentes riscos;
- Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, e a importância do fomento de uma economia mais verde e circular, de uma energia mais limpa e eficiente, da descarbonização da sociedade e da contenção e reversão das perdas de património natural, paisagístico e cultural;

- Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão.

Os 10 compromissos para o território traduzem as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território e para o reforço das abordagens integradas de base territorial.

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
3. Adaptar os territórios e gerar resiliência
4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material
5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território
8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade
9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos
10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT

Os 10 Compromissos para o Território são operacionalizados no quadro de 5 Domínios de Intervenção:

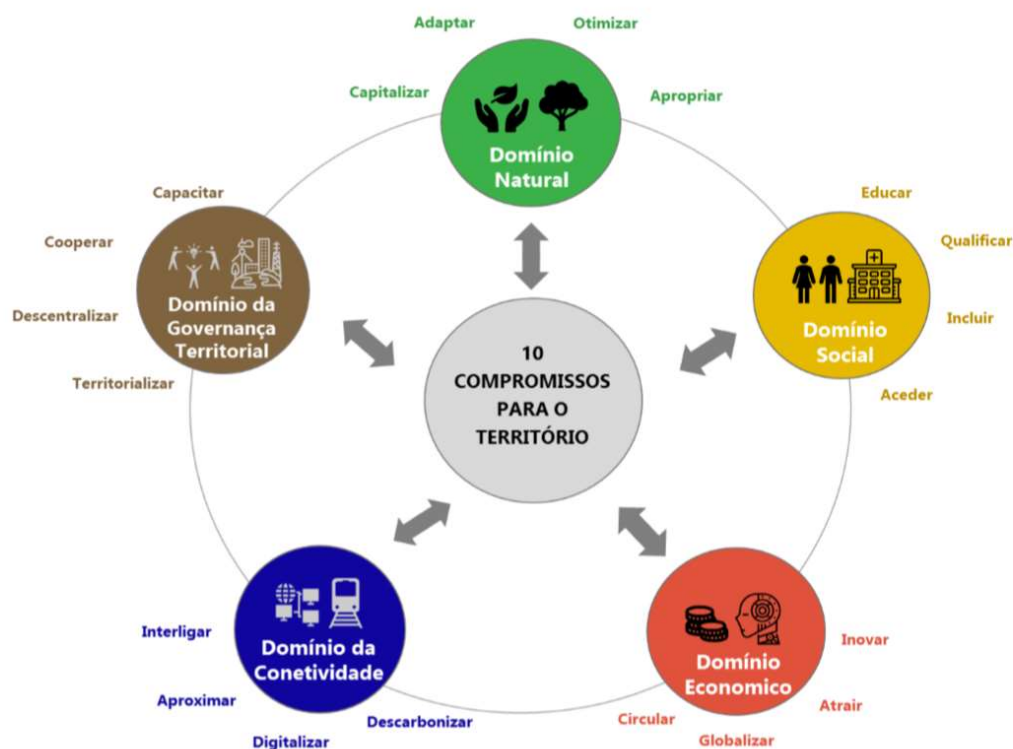
D1 Domínio Natural, que concorre para a otimização e a adaptação, dinamizando a apropriação e a capitalização dos recursos naturais e da paisagem.

D2 Domínio Social, que concorre para a educação, qualificação e a inclusão da população e o acesso aos serviços públicos e de interesse geral.

D3 Domínio Económico, que concorre para a inovação, a atratividade e a inserção de Portugal nos processos de globalização e aumentando a circularidade da economia.

D4 Domínio da Conetividade, que concorre para o reforço das interligações, aproximando os indivíduos, as empresas e as instituições, através de redes e serviços digitais e de uma mobilidade que contribui para a descarbonização.

D5 Domínio da Governança Territorial, que concorre para a cooperação e a cultura territorial, capacitando as instituições e promovendo a descentralização e a desconcentração e uma maior territorialização das políticas.



Os 5 Domínios de Intervenção enquadram as 50 medidas de política estabelecidas:



A tabela que se segue apresenta a síntese entre os objetivos do projeto e os Desafios

Desafios territoriais		Objetivos do projeto	Aumento da capacidade instalada da unidade industrial de forma a dar respostas às solicitações do mercado.
1.1	Valorizar o capital natural		Alta
1.2	Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano		Baixa
1.3	Aumentar a resiliência socio-ecológica		Média
2.1	Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa		Alta
2.2	Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna		Baixa
2.3	Promover a qualidade urbana		Média
3.1	Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral		Média
3.2	Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização		Média
3.3	Promover o desenvolvimento transfronteiriço		Médio
4.1	Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica		Alta
4.2	Reforçar e integrar redes de acessibilidade e de mobilidade		Baixa
4.3	Dinamizar redes digitais		Baixa
5.1	Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível		Baixa
5.2	Promover redes colaborativas de base territorial		Baixa
5.3	Aumentar a cultura territorial		Média

“18. Completar o enquadramento nas normas/diretrizes aplicáveis do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) - UT8-Eixo Ribeirinho Azambuja/Santarém e UT9-Colinas do Tejo; Área de Desenvolvimento Agrícola e Florestal - Viticultura e Olivicultura; Rede Complementar da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) - Áreas Ecológicas Complementares – Paisagem Notável; Riscos - Perigosidade sísmica moderada; Padrões de ocupação do solo - Classe AA – Áreas Agrícolas.”

RESPOSTA:

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT - OVT) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 64-A/2009, D.R. nº 151, Suplemento, Série I de 6 de agosto de 2009 e retificada pela Declaração de Retificação nº 71-A/2009, Diário de República, 1ª série nº 192, 2 de outubro de 2009.

Este plano abrange os municípios de Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras e Vila Nova da Barquinha.

PROT OVT cumprirá as seguintes funções principais:

- Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas;
- Promover a integração das políticas sectoriais e ambientais no ordenamento do território e a coordenação das intervenções; e
- Orientar a elaboração dos respetivos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) abrangidos.

E o cumprimento dos seguintes objetivos:

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções do PNPOT e dos planos sectoriais;

- Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional;
- Definir medidas e intervenções com vista à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;
- Servir de quadro de referência para a elaboração dos planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

O PROTOVT no Capítulo III – Opções Estratégicas de Base Territorial apresenta o Modelo Territorial que define Unidades Territoriais, sendo estas delimitadas com base na identificação de áreas relativamente homogéneas tanto do ponto de vista de ocupação do solo, ocupação agrícola florestal ou edificada, evidenciando potencialidades e problemas comuns.

O PROTOVT define 16 unidades territoriais. A Figura 12 apresenta o enquadramento da FSP nas unidades territoriais.

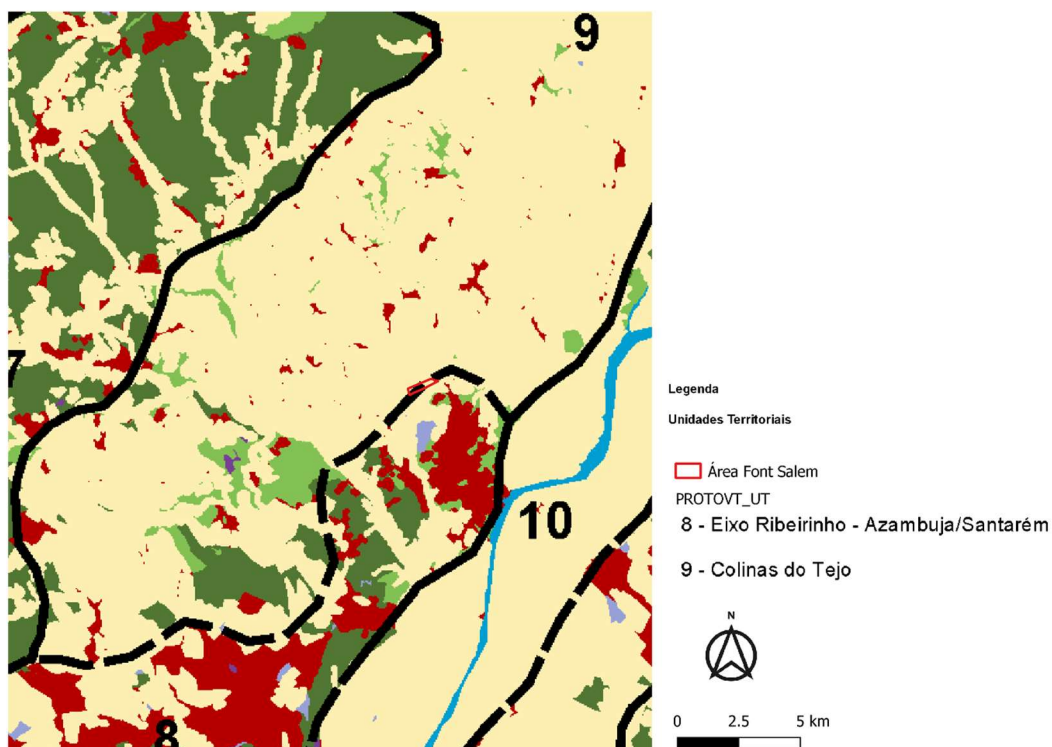


Figura 12- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta das Unidades Territoriais do PROT OVT.

Fonte. Adaptado de PROT – OVT

Da análise da Figura 12 verifica-se que a FSP se insere na unidade territorial 9 – Colinas do Tejo e UT8 - Eixo Ribeirinho Azambuja/Santarém.

De referir que a UT8 - Eixo Ribeirinho Azambuja/Santarém é uma Unidade Territorial constituída pelo eixo Santarém - Azambuja que se desenvolve ao longo do Rio Tejo, desde o limite Sul do OVT até Santarém.

Os padrões agrícolas e florestais são nesta UT minoritários e essencialmente afetos a pequenas áreas residuais de floresta e de policultura.

Esta UT tem grandes áreas afetas a edificação dispersa, fragmentada ou concentrada, às quais estão associados polos industriais também de grandes dimensões. Na faixa territorial compreendida entre o Carregado e Santarém, ocorrem atividades que implicam grande consumo de espaço: logística, indústria e grandes infraestruturas de acessibilidades rododiferroviária. Aliás, a A1 e sobretudo a linha do Norte, tiveram grande influência na organização deste território.

O sistema urbano é polarizado por Azambuja, Cartaxo e Santarém, sendo que em matéria de dinâmica empresarial e logística, Aveiras e Carregado assumem um papel importante na estruturação da unidade.

A concentração de estabelecimentos industriais perigosos e o atravessamento do gasoduto e oleoduto, conferem a esta unidade territorial perigosidade tecnológica acentuada.

Unidade com potencial de energia solar relevante.

De elevado valor estratégico para a região, destaca-se o aquífero da margem direita do Tejo.

Tendo em conta a geologia dos solos esta unidade está extensivamente exposta a um elevado risco sísmico.

Esta unidade territorial apresenta uma forte relação com a unidade da Lezíria do Tejo, quer do ponto de vista estrutural, quer cénico. É exemplo dessa relação a vista única sobre a planície da Lezíria, proporcionada pelas “Portas do Sol” em Santarém. Verifica-se também uma forte relação com a Área Metropolitana de Lisboa.

A descrição da unidade territorial 9 – Colinas do Tejo esta efetuada no EIA.

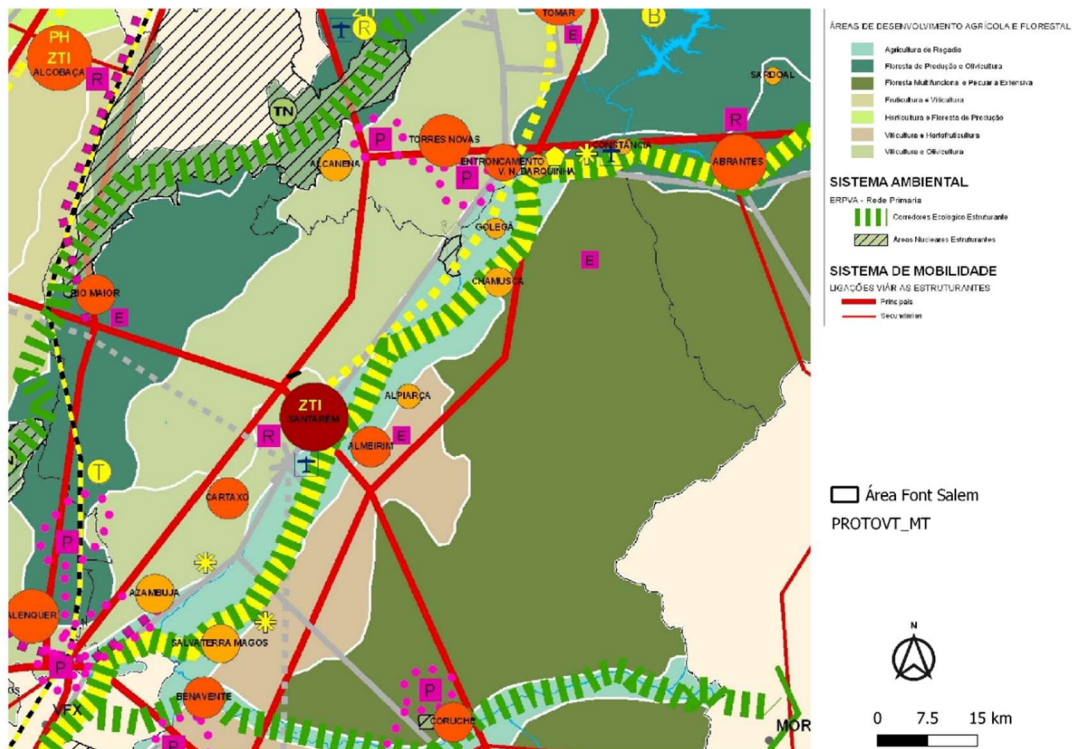


Figura 13- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta Modelo Territorial do PROT OVT.

A Figura 13 demonstra o enquadramento, da unidade industrial, no PROT OVT em “Área de desenvolvimento agrícola e florestal – viticultura e olivicultura”, sendo classificada como área agrícola.

O PROT OVT determina o conhecimento, a delimitação e a cartografia das áreas mais vulneráveis aos diversos tipos de risco identificados, bem como o controle rigoroso e continuado do estado de conservação de infraestruturas e equipamentos, como questões preferenciais a estabelecer no seu quadro de vigência.

Da análise da Planta de Riscos do PROT OVT (Figura 14) verifica-se a incidência da área de intervenção na classe associada ao risco de Perigosidade sísmica moderada.

No âmbito do risco sísmico o plano determina as seguintes diretrizes:

1. Projetar as infraestruturas de acordo com todas as normas de segurança, a fim de evitar que o colapso de uma rede de infraestruturas comprometa outra(s), em caso de sismo;
2. Promover, nas áreas de perigosidade sísmica elevada, estudos de avaliação do estado de segurança estrutural antissísmica de estruturas e infraestruturas vitais (rede hospitalar e de

saúde, rede escolar, quartéis de bombeiros e instalações de outros agentes de proteção civil e da Cruz Vermelha Portuguesa, infraestruturas viárias, redes de abastecimento de energia e de água) e dos edifícios dos centros urbanos antigos, e implementar medidas de reforço estrutural;

3. Projetar os novos edifícios e planejar as novas áreas urbanas (nas zonas classificadas com perigosidade sísmica elevada e moderada) de forma a reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face aos sismos e facilitar a intervenção de socorro em situação de emergência, garantindo distâncias de segurança adequadas entre os edifícios;
4. Definir e divulgar as áreas de socorro e de reagrupamento para a população e salvaguardar as acessibilidades aos espaços seguros, em situação de catástrofe sísmica, em articulação com os Planos de Emergência Municipais, Distritais e Nacional.

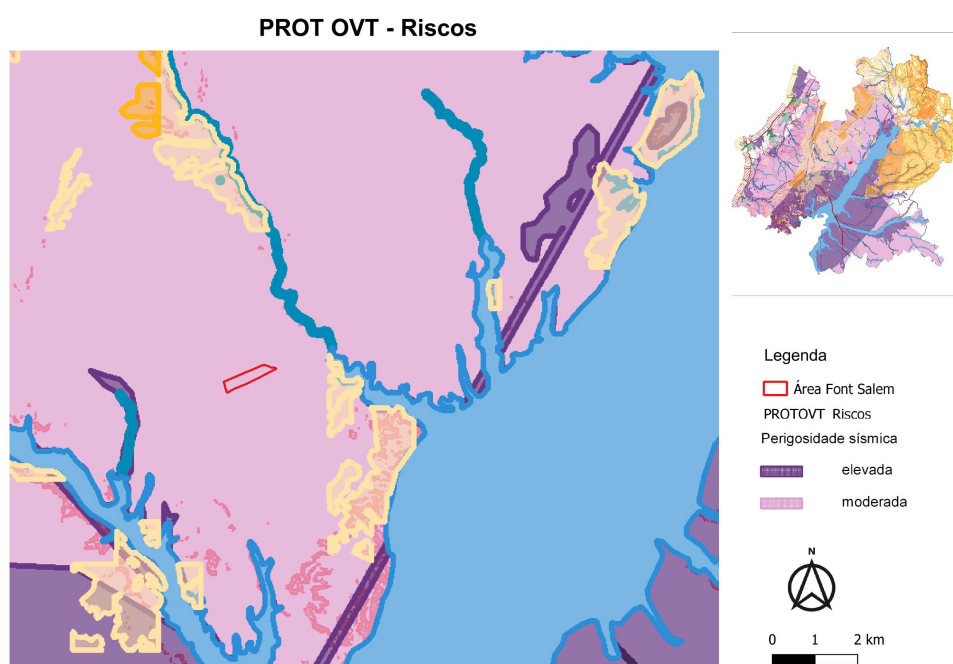


Figura 14- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta de Riscos do PROT OVT

Fonte. Adaptado de PROT – OVT

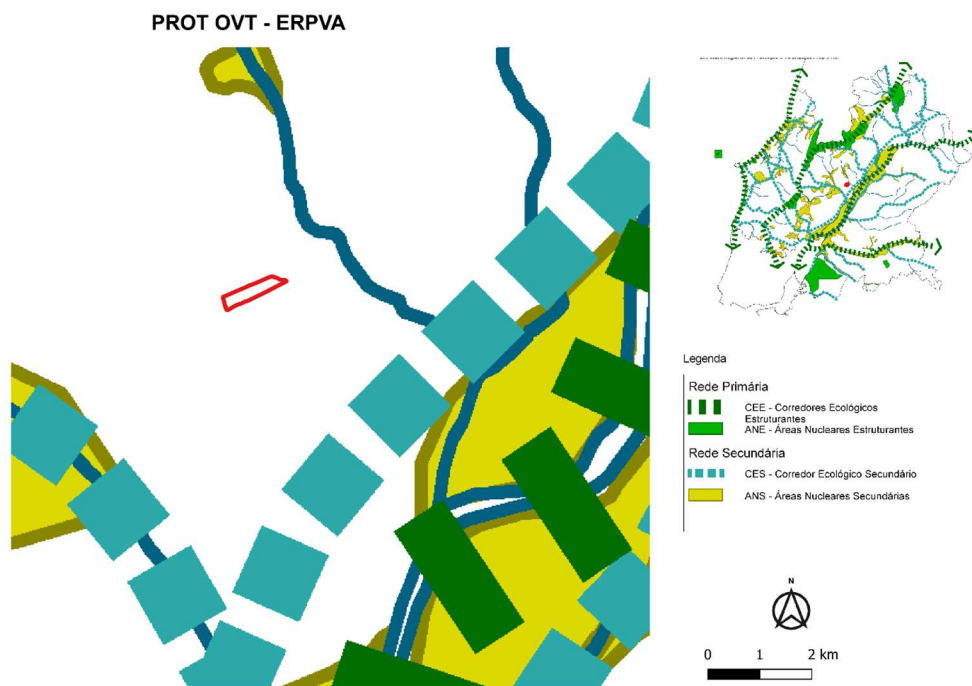


Figura 15- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta da Estrutura Ecológica de Proteção e Valorização Ambiental do PROT OVT.

Fonte. Adaptado de PROT – OVT

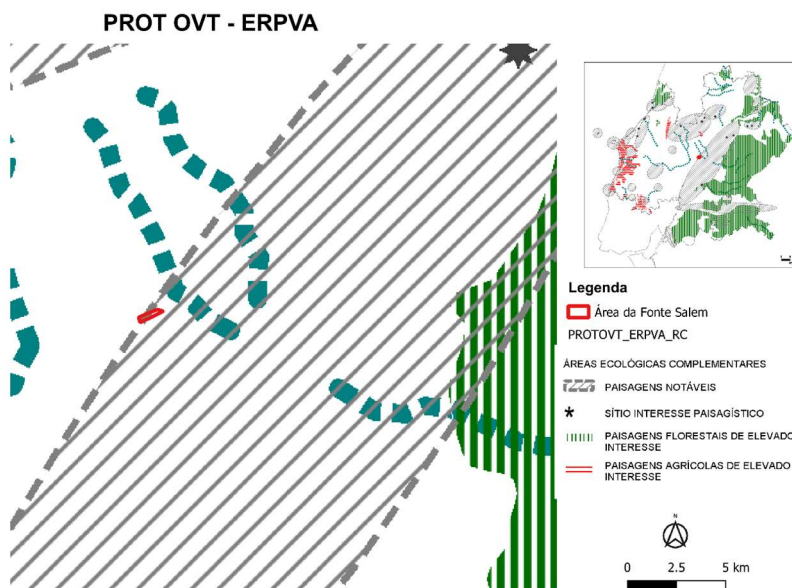


Figura 16- Delimitação da área de intervenção sobre extrato da Planta da Estrutura Ecológica de Proteção e Valorização Ambiental do PROT OVT

Fonte. Adaptado de PROT – OVT

A Figura 15 e Figura 16 apresentam a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) evidenciando que o projeto está incluído em Áreas Ecológicas Complementares – paisagem notáveis. De referir que a ERPVA constitui uma estrutura que tem por suporte um conjunto de áreas territoriais e corredores que representam e incluem as áreas com maior valor natural ou com maior sensibilidade ecológica. Esta estrutura deverá permitir a manutenção da biodiversidade característica da Região e dos processos ecológicos fundamentais para a integridade dos seus ecossistemas sensíveis.

“19. Caracterizar corretamente o ambiente afetado pelo projeto em termos de Ordenamento do Território com identificação e quantificação de todas as classes e categorias de espaço do PDM e respetivo articulado do seu Regulamento, incluindo o disposto no Quadro de Compatibilidades do Anexo II (cf. artigo 80º da Secção XII - Circulação e estacionamento automóvel, no caso de Indústrias e Armazéns), bem como face às condicionantes afetadas. Note-se que, segundo a Planta de Ordenamento – 4 (escala 1/25.000) o local abrange: - Espaços Industriais (artigo 61º); - Espaços Agroflorestais (artigos 66º e 67º); - Espaços Agroflorestais (integrados na RAN) (artigos 66º e 67º); - Espaços Canais (artigo 70º). Contudo, a cidade de Santarém é pormenorizada na Planta de Ordenamento - 9.1 - Cidade (escala 1/10.00) que classifica parte do terreno/parcela como: “Espaços Industriais” (artigo 61º) e “Espaços verdes urbanos de integração paisagística de infraestruturas”.

RESPOSTA

Conforme referido no ponto “2. Apresentar em quadro-síntese os parâmetros urbanísticos da situação existente e da situação proposta (área de construção e área de implantação – incluindo a área das carpas-, área de impermeabilização, volumetria das edificações/construções – incluindo das carpas e outros elementos -, n.º de pisos/altura das edificações/elementos, localização e n.º de lugares de estacionamento de ligeiros e pesados)” do presente documento o projeto possui edificações.

“Segundo o definido no DL 555/99 artigo 2º a) Edificação: a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência. Assim, por lapso foi referido que não existiam edificações, quando o que se queria dizer é que não existiria

construção de novos edifícios por termos considerado que as carpas são estruturas amovíveis e a data do EIA já estar construído o edifício da ETAP. Desta forma o projeto possui edificações.”

Os seguintes Locais | Edifícios não sofreram qualquer alteração na área ou volumetria:

- Edifícios administrativos;
- Edifício de enchimento;
- Zona de produção/fabrico;
- Armazém nº 1;
- Armazém produtos químicos.

O projeto prevê entre outras as seguintes alterações na área ou volumetria:

- A construção de um pavilhão para a Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) | Estação de Tratamento de Águas (ETA) (já **construído à data do EIA**);
- Instalação das CARPAS 4, 5 e 6, estruturas amovíveis para armazenamento. (As **CARPAS 1, 2 e 3 já se encontravam construídas à data do EIA**).
- Alteração de pequena dimensão do edifício da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI), com aumento da área impermeabilizada e instalação de tanques;
- Construção de um parque de estacionamento para pesados com um pequeno edifício para os motoristas.

A Figura 17 e o **Anexo II – Planta de implantação licenciamentos** apresentam planta com as intervenções que constituem o projeto (azul).

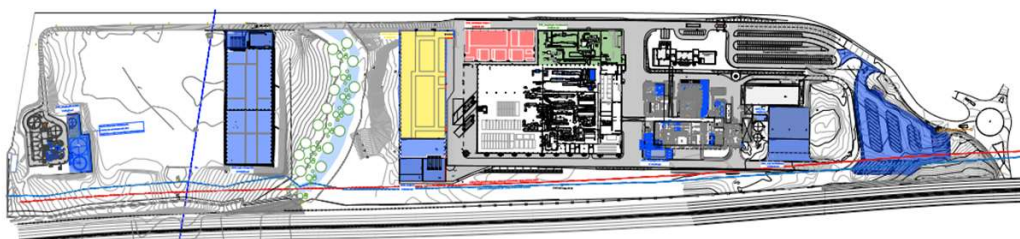


Figura 17 - Planta com intervenções que constituem o projeto a azul.

No **Anexo VI - Extrato de cartas do PDM**, Figura 18, Figura 26 e Figura 20 apresenta-se sobreposição das ações existentes e previstas nas plantas do PDM. A azul estão assinaladas as intervenções que compreendem a ampliação em apreço.

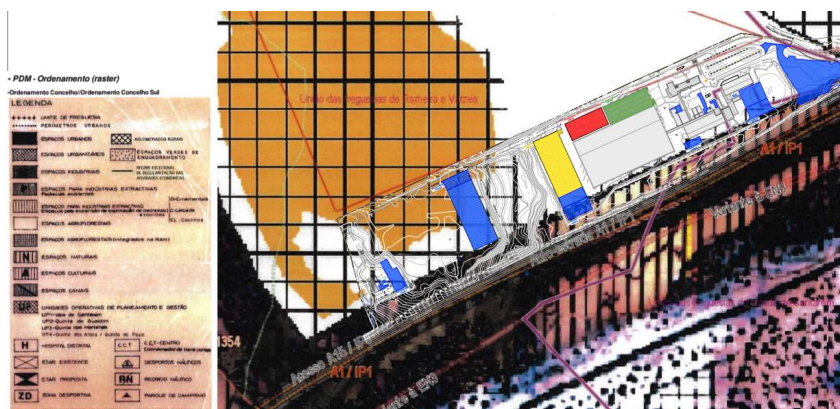


Figura 18 - Extrato da Planta de Ordenamento – Concelho (s/ escala).

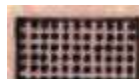
Segundo a Planta de Ordenamento – Cidade (escala 1/25.000) a área que compreende a Font Salem abrange:



- Espaços Industriais (artigo 61º);



- Espaços Agroflorestais (artigos 66º e 67º);



- Espaços Agroflorestais (integrados na RAN) (artigos 66º e 67º)



- Espaços Canais (artigo 70º).

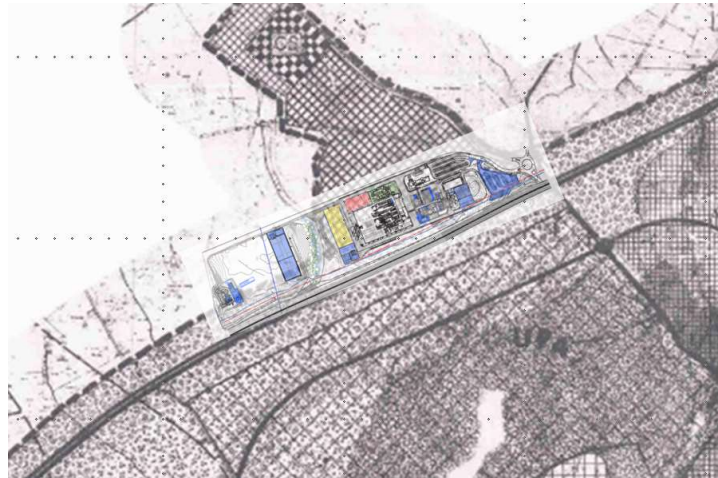


Figura 19 - Extrato da Planta de Ordenamento – Cidade (s/ escala).

Contudo, a cidade de Santarém é pormenorizada na Planta de Ordenamento - 9.1 - Cidade (escala 1/10.00) que classifica parte do terreno/parcela como (ver Figura 19):



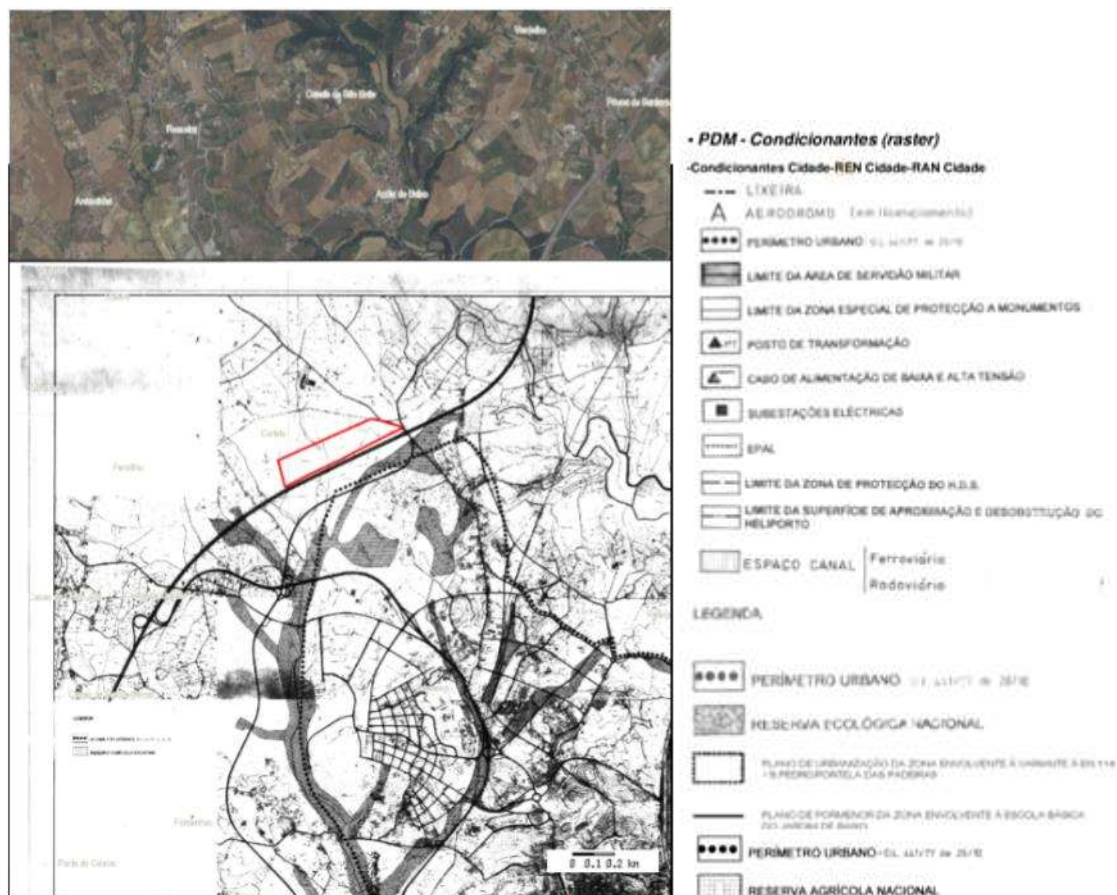
“Espaços Industriais” (artigo 61º) e



“Espaços verdes urbanos de integração paisagística de infraestruturas”.



Figura 20 - Extrato da Planta de Condicionantes – Concelho (s/ escala).



Localização da área em estudo.

Figura 21 -- Extrato da Carta Condicionantes – RAN e REN do PDM de Santarém – Cidade.

Fonte: <http://websig.cm-Santarém.pt/>

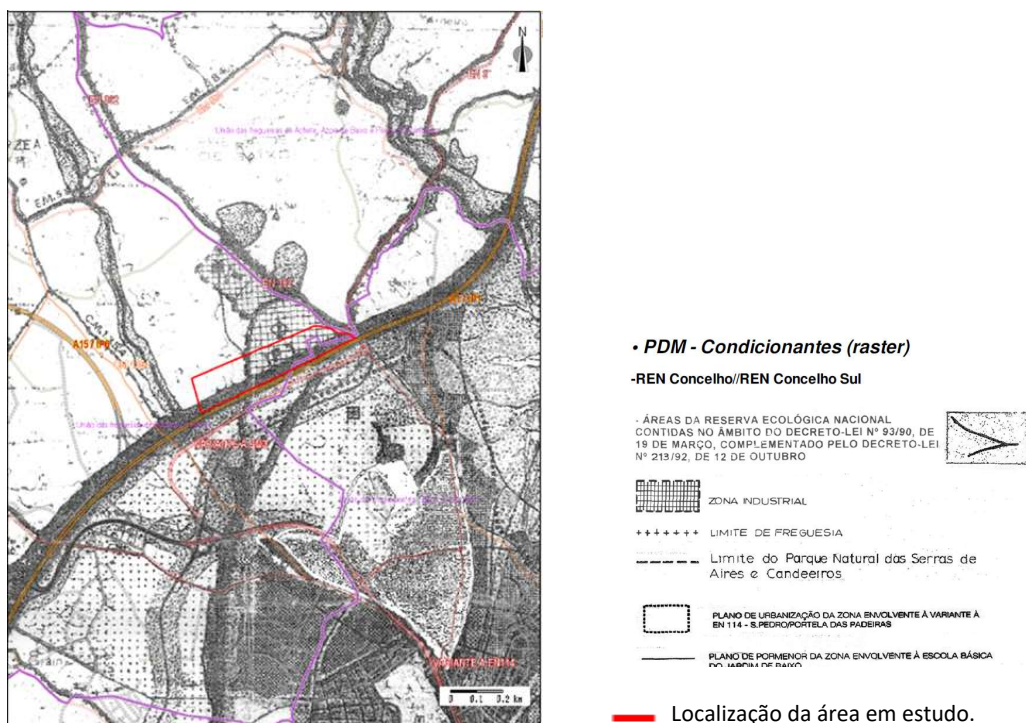


Figura 22 – Extrato da Carta Condicionantes - REN do PDM de Santarém – Concelho.

Fonte: <http://websig.cm-Santarém.pt/>

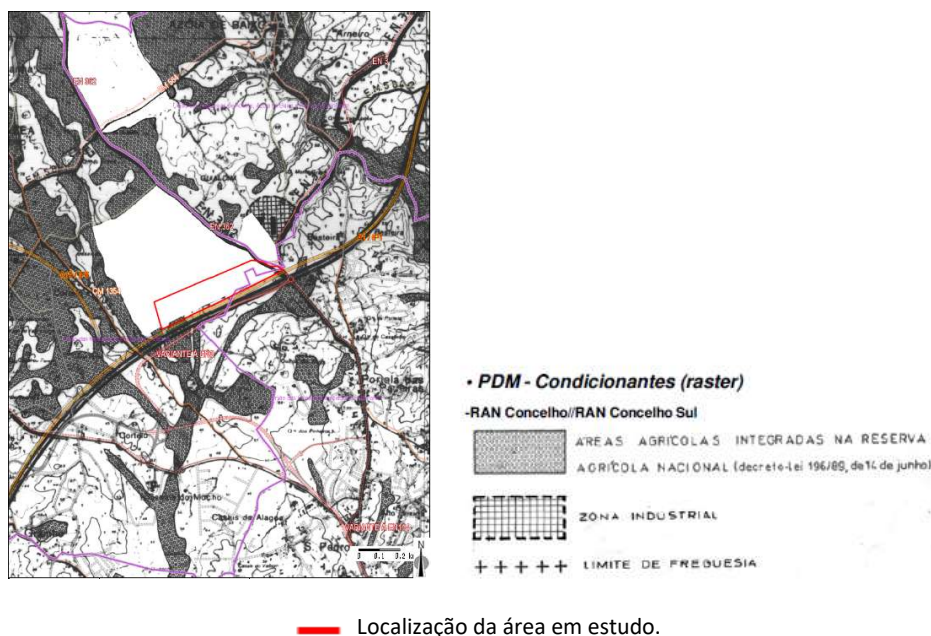


Figura 23 – Extrato da Carta Condicionantes – RAN do PDM de Santarém – Concelho.

Fonte: <http://websig.cm-Santarém.pt/>

Na Figura 20 apresenta como condicionantes a autoestrada do Norte.

O Regulamento do Plano Diretor Municipal de Santarém no **artigo 30º – Servidões Rodoviárias** refere que os condicionamentos e servidões da rede rodoviária são os que constam em diversa legislação.

A FSP localiza-se na Quinta da Mafarra, na Várzea no concelho de Santarém, situa-se a norte da rede viária A1, como se pode ver na figura anterior.

O projeto em análise inclui a implementação de um parque de estacionamento de pesados, no terreno junto à entrada da unidade industrial da FSP parcialmente inserido na zona de servidão *non aedificandi* da A1 (ver Figura 17) e Anexo III – Planta geral distâncias, de acordo com os limites definidos na alínea a) do Nº 8 do artigo 32º do EERRN, designadamente dentro dos limites definidos pelos 50m do eixo da estrada e dos 20m de zona da estrada. Em concreto, a intervenção incluída na zona de servidão *non aedificandi* resume-se a uma pavimentação sem qualquer construção que não será visível da autoestrada que, tendo em conta a topografia envolvente não interfere na atenção dos automobilistas.

Relativamente ao processo de licenciamento das obras do parque de estacionamento de pesados (Processo nº 01-2018/70) o projeto possui parecer favorável ainda sem alvará (ver **Anexo I - Licenças**).

Em relação à ampliação da **ETARI**, esta possui Alvará de Licenciamento de Ampliação nº 165/2019, o projeto mereceu parecer favorável, da APA, no âmbito dos recursos hídricos pois não interfere com a faixa de servidão administrativa do domínio hídrico, prevista na Lei n.º 54/ 2005, de 15 de novembro.

No parecer supracitado é realçada a necessidade de revisão do atual título L014625.2017.RH5A ao abrigo da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-lei nº 130/2012, de 22 de junho e Decreto-lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio.

De salientar que a intervenção na ETARI, para além dos novos tanques e do novo reator, não implica aumento de área no edificado atualmente existente. A grande alteração tem a ver apenas com uma adequação/renovação dos equipamentos. Em concreto, esta alteração traduz-se num aumento de 30,85m² de área coberta e 1562,75m² de superfície impermeabilizada.

A CARPA 4 e laje Barris /vidro possui Alvará de Licenciamento de Ampliação nº 40/2019. No Anexo VII - CARPA 4 e Laje de Depósito de Vidros e Barris apresenta-se Memória Descritiva " Construção da Carpa 4 e Laje de Depósito de Vidros e Barris" onde se refere:

(...) “A implantação dos pavimentos ocorre em espaço industrial. É observado o disposto no PDM de Santarém no que se refere ao uso pretendido e ao cumprimento dos parâmetros urbanísticos. É verificada distância à plataforma da autoestrada A1 no respeito pela zona de servidão non aedificandi, nestes espaços, apenas se está a pavimentar e sem qualquer intervenção edificada. A introdução desta pavimentação resulta de um fluxo interno de veículos e que tem apenas a ver com uma optimização de circuitos de produção e expedição”(...).

A CARPA 5 e 6 possuem Alvará de Licenciamento de Ampliação nº 341/2019. No Anexo VIII - Construção do Armazém 5 e 6 apresenta-se Memória Descritiva " Construção do Armazém 5 e 6" onde se refere:

(...) “A implantação dos pavimentos ocorre em espaço industrial.”

Nas imediações do edifício da FSP existem linhas de alimentação elétrica de baixa e alta tensão. De acordo com o Regulamento do PDM, no seu artigo 24.º, refere que os condicionamentos a respeitar relativamente as linhas elétricas são as constantes no Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de fevereiro, que refere no seu artigo 29º, que a distancia mínima a assegurar entre os condutores de linha e um edifício devera ser pelo menos de 4m. Todos os trabalhos a realizar cumpriram o anteriormente disposto.

No que concerne às intervenções designadas “**Ampliação do Fabrico**” e **ETAP** estas estão localizadas em “Espaços Industriais” e possuem Licença construção/ Alvará nº274/2018 e nº 16_2018_41 respetivamente.

Os parâmetros urbanísticos que constam do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Santarém, especificamente o artigo 61º espaços industriais, são:

- Volumetria < 5 m³/m².
- Afastamento mínimo em relação as bermas das vias: 10 m.
- Afastamento mínimo em relação ao limite lateral do prédio: 6 m.

Os parâmetros urbanísticos estão apresentados no ponto “2. Apresentar em quadro-síntese os parâmetros urbanísticos da situação existente e da situação proposta (área de construção e área de implantação – incluindo a área das carpas-, área de impermeabilização, volumetria das edificações/construções – incluindo das carpas e outros elementos -, n.º de pisos/altura das edificações/elementos, localização e n.º de lugares de estacionamento de ligeiros e pesados)” do presente documento e complementados pela Anexo III – Planta geral distâncias.

No que concerne ao PDM de Santarém, especificamente ao artigo 80º da Secção XII - Circulação e estacionamento automóvel, no caso de Indústrias e Armazéns onde o parque estacionamento para veículos pesados, parte integrante do projeto que a FSP integra, cumpre apresentar o entendimento da “equipa de projeto” (ver **Anexo VIII - Construção do Armazém 5 e 6** apresenta-se Memória Descritiva "Construção do Armazém 5 e 6" onde se refere:

“(...) De forma a dar cumprimento ao mencionado no nº 2 do artº 80º do PDM de Santarém para a área de implantação total das instalações (44.074,44 m²), deveríamos prever 471 lugares de estacionamento, dos quais 383 para ligeiros e 88 para pesados.

Estes valores resultam de uma aplicação direta do PDM, que neste caso específico nos remetem para uma situação perfeitamente exagerada no resultado e que em nada se adequa às necessidades reais do funcionamento da fábrica.

*Considerando-se que atualmente existem no local cerca de 233 lugares para ligeiros, valor consideravelmente abaixo do exigido pelo PDM no que respeita ao **número de lugares para ligeiros e o nº de funcionários previstos após ampliação será de cerca de 218**, distribuídos pelos diferentes turnos da empresa, com cerca de 92 funcionários no horário com maior nº de trabalhadores em simultâneo, não se prevê a lotação completa do nº de estacionamentos e ficando um nº de lugares significativo disponível para visitantes e prestadores de serviços Desta forma não se prevê a necessidade e aumentar ao nº de estacionamento de ligeiros e solicitando-se por isso a manutenção do nº atual de lugares de estacionamento de ligeiros.”*

“No que respeita ao tráfego de pesados o valor exigido pelo PDM prende-se nos 88 lugares. Antes da ampliação existem no local 20 lugares e na ampliação está previsto a construção de um novo parque de pesados (Licenciamento do processo nº 01-2018/70) com capacidade para 49 camiões, perfazendo

no total 69 lugares de estacionamento para Camiões. Como a empresa possui 9 cais e na ampliação vai incluir mais 12 cais, no total vai possuir uma capacidade para 90 camiões, valor suficiente para o fluido funcionamento do tráfego de cargas e descargas, considerando-se por isso que o PDM vai ser cumprido.”

“Prevê-se que o tráfego máximo passe de 88 camiões por dia (antes projeto) para 168 camiões (após projeto). Com as ampliações previstas prevê-se uma diminuição no tempo de espera para carregamento de 2h40min para a 2h20min e a manutenção do tempo de descarga (1 a 2 horas), conforme informação apresentada de seguida.”

Tabela 20 – Caracterização da operação de cargas e descargas de matéria-prima e produto final e regimes de funcionamento

Tipo veículos / operação de cargas e descargas	N.º de veículos pesados prima e produto final e regimes de funcionamento	Antes do projeto	Situação após projeto
Camiões de receção matéria-prima e material de embalagem	Nº Camiões/dia	8	8
	Tempo de espera para descarregar	1H a 2H	1H a 2H
	Horário de funcionamento para as cargas e descargas (de 2ªf a 6ªf)	8H - 24H	8H - 24H
Camiões para abastecer com produto final	Nº Camiões/dia	80	160
	Tempo de espera para carregar	2H40	2H20
	Horário de funcionamento para as cargas e descargas (de 2ªf a 6ªf)	8H - 24H	8H - 24H
Camiões de transporte de resíduos	Nº Camiões / semana	3 / semana	5 / semana
	Tempo de espera	NA	NA
	Horário de funcionamento (2ªf a 6ªf)	8H – 20H	8H – 20H

“De salientar que a ampliação visa a otimização de processos, sistematização, automatização e aumento da capacidade produtiva tendo como elemento gerador novas linhas de engarrafamento robotizadas e com muito pouca intervenção da mão humana.

Destas linhas o produto acabado sai “paletizado” e pronto a ser acondicionado para carregamento e saída. É fácil compreender que este aumento de produção vai obrigar à criação de mais espaços de armazenagem de produto acabado. Daí a necessidade de introdução do sistema de cobertura amovível (carpa), extremamente leve e simples que permite proteger o produto acabado das condições meteorológicas e organizar de forma mais simples o próprio processo de carga para saída.

Nestas zonas de armazenagem o efetivo de pessoal será muito reduzido, oscilando entre 6 e 9 funcionários (9 na “época alta” e 6 no inverno).

Como se referiu o facto de aumentar a área de armazenagem não acarretou aumentos significativos no nº global de funcionários, apenas estes viram o seu trabalho muito mais objetivo e organizado permitindo uma rentabilidade até aqui comprometida.

O Plano Diretor Municipal de Santarém, tal como todos os restantes planos pelo país fora, estão elaborados numa lógica generalista que abranja o maior número de casos, no entanto, fruto de uma evolução tecnológica, de sistemas de trabalho, quiçá se deva questionar a justeza desta abordagem num caso em que há nitidamente um passo á frente.

A relação entre área construída e número de funcionários era baseada num simples cálculo aritmético, porém, com todo este tipo de evoluções, este novo cálculo passou a logarítmico. Esta relação depende de variáveis muito distintas e remete-nos para uma nova realidade.

Seria importante que fosse feita uma análise crítica desta situação de forma a incluir esta situação, como elemento de exceção ao abrigo do art.º 87 do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor.”

“20. Apresentar extrato(s)/planta(s) do PDM com sobreposição exata e pormenorizada das ações existentes e previstas com classes/categorias de espaço abrangidas.”

RESPOSTA

No Anexo VI - Extrato de cartas do PDM, apresenta-se a sobreposição das ações existentes e previstas com classes/categorias de espaço abrangidas.

“21. No âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN), deverá ser esclarecido o seguinte:

i. Integrar extrato da Carta de REN de Santarém em vigor publicada em Diário da República em diploma autónomo, com o projeto – incluindo todas as instalações, as infraestruturas existentes/previstas, entre elas os acessos e os pontos de descargas das águas pluviais e das águas residuais, bem como outras eventuais ações”.

RESPOSTA

A Figura 24 que se segue apresenta o extrato da Carta de REN de Santarém em vigor publicada em Diário da República em diploma autónomo, com o projeto – incluindo todas as instalações, as infraestruturas existentes/previstas, entre elas os acessos e os pontos de descargas das águas pluviais e das águas residuais. A Figura 25 e o **Anexo II – Planta de implantação licenciamentos** ajudam a

compreender as intervenções encetadas pela FSP, entre elas apresentando, entre elas, as intervenções que constituem o projeto (azul).

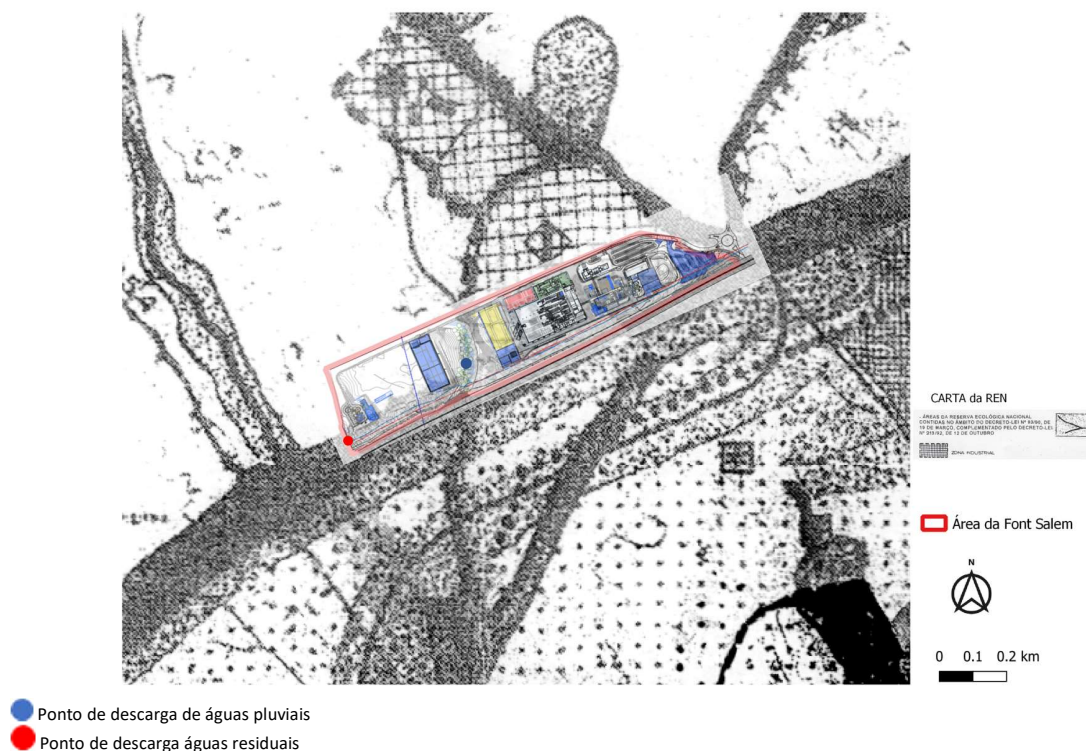


Figura 24 -- Extrato da REN Carta de REN de Santarém (adaptada).

Fonte: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/cartas-ren-em-vigor/9590.htm>

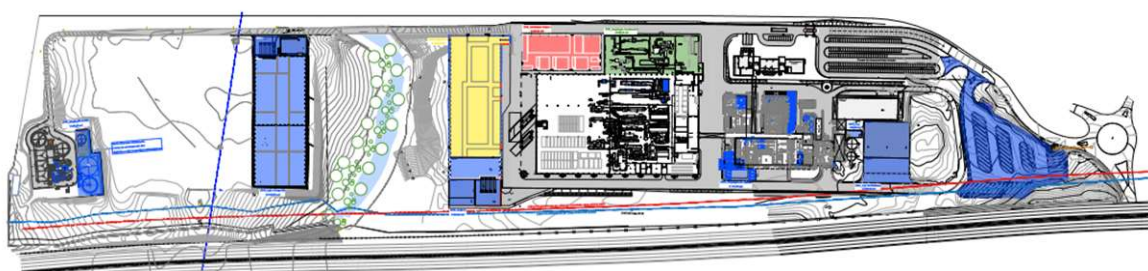


Figura 25 - Planta com intervenções que constituem o projeto a azul.

Importa referir que solicitada à CCDR LVT, através do formulário disponível, “Pedido de extrato de Carta(s) da Reserva Ecológica Nacional (REN)” (em vigor e por tipologias) com a implementação do projeto. Contudo, esta informação não foi rececionada atempadamente pelo que se utilizou as plantas disponibilizada no *site* da CCDR LVT.

“ii. Considerando que o projeto interfere com “cursos de água” integrados na REN - pelo menos com o ponto de descarga das águas pluviais, alterar as abordagens efetuadas a nível desta restrição de utilidade pública, referindo explicitamente se nos leitos dos cursos de água integrados na REN:

- se manterão eventuais ações devidamente viabilizadas anteriormente – neste caso deverão ser apresentados os elementos formais completos que permitiram essa viabilização;*
- estarão em causa ações que careçam de regularização e, em caso afirmativo, quais;*
- estarão em causa novas ações e, em caso afirmativo, quais.”*

RESPOSTA

Do projeto em apreço não decorrem ações sobre a REN. No entanto, a FSP possui um ponto de descarga de águas pluviais num curso de água pelo que se manterão as ações viabilizadas anteriormente (ver Anexo IX - Descarga de águas pluviais).

“22. Caracterizar com rigor essas ações, distinguindo as que se consideram interditas, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, como destruição do revestimento vegetal, escavações e aterros, vias de comunicação, e obras de urbanização, construção e ampliação, nas quais devem ser incluídas as áreas impermeabilizadas”.

RESPOSTA

Do projeto em apreço não decorrem ações sobre a REN. No entanto, a FSP possui um ponto de descarga de águas pluviais num curso de água pelo que se manterão as ações viabilizadas anteriormente.

3.3.2 23 A 26 RECURSOS HÍDRICOS

“23. Apresentar a caracterização da qualidade da água das linhas de água a montante e a jusante dos pontos de descarga (ETAR e separador de hidrocarbonetos). Os parâmetros a analisar deverão ser os seguintes: pH, Temperatura, Oxigénio dissolvido (% de saturação), CBO5, Azoto amoniacal, Azoto total e Fósforo total.”

RESPOSTA

Na tabela seguinte é apresentada a caracterização da qualidade da água das linhas de água a montante e a jusante do separador de hidrocarbonetos conforme relatório apresentado no **Anexo XXIII – Recursos Hídricos:**

Tabela 21 – Caracterização da qualidade da água das linhas de água a montante e a jusante do separador de hidrocarbonetos

Parâmetros	pH [VLE: 6 – 9]	CBO5 (mg/l O2) [VLE: 40]	Azoto total (mg/l N) [VLE: 15]	Fósforo total (mg/l P) [VLE: 10]	Azoto amoniacal (mg/l NH4) [VLE: 10]	CQO (mg/l O2) [VLE: 150]	Oxigénio dissolvido (% de saturação)
Montante	7,62	2	<L.Q.	<L.Q.	0,062	8,95	98
Jusante	7,48	6	<L.Q.	0,184	0,284	0,3	3

Da análise dos resultados é possível concluir que os mesmos estão abaixo dos VLE conforme disposto no Anexo 18 – Descargas de águas residuais do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

A caracterização da qualidade da água das linhas de água a montante e a jusante da ETARI foram apresentados no EIA para o período 2013-2015 (Relatório do ISQ, 2015). A FSP adjudicou a realização de uma nova monitorização, no entanto, à data da presente resposta ainda não tinha sido possível realizar a mesma, por não terem ocorridos as condições climatológicas que permitam a realização da mesma.

“24. Apresentar uma caracterização de referência à qualidade das águas subterrâneas à boca de um dos furos de instalação. Os parâmetros a analisar deverão ser: pH, Temperatura, Condutividade, SST, Nitratos, Azoto amoniacal, Fosfatos, CBO5, CQO, Oxigénio dissolvido (% de saturação), Zinco, Níquel, Cádmio, Mercúrio, Chumbo, Hidrocarbonetos dissolvidos e emulsionados, Hidrocarbonetos Aromáticos Polinucleares, Coliformes Totais, Coliformes Fecais *Streptococcus Fecalis*. Os valores de referência são os constantes no anexo I do D.L. nº 236/98, de 1 de Agosto, que estabelece normas de qualidade para as águas próprias para a produção de água para consumo humano.”

RESPOSTA

Na tabela seguinte é apresentada a caracterização de referência à qualidade das águas subterrâneas à boca do furo 4 conforme relatório apresentado no **Anexo XXIII – Recursos Hídricos**:

Tabela 22 – Caracterização de referência à qualidade das águas subterrâneas à boca do furo 4

Parâmetro	Resultado	VMR	VMA
Temperatura da Água (no local)	26 ° C	22	25
pH	7,74	--	--
condutividade	380 µS/cm	1000	--
Fosfato	< 0,11 mg(P2O5)/L	0,4	--
Oxigénio Dissolvido	8 mg (O2)/L	--	--
Oxigénio Dissolvido (% Saturação)	99 %	70	--
Carência Bioquímica de Oxigénio	< 2 mg (O2)/L	3	--
Carência Química de Oxigénio	< 5 mg (O2)/L	--	--
Azoto Amoniacal	< 0,05 mg (NH4)/L	0,05	--
Sólidos Suspensos Totais	9 mg/L	25	--
Nitrato	1,1 mg (NO3)/L	25	50
Cádmio	< 0,0004 mg/L	0,001	0,005
Chumbo	< 0,003 mg/L	---	0,05-
Mercúrio	< 0,00005 mg/L	0,0005	0,001
Níquel	< 0,005 mg/L	--	--
Zinco	< 0,05 mg/L	0,5	3
Hidrocarbonetos Dissolvidos e Emulsionados	< 0,010 mg/L	--	0,05
Fluoranteno	< 0,005 µg/L	--	--
Benzo(b) fluoranteno	< 0,005 µg/L	--	--
Benzo(k) fluoranteno	< 0,005 µg/L	--	--
Benzo(a)pireno	< 0,003 µg/L	--	--

Parâmetro	Resultado	VMR	VMA
Benzo(g,h,i) perileno	< 0,005 µg/L	--	--
Indeno	< 0,005 µg/L	--	--
Bactérias Coliformes	0 ufc /100 mL	50	--
Bactérias Coliformes Fecais	0 ufc /100 mL	20	--
Enterococos intestinais	0 ufc /100 mL	20	--

Da análise dos resultados é possível concluir que os mesmos estão abaixo dos valores limite.

“25. Esclarecer se há interferência de alguma das componentes do projeto e da ampliação, incluindo muros ou vedações, com a faixa de servidão de domínio hídrico.”

RESPOSTA

Na data de 10/10/2018, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), comunicou um parecer favorável no âmbito dos recursos hídricos para o projeto de ampliação da ETAR da empresa Font Salem (APA, 2018). Na mesma comunicação refere-se que *“as construções previstas não interferem a faixa de servidão administrativa do domínio hídrico”*.

“26. Apresentar uma caracterização e fundamentação detalhada do risco de cheia em presença, incluindo a indicação da cota de máxima cheia, uma vez que é referido no RS (pág.116 e 117), nomeadamente “(...) tanto a área que é atravessada pela linha de água, bem como a zona situada mais a poente da área em estudo, junto à ETAR, estarão ambas sujeitas a um maior risco de cheias, dado que apresentam uma cota inferior, podendo verificar-se situações de caudais mais elevados nessas linhas de água, afluentes da margem esquerda da Ribeira das Fontainhas.(...)”.

RESPOSTA

A ocorrência de inundações está associada com uma alteração do curso de água relativamente ao seu leito ordinário, devido a períodos longos de precipitação. No caso de pequenos cursos de água, como no caso deste estudo, o regime hidrológico será do tipo torrencial, sendo que o transbordo dos leitos e o escoamento superficial poderão levar à formação de cheias. De acordo com o Plano de Gestão dos Riscos e Inundações (PGR5), a delimitação de zonas inundáveis deverá constar das plantas de síntese

dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), neste caso da Câmara Municipal de Santarém (PGR5, 2015).

Relativamente às linhas de água que ocorrem junto ao projeto em estudo, nomeadamente a que atravessa a área da unidade fabril, bem como, a que se situa junto à ETAR para poente, apresentam ambas caudais bastante limitados durante grande parte do ano. Dado que as mesmas se inserem numa região que é caracterizada por uma probabilidade de ocorrência de cheias e inundações considerada “média-alta” (Proteção Civil Santarém, 2016), a sua análise requer alguma sensibilidade. No entanto, a Carta de Perigosidade a Cheias e Inundações apresenta perigosidade alta apenas nas zonas baixas mais próximas ao leito do Rio Tejo, bem como, alguma perigosidade associada com os afluentes principais da margem direita, nomeadamente, o Rio Alviela (situado mais a norte) e o Rio Maior (situado mais a sul).

No cado de situações de ocorrência de períodos de elevada precipitação, prevê-se que possa ocorrer a subida repentina do leito das linhas de água que ocorrem junto à área do projeto, não sendo, contudo, possível definir uma cota máxima de cheia devido à inexistência de dados históricos disponíveis. No entanto, para o caso das referidas ribeiras de carácter secundário, prevê-se que a perigosidade associada com a ocorrência de cheias e inundações será bastante baixa, ou mesmo nula.

3.3.3 27 RUÍDO

“27. Atendendo a que os ensaios acústicos realizados para a caracterização da situação de referência foram realizados em dezembro de 2018 e considerando o solicitado no ponto I. 7., importa clarificar se o relatório de ensaio caracteriza, de facto, a situação de referência na ausência de projeto”.

RESPOSTA

Os ensaios acústicos foram realizados em dezembro de 2018 em que já se encontravam construídas à data do EIA as seguintes alterações:

- A construção de um pavilhão para a Estação de Tratamento de Águas Potáveis (ETAP) | Estação de Tratamento de Águas (ETA);

- As CARPAS 1, 2, e 3 estruturas amovíveis para armazenamento;

Nas tabelas 1 e tabela 8 São apresentadas as alterações previstas neste projeto e indicadas de seguida:

- A. Ampliação do Processo Cervejeiro | Zona Produtiva;
- B. Instalação da CARPA 4 e laje Barris /vidro;
- C. Instalação da CARPA 5 e 6 e Laje;
- F. Construção de um parque de estacionamento para pesados com um pequeno edifício para os motoristas.
- E. Ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARI).

3.3.4 28 QUALIDADE DO AR

“28. Tendo em consideração que o presente projeto corresponde a uma alteração de uma fábrica pré-existente, solicita-se uma estimativa das emissões anuais (quilogramas ou toneladas por ano) dos poluentes atmosféricos emitidos na Font Salem na situação sem projeto, por fonte e total da instalação.”

RESPOSTA

A estimativa das emissões anuais foi efetuada a partir das medições de emissões de poluentes para o ar, realizadas em dezembro de 2017 (Sondar.i Laboratórios de efluentes gasosos), atendendo à quantidade de horas trabalhadas por cada fonte de emissão de poluentes¹ (ver Tabela 24). De acordo com as medições realizadas, e considerando as horas de funcionamento dos equipamentos, estima-se a emissão anual dos seguintes poluentes:

- NOx (Óxidos de Azoto, expressos em NO₂): 4112,40 kg/ano;
- COVT (Compostos Orgânicos Voláteis Totais, expressos em C): 205,20 kg/ano;
- PTS (Partículas totais suspensas): 62,28 kg/ano

¹ Fonte: Formulário de Licenciamento, Siliamb, Processo: PL20190716001035; de 27/08/2019

Relativamente à emissão de Dióxido de Carbono (CO₂), a estimativa foi realizada a partir do consumo de energia, uma vez que não existem determinações da emissão deste poluente em todos os locais de queima de gás natural.

Na seguinte apresenta-se o registo da energia consumida, durante o ano de 2017, e a estimativa da produção de dióxido de carbono (CO₂) associado.

Tabela 23 - Consumos energéticos e dióxido de carbono emitido para a produção de energia

	Consumos energéticos em 2017	
	tep	CO ₂ (t) ²
Eletricidade	4 522,2	4 397,9
Gás natural	3 014,8	8090,8
Nota: foram considerados os fatores de emissão definidos no Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho.		

² Relativamente ao gás natural consideraram-se os fatores de emissão definidos no Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho. No que se refere ao consumo de eletricidade, foi utilizado como fator de conversão a emissão média de CO₂ emitida na produção de energia elétrica no ano de 2017 pelo fornecedor EDP (2), atendendo à participação das diversas fontes de energia.

Tabela 24 - Estimativa de emissão anual de poluentes atmosféricos

Fonte de emissão	Fonte energia	Observações	Emissão e poluentes (*)				Estimativa da produção anual de poluentes			
			NOx (kg/h)	COVT (kg/h)	PTS (kg/h)		N.º Horas/ano em funcionamento	NOx (kg/ano)	COVT (kg/ano)	PTS (kg/ano)
FF1- Gerador 2 (Geval) - Caldeira 3	Gás natural	Funcionamento cíclico não contínuo	0,31	<0,01	-		6000	1 860,00	Pouco significativo	-
FF2 - Gerador 1 - Instman - Field (caldeira 1) + LOOS (caldeira 2)	Gerador de vapor para processo produtivo	Funcionamento cíclico descontinuo	0,37	<0,01	-		6000	2 220,00	Pouco significativo	-
FF3 - Caldeira da ETAR (biogás)	Biogás	descontínuo	0,027	0,067	-		1200	32,40	80,4	
FF12 - Exaustão de caldeira das caldas - nova linha	Gás natural	Funcionamento descontinuo	-	0,04	0,026		900	-	36,0	23,4
FF13 - Exaustão da caldeira de ebulição - nova linha	Gás natural	Funcionamento descontinuo	-	0,0096	0,0074		1200	-	11,5	8,9
FF14 - Exaustão da caldeira de empastagem - nova linha	Gás natural	Funcionamento descontinuo	-	0,035	0,002		1200	-	42,0	2,4
FF15 - Exaustão do Whirlpool - nova linha	Gás natural	Funcionamento descontinuo	-	<0,001	0,014		1200	-	Pouco significativo	16,8
FF16 - Exaustão da cuba de filtro - nova linha	Gás natural	Funcionamento descontinuo	-	0,027	0,007		1200	-	32,4	8,4
FF18 - Tubo de respiro do tanque tampão	Gás natural	Funcionamento descontinuo	-	0,0024	0,002		1200	-	2,9	2,4
FF19 - Filtro de poeiras associado à zona de descarga de cereal	-	Funcionamento descontinuo	-	<0,03	<0,03		300	-	Pouco significativo	Pouco significativo
							TOTAL	4 112,40	205,20	62,28

(*) conforme medições realizadas em dezembro de 2017 (Sondar.i laboratório de efluentes gasosos)

“29. Proceder à apreciação, para a situação anterior ao projeto, relativa ao peso das emissões geradas pela indústria (fontes fixas, móveis e difusas) nas concentrações dos poluentes relevantes junto aos recetores sensíveis mais próximos.”

Resposta

Na região em que se localiza o projeto, são provenientes os ventos do quadrante NW, transportando os poluentes gerados na instalação em análise para a via rodoviária que delimita o local a sul/sudeste e para a localidade de Portela das Padeiras, ver figura seguinte.

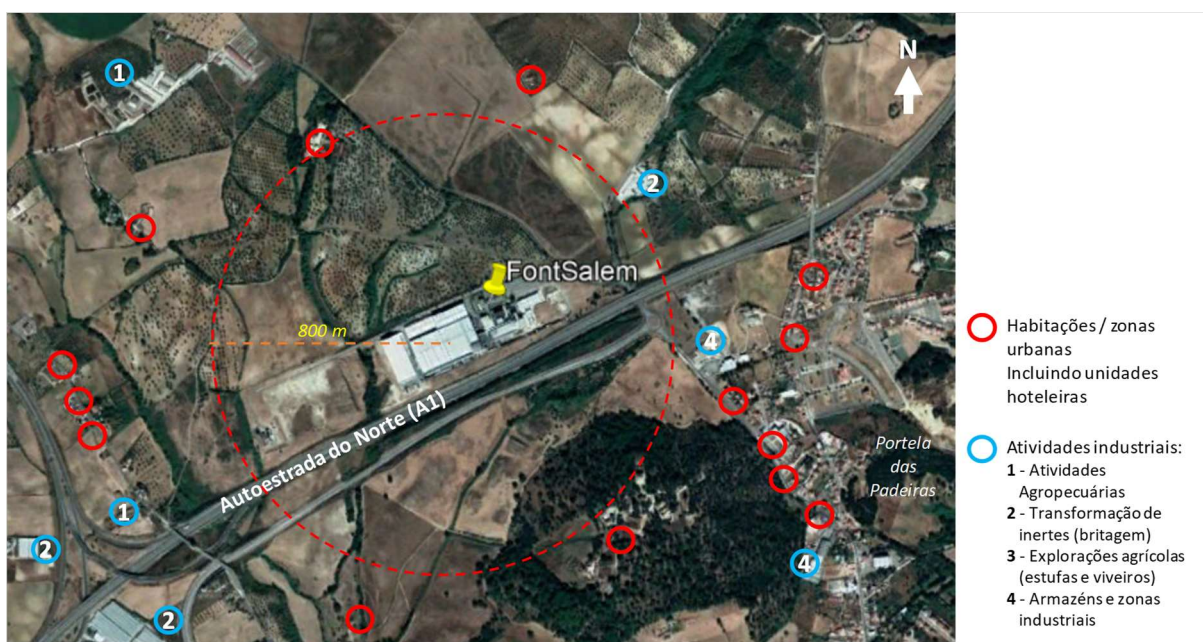


Figura 26. Identificação das áreas urbanas e atividades humanas existentes na envolvente do projeto

O transporte dos poluentes para os recetores sensíveis localizados a SE é minimizado pela orografia do terreno e pela presença de um espaço agrícola e áreas arborizadas entre as instalações da FSP e os principais recetores sensíveis.

Em situações de acalmia (ausência de ventos) ou durante um episódio de inversão, quando uma camada de ar frio é retida perto do solo por uma camada de ar mais quente que se encontra a uma cota superior, o ar não pode subir, fazendo aumentar as concentrações de poluentes junto ao solo. Nestas situações os poluentes emitidos pelas instalações da FSP afetam os recetores sensíveis mais próximos da instalação da FSP.

Neste caso os impactes são minimizados pela reduzida quantidade de recetores sensíveis presentes nas imediações da instalação da FSP. Tal como nas restantes situações, os impactes gerados são potenciados pela presença das vias rodoviárias existentes na envolvente próxima, cujo tráfego rodoviário é bastante expressivo e consequentemente a emissão de poluentes também.

Atendendo às emissões atmosféricas geradas pela instalação da FSP, considera-se que os poluentes que carecem de maior atenção junto aos recetores sensíveis são os seguintes:

- **Partículas Totais em Suspensão (PTS)**, identificadas de forma simplificada como aquelas cujo diâmetro aerodinâmico é menor ou igual a 50 μm . No caso das partículas em suspensão, à produção deste poluente na instalação da FSP, acrescem as emissões geradas nas vias rodoviárias, em particular a autoestrada A1, IP6/A15 e estrada N3, bem como nas atividades económicas existentes (agrícola, transformadora e zona industrial localizada 1,5 km a sul da fábrica), prevendo-se que em condições de ocorrência de vento a concentração de partículas em suspensão junto aos recetores sensíveis localizados a SE, possa aumentar.

Para além dos problemas respiratórios causados por este tipo de poluentes (tais como doenças respiratórias e cardiovasculares) as partículas em suspensão constituem um veículo de transporte de outros poluentes atmosféricos que se fixam à sua superfície, de que são exemplo os hidrocarbonetos e metais pesados.

Acresce que, de acordo com a análise da qualidade do ar, nas estações de monitorização mais próximas (Chamusca e Lourinhã) são registados alguns episódios de ultrapassagem dos valores limite de concentração de partículas em suspensão (PM10).

No entanto, e atendendo às monitorizações das emissões atmosféricas geradas pela instalação da FSP, verifica-se que as emissões de partículas totais em suspensão são, de uma forma geral, inferiores aos valores limites estabelecidos (com exceção da fonte FF15, onde se registou uma concentração de 21,6 mg/Nm^3 ($\pm 1,4$), sendo o valor limite de 20).

- **Poluentes secundários (ozono O_3)**. Os poluentes secundários, de que é exemplo o ozono (O_3), resultam geralmente da transformação química na atmosfera de certos poluentes designados por primários, em particular os óxidos de azoto (NO_x) e os compostos orgânicos voláteis (COV),

por ação da radiação solar. Desta forma, a ocorrência de radiação solar forte, associada a temperaturas elevadas, contribui para a formação de poluentes fotoquímicos como o ozono.

Em resultado do funcionamento da instalação da FSP são produzidos poluentes primários (como os NOx e os COV) que dão origem à formação do ozono, poluentes de que são também emitidos em grande quantidade pelas vias de comunicação existentes na proximidade da instalação da FSP.

Nos dias de verão, caso se verifique a ocorrência de condições meteorológicas particulares (nomeadamente radiação solar forte, temperaturas elevadas, vento fraco e estabilidade atmosférica), propicia-se a formação do ozono, cujas concentrações serão mais elevadas na periferia das zonas onde são emitidos os poluentes precursores. Na proximidade da instalação da FSP, e das estradas, o monóxido de azoto emitido pelos veículos automóveis pode reagir com o ozono, reduzindo-se assim localmente as concentrações deste poluente.

Em síntese, a emissão de poluentes na instalação da FSP, como NOx e COV, contribui para a formação de ozono troposférico, afetando os recetores sensíveis mais afastados da unidade industrial. Acresce que, de acordo com a monitorização das emissões atmosféricas geradas na fábrica, não foram detetados incumprimentos aos valores de emissão de NOx, sendo que no caso dos COVT se registou uma situação de incumprimento (fonte FF3, onde se registou uma concentração de 208 mg/Nm³ (±7), sendo o valor limite de 200 mg/Nm).

3.3.5 30 E 31 GESTÃO DE RESÍDUOS

“30. No que respeita à gestão de resíduos verifica-se que no EIA constam diversas fotografias que demonstram más práticas de gestão de resíduos, atentos ao disposto nos princípios do RGRR assim como da legislação específica (para certos fluxos, como os Resíduos de Construção e de Demolição - RCD). Independentemente das projeções efetuadas para a ampliação do projeto, em curso, são indicados no EIA os impactes relacionados com as más práticas adotadas, as quais são devidas “à desorganização e gestão espacial pouco cuidada” e que parece ser, em parte, resultante da execução do projeto de ampliação da laje do pavimento. Esta justificação, por si só, não poderá ser aceite, pelo que deverão:

- *Explicar as medidas previstas, a todo o momento, para garantir a conformidade da gestão de resíduos com o Regulamento Geral de Gestão de Resíduos (RGGR). Esclarece-se, no entanto, que as medidas de minimização previstas no EIA configuram obrigações legais e não verdadeiras medidas de minimização.”*

RESPOSTA:

Importa referir que a FSP possui medidas previstas, a todo o momento, para garantir a conformidade da gestão de resíduos com o Regulamento Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) quer atualmente quer em todas as que constituem o projeto em apreço.

De facto, a FSP monitoriza diferentes fatores ambientais decorrentes do seu processo produtivo, sendo a ocorrência de resíduos um desses fatores. Este registo é sintetizado no Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) enviado anualmente à Agência Portuguesa de Ambiente. Neste registo para além da identificação da tipologia dos resíduos produzidos e da sua quantificação é também identificada a operação de valorização ou eliminação e o transportador dos resíduos para destino final.

A instalação tem 5 parques de armazenamento temporário de resíduos, com as características descritas na seguinte tabela, sendo posteriormente encaminhados para um parque final de armazenamento temporário de resíduos, o qual está construído de forma a evitar a possibilidade de qualquer derrame, fuga, incêndio ou explosão. Para o efeito, os resíduos gerados encontram-se devidamente separados e identificados (por código LER) em recipientes ou contentores apropriados para o efeito e sobre superfície impermeável (ver tabela seguinte).

O período de armazenamento de qualquer destes resíduos é inferior a um ano. Neste armazenamento temporário são verificadas periodicamente: a resistência, estado de conservação e capacidade de contenção das embalagens.

Tabela 25 - Características dos Parques de Resíduos da instalação

Código	Área Total (m²)	Área coberta (m²)	Área impermeável (m²)	Vedado	Sistema de drenagem	Bacia de retenção	Tipologia de Resíduos Armazenados	Localização
PA1	445	--	445	N	S	N	LER 15 01 01: embalagens de papel e cartão. LER 15 01 02: Embalagens de plástico. LER 15 01 14: Embalagens metálicas.	Exterior do edifício destinado ao fabrico e adegas

Código	Área Total (m²)	Área coberta (m²)	Área impermeável (m²)	Vedado	Sistema de drenagem	Bacia de retenção	Tipologia de Resíduos Armazenados	Localização
PA2		331		N	S	N	LER 15 01 07: Embalagens de vidro, LER 20 03 01: RIB's LER 02 03 04: Matérias impróprias para consumo ou processamento LER 02 07 04: materiais impróprios para consumo LER 08 03 17: Resíduos de tonner LER 14 06 03: Resíduos solventes - LER 15 01 10: Embalagens contaminadas LER 15 01 11: Embalagens de metal sob pressão LER 15 02 02: Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas LER 16 05 06: Produtos químicos de laboratório LER 20 01 21 Lâmpadas fluorescentes LER 20 01 36: equip. elétricos e eletrónicos LER 20 01 40: Metal	Interior do pavilhão destinado ao enchimento da cerveja
PA3	19,5	-----	12,5	N	S	N	LER 02 07 05: Lamas ETARI LER 02 07 99: Outros resíduos não especificados	ETAR
PA4	6,5	-----	13	N	N	N	LER 15 01 03 – Embalagens de Madeira	Junto ao PA1
PA5	6,5	-----	10	N	S	N	LER 02 07 01: resíduos da lavagem, limpeza e	Exterior do edifício Junto à Brassagem

A FSP possui ainda, ao nível geral da atividade, um “procedimento de gestão de resíduos”, que tem como objetivo definir todas as atividades a realizar a partir do momento que se gera um resíduo até ao momento em que deixa de ter qualquer responsabilidade legal sobre ele. Essas atividades incluem aspetos de manuseamento, armazenamento e transporte e aspetos de documentação, registo, comunicação e contabilidade (ver **Anexo X - Procedimento Resíduos**).

Adicionalmente a FSP possui um conjunto de MTD's, com base no documento de referência no âmbito do PCIP para aplicação sectorial, “*Reference Document on Best Available Techniques in Food, Drink and Milk Industry*, BREF, FDM, Comissão Europeia, agosto de 2006), com impactes na Gestão de Resíduos que de forma geral são elencadas em seguida.

MTD Gerais

Formação

- Formação inicial genérica a todas as novas contratações sobre “Noções Gerais de Ambiente”; bem como formação de reciclagem ou ações de sensibilização sobre as questões ambientais relacionadas com a empresa; e informação básica sobre regras internas de segurança alimentar, ambiente e segurança a todos os colaboradores externos ou visitas externas.
- Transmissão da informação sobre as regras básicas da empresa de segurança alimentar, ambiente e segurança aos prestadores de serviços, ou através da transmissão desta informação facultada na portaria, ou através do processo de homologação para determinados produtos que inclui a valorização dos aspetos ambientais, é garantida a criação de uma cadeia de responsabilidade entre fornecedores e prestadores de serviços e a empresa, minimizando a poluição e protegendo o ambiente como um todo.

Existência de sistemas de monitorização e revisão de consumos e emissões

- Existência de um sistema de monitorização e revisão dos consumos e níveis de emissões dos processos de produção e da instalação incluindo os seguintes parâmetros:
 - Produção de resíduos;

Processo de produção e gestão de Entradas e Saídas

- Inventário atualizado das entradas e saídas em todas as fases do processo, desde a receção de matérias-primas até à expedição do produto final, incluindo tratamentos de fim de linha.
- Utilização do planeamento da produção para minimização da produção de resíduos associados e a frequência de limpeza, de modo a controlar e minimizar consumos de matérias primas e subsidiárias, operações de manutenção preventiva, operações de limpeza, operações de troca de formato, produção de resíduos.
- Aquisição de bacias de retenção ou material de contenção para fugas e derrames sempre que necessário.

Gestão Ambiental:

- Implementação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA)
- Colaboração com entidades a Montante e a Jusante.

Existência de uma cadeia de responsabilidades ambientais com as entidades ligadas a montante e a jusante com as atividades da instalação, através da:

- Comunicação de informação na portaria aquando da entrada nas instalações da FSP.
- Transmissão de informação sobre as regras básicas de segurança alimentar, ambiental e segurança a prestadores de serviços.
- Homologação de fornecedores com base em aspetos ambientais, quando aplicável.

Outras MTD:

- Gestão de resíduos realizada por uma equipa dedicada e devidamente formada para o efeito, que faz a gestão diária de acordo com o planeamento de produção e com as necessidades gerais da fábrica.
- A recolha e acondicionamento dos principais resíduos produzidos são feitos em contentores superiores a 3 m³, diminuindo assim os gastos associados ao transporte.

No que concerne a fase de construção, importa referir que nos contratos de obra estabelecidos é exigido um “plano de gestão de resíduos” às empresas executantes. A título de exemplo apresenta-se o **(Anexo XI - Plano gestão resíduos de obra)**.

Acresce que dada a ocorrência pontual de “desorganização e gestão espacial pouco cuidada” e por forma a garantir o cumprimento das normas ambientais, por parte dos prestadores de serviço da FSP, foram atualizados os procedimentos de coordenação de atividades. Estes procedimentos são enviados aos prestadores de serviço da FSP, garantindo assim que, eles têm um conhecimento prévio das normas ambientais da FSP, as quais incluem a gestão de resíduos assim como os restantes vetores ambientais – água, ar e energia (ver **Anexo XII – Manual de prevenção e coordenação atividades**).

“31. Face à alteração física de um dos parques de resíduos, deverá ser apresentada uma planta que evidencie as modificações ocorridas, com as cores convencionais, e complementada com memória descritiva, elucidativa, das alterações.”

RESPOSTA

Devido à intervenção na área do edifício do fabrico, foi necessário alterar ligeiramente a área do parque dos resíduos, conforme as figuras Figura 27 e Figura 28. Em termos de áreas, a FSP aumentou a área do parque de resíduos de **388,99 m²** para uma área de **467,17 m²**.

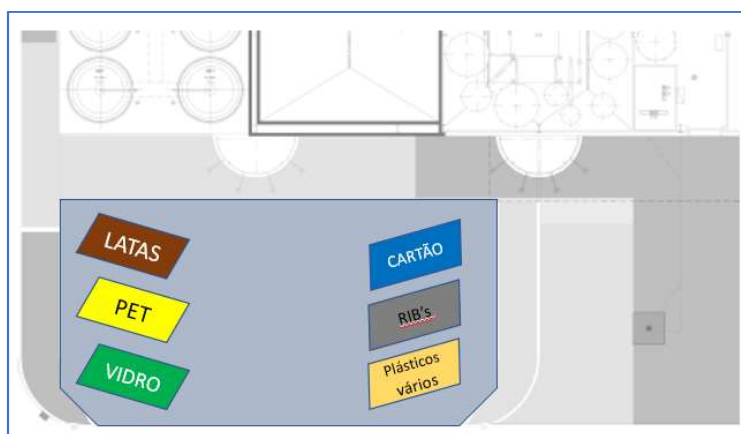


Figura 27 - Área do parque dos resíduos antes da intervenção.

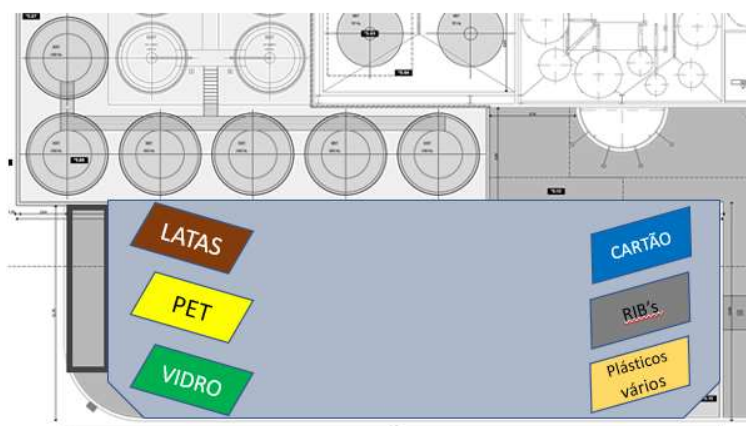


Figura 28 - Área do parque dos resíduos após a intervenção.

No Anexo XIII - Planta de parque de resíduos apresenta-se planta que evidencia as modificações ocorridas. .

3.3.6 32 E 33 SAÚDE HUMANA

“32 - Relativamente à Saúde Humana apenas é referido no fator socioeconomia, em Equipamentos de saúde, que “a capital do distrito de Santarém e as suas freguesias estão munidas de um Hospital distrital, um Centro de Saúde com 24 extensões e um Centro de Saúde Mental. No distrito existe ainda um Hospital Paroquial de Santo António de Couço, no Couço, em Tomar encontra-se o Centro Hospitalar do Médio Tejo e em Alcanena o Centro de Bem Estar Social de Alcanena. Existem ainda clínicas privadas de várias especialidades, o que não corresponde à realidade, pelo que este aspeto deverá ser corrigido.”

RESPOSTA

Há efetivamente mais unidades hospitalares públicas do que as que, por lapso, foram identificadas. Ocorre ainda um conjunto de unidades de saúde do sector privado. No primeiro caso, destacam-se as seguintes situações no distrito de Santarém:

- Hospital Paroquial de Santo António de Couço, no Couço;
- Centro Hospitalar do Médio Tejo, em Tomar;
- Centro de Bem Estar Social de Alcanena, em Alcanena;
- Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento.
- No concelho de Santarém, destacam-se as seguintes unidades públicas:
- Hospital Distrital de Santarém;

No concelho de Santarém, destacam-se as seguintes unidades privadas:

- Hospital Privado de Santarém – SCALMED, S.A.

Ao nível de clínicas médicas a oferta é grande no distrito e no concelho de Santarém, sendo possível fazer uma pesquisa exaustiva no site portal Nacional, por localização geográfica e área de atividade. A Figura 29 é um exemplo para a pesquisa de clínicas médicas no concelho de Santarém.



PORTALNACIONAL BETA

Google Pesquisa personalizada **Pesquisar**

Açores | Aveiro | Beja | Braga | Bragança | Castelo Branco | Coimbra | Évora | Faro | Guarda | Leiria | Lisboa | Madeira | Portalegre | Porto | Santarém | Setúbal | Viana do Castelo | Vila Real | Viséu

EMPRESAS EM SANTARÉM - SAÚDE - CLÍNICAS MÉDICAS

Voltar

Foram encontrados 73 resultados

Filtrar resultados

Distrito: Santarém Área de actividade: Saúde Texto livre:

Concelho: Santarém Categoria: Clínicas Médicas **Filtrar >**

Pág.: 1 2 3 4 5 6 7 8

Saúde / Clínicas Médicas
Gfs Serviços Médicos do Coração Lda.
Estr. de S Domingos N.º 13 5 Dto., Santarém
2005-324 SANTARÉM

Saúde / Clínicas Médicas
Hélia Castro, Unipessoal Lda.
Pct. Augusto Costa, N.º 12, 3.º Dto., Santarém
2000-212 SANTARÉM

Saúde / Clínicas Médicas
Hisautrab Higiene e Saúde no Trabalho Lda.
R Dr Antonio Jose de Almeida 7 2 D 7 2 D, Santarém
2005-138 SANTARÉM

Tente anunciar no Google

Saiba mais e obtenha o seu crédito de publicidade gratuito de 60 €* **Saber mais**

Fonte: <https://portalnacional.com.pt/santarem/santarem/empresas/saude/clinicas-medicas/4/>

Figura 29 - clínicas médicas no concelho de Santarém.

Ainda assim, regista-se, a título de exemplo, duas clínicas privadas do concelho de Santarém:

- A. S. Médica – Clínica de Especialidades Médicas, S.A.;
- Instituto Médico Scalabitano, Lda.

“33. O EIA é omissa sobre a Vigilância da Saúde Humana, pelo que deverá ser criado um capítulo dedicado a este fator ambiental.”

RESPOSTA:

Em anexo ao presente documento (**Anexo XIV – Saúde Humana**) apresenta-se a análise do fator ambiental “Saúde Humana”.

3.4 III. AVALIAÇÃO DOS POTENCIAIS IMPACTES DO PROJETO

3.4.1 34 AO 36 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

“34. Avaliar/apreciar a pretensão/projeto face às normas/diretrizes aplicáveis do PROTOVT”

RESPOSTA

Conforme referido no presente documento o PROT OVT cumprirá as seguintes funções principais:

- Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas;
- Promover a integração das políticas sectoriais e ambientais no ordenamento do território e a coordenação das intervenções; e
- Orientar a elaboração dos respetivos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) abrangidos.

Da análise da Planta de Riscos do PROT OVT (Figura 14) verifica-se a incidência da área de intervenção na classe associada ao risco de Perigosidade sísmica moderada. Nesse enquadramento, importa referir que as ações que incorporam este projeto espelham esse conhecimento. (ex. Projetar as infraestruturas de acordo com todas as normas de segurança, a fim de evitar que o colapso de uma rede de infraestruturas comprometa outra(s), em caso de sismo).

A Figura 15 e Figura 16 apresentam a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) evidenciando que o projeto está incluído em Áreas Ecológicas Complementares – paisagem notáveis. De referir que a ERPVA constitui uma estrutura que tem por suporte um conjunto de áreas territoriais e corredores que representam e incluem as áreas com maior valor natural ou com maior sensibilidade ecológica. Esta estrutura deverá permitir a manutenção da biodiversidade característica da Região e dos processos ecológicos fundamentais para a integridade dos seus ecossistemas sensíveis.

Importa referir que, a região em que se insere o projeto encontra-se muito alterada pela ação antrópica. Os principais aspetos a referir são a disseminação de pequenas povoações ao longo de vias de comunicação e o aproveitamento do solo com fins agrícolas e agro-pecuários.

Os habitats ocorrentes na envolvente da zona de intervenção e que são dignos de registo, pelas áreas que ocupam, são:

- Áreas florestais;
- Áreas agrícolas (inclui olival);
- Áreas rururbanas.

Na zona de intervenção o coberto arbóreo e os sub-cobertos são muito reduzidos, o que tem implicações na quantidade de seres vivos ocorrentes *in situ*. Uma parte significativa da zona de intervenção encontra-se já impermeabilizada, logo, desprovida de vegetação. Os habitats mais importantes para a fauna ocorrente serão as duas linhas de água, mas estas não serão diretamente intervencionadas. Pelas razões expostas, a afetação da comunidade faunística será muito reduzida, até pelo facto de a zona de intervenção se encontrar atualmente vedada e junto de uma auto-estrada, podendo ser considerada muito pouco apelativa para a generalidade dos seres vivos.

Nesse enquadramento considera-se que o projeto segue as diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas. Sendo certo que concretização das opções estratégicas de base territorial depende da interação destas com as políticas sectoriais – estratégias e recomendações sobre as intervenções em cada um dos principais sectores.

“35. Demonstrar adequadamente a conformidade da globalidade do projeto (préexistências + proposta de ampliação) com as disposições do Regulamento do PDM aplicáveis às classes/categorias de espaço e o restante articulado (onde se inclui o artigo 80º da Secção XII referente a Circulação e estacionamento automóvel).”

RESPOSTA

Este Ponto é respondido no ponto “2. Apresentar em quadro-síntese os parâmetros urbanísticos da situação existente e da situação proposta (área de construção e área de implantação – incluindo a área das carpas-, área de impermeabilização – incluindo das carpas e outros elementos -, n.º de pisos/altura das edificações/elementos, localização e n.º de lugares de estacionamento de ligeiros e pesados) e ponto 19. Caracterizar corretamente o ambiente afetado pelo projeto em termos de Ordenamento do Território com identificação e quantificação de todas as classes e categorias de espaço do PDM e respetivo articulado do seu Regulamento, incluindo o disposto no Quadro de Compatibilidades do Anexo II (cf. artigo 80º da Secção XII - Circulação e estacionamento automóvel, no caso de Indústrias e Armazéns), bem como face às condicionantes afetadas. Note-se que, segundo a Planta de Ordenamento – 4 (escala 1/25.000) o local abrange: - Espaços Industriais (artigo 61º); - Espaços Agroflorestais (artigos 66º e 67º); - Espaços Agroflorestais (integrados na RAN) (artigos 66º e 67º); - Espaços Canais (artigo 70º). Contudo, a cidade de Santarém é pormenorizada na Planta de Ordenamento - 9.1 - Cidade (escala 1/10.00) que classifica parte do terreno/parcela como: “Espaços Industriais” (artigo 61º) e “Espaços verdes urbanos de integração paisagística de infraestruturas” do presente documento.

No que diz respeito ao enquadramento e justificação do novo parque estacionamento para veículos pesados, bem como à forma como se considerou este aspecto no conjunto de alterações/ampliações levadas a cabo na FSP, nos últimos anos.

De forma a dar cumprimento ao mencionado no nº 2 do artº 81º do PDM de Santarém para a área de implantação total das instalações (44.074,44m²), deveríamos prever 471 lugares de estacionamento, dos quais 383 para ligeiros e 88 para pesados.

De forma a dar cumprimento ao mencionado no nº 2 do artº 81º do PDM de Santarém para a área de implantação total das instalações (44.074,44 m²), deveríamos prever 471 lugares de estacionamento, dos quais 383 para ligeiros e 88 para pesados.

Estes valores resultam de uma aplicação direta do PDM, que neste caso específico nos remetem para uma situação perfeitamente exagerada no resultado e que em nada se adequa às necessidades reais do funcionamento da FSP.

Considerando-se que atualmente existem no local cerca de 233 lugares para ligeiros, valor consideravelmente abaixo do exigido pelo PDM no que respeita ao **número de lugares para ligeiros e o nº de funcionários previstos após ampliação será de cerca de 218**, distribuídos pelos diferentes turnos da empresa, com cerca de 92 funcionários no horário com maior nº de trabalhadores em simultâneo, não se prevê a lotação completa do nº de estacionamentos e ficando um nº de lugares significativo disponível para visitantes e prestadores de serviços Desta forma não se prevê a necessidade e aumentar ao nº de estacionamento de Ligeiros e solicitando-se por isso a manutenção do nº atual de lugares de estacionamento de ligeiros.

No que respeita ao tráfego de pesados o valor exigido pelo PDM prende-se nos 88 lugares. Antes da ampliação existem no local 20 lugares e na ampliação está previsto a construção de um novo parque de pesados (Licenciamento do processo nº 01-2018/70) com capacidade para 49 camiões, perfazendo no total 69 lugares de estacionamento para Camiões. Como a empresa possui 9 cais e na ampliação vai incluir mais 12 cais, no total vai possuir uma capacidade para 90 camiões, valor suficiente para o fluido funcionamento do tráfego de cargas e descargas, considerando-se por isso que o PDM vai ser cumprimento.

Prevê-se que o tráfego máximo passe de 88 camiões por dia (antes projeto) para 168 camiões (após projeto). Com as ampliações previstas prevê-se uma diminuição no tempo de espera para carregamento de 2h40min para a 2h20min e a manutenção do tempo de descarga (1 a 2 horas), conforme informação apresentada de seguida.

Tabela 26 – Caracterização da operação de cargas e descargas de matéria-prima e produto final e regimes de funcionamento

Tipo veículos / operação de cargas e descargas	N.º de veículos pesados prima e produto final e regimes de funcionamento	Antes do projeto	Situação após projeto
Camiões de receção matéria-prima e material de embalagem	Nº Camiões/dia	8	8
	Tempo de espera para descarregar	1H a 2H	1H a 2H
	Horário de funcionamento para as cargas e descargas (de 2ªf a 6ªf)	8H - 24H	8H - 24H

Tipo veículos / operação de cargas e descargas	N.º de veículos pesados prima e produto final e regimes de funcionamento	Antes do projeto	Situação após projeto
Camiões para abastecer com produto final	Nº Camiões/dia	80	160
	Tempo de espera para carregar	2H40	2H20
	Horário de funcionamento para as cargas e descargas (de 2ªf a 6ªf)	8H - 24H	8H - 24H
Camiões de transporte de resíduos	Nº Camiões / semana	3 / semana	5 / semana
	Tempo de espera	NA	NA
	Horário de funcionamento (2ªf a 6ªf)	8H - 20H	8H - 20H

De salientar que a ampliação visa a otimização de processos, sistematização, automatização e aumento da capacidade produtiva tendo como elemento gerador novas linhas de engarrafamento robotizadas e com muito pouca intervenção da mão humana.

Destas linhas o produto acabado sai “paletizado” e pronto a ser acondicionado para carregamento e saída. É fácil compreender que este aumento de produção vai obrigar à criação de mais espaços de armazenagem de produto acabado. Daí a necessidade de introdução do sistema de cobertura amovível, extremamente leve e simples que permite proteger o produto acabado das condições meteorológicas e organizar de forma mais simples o próprio processo de carga para saída.

Nestas zonas de armazenagem o efetivo de pessoal será muito reduzido, oscilando entre 6 e 9 funcionários (9 na “época alta” e 6 no inverno).

Como se referiu o facto de aumentar a área de armazenagem não acarretou aumentos significativos no nº global de funcionários, apenas estes viram o seu trabalho muito mais objetivo e organizado permitindo uma rentabilidade até aqui comprometida.

O Plano Diretor Municipal de Santarém, tal como todos os restantes planos pelo país fora, estão elaborados numa lógica generalista que abranja o maior número de casos, no entanto, fruto de uma evolução tecnológica, de sistemas de trabalho, quiçá se deva questionar a justeza desta abordagem num caso em que há nitidamente um passo á frente.

A relação entre área construída e número de funcionários era baseada num simples cálculo aritmético, porém, com todo este tipo de evoluções, este novo cálculo passou a logarítmico. Esta relação depende de variáveis muito distintas e remete-nos para uma nova realidade.

Seria importante que fosse feita uma análise crítica desta situação de forma a incluir esta situação, como elemento de exceção ao abrigo do art. 87 do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor.

“36. Caso se verifique que, nos leitos dos cursos de água integrados na REN, existe(m) alguma(s) ação(ões) que careça(m) de regularização e/ou alguma(s) nova(s) ação(ões), deve ser efetuado o seu completo enquadramento no regime jurídico da REN em vigor – o Decreto-Lei n.º 166/2008, na sua redação do Decreto-Lei n.º 124/2019, e a Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, ou a Portaria que estiver em vigor à data – o que implica que se verifique, nomeadamente:

- i. se, com a(s) ação(ões), são colocadas em causa, cumulativa e especificamente, as funções dos leitos dos cursos de água, nos termos do anexo I do referido Decreto-Lei, por função (no caso da análise efetuada noutros fatores ambientais se aplicar à REN, deverão ser transcritos neste fator ambiental os aspetos relevantes / as respetivas conclusões);*
- ii. se, na tipologia de REN interferida, a(s) ação(ões) estará/ão/ia/iam sujeitas a comunicação prévia, considerando o disposto no n.º 7 do artigo 24.º daquele Decreto-Lei, ou se estariam isentas de comunicação prévia (ver anexo II);*
- iii. se, caso existam, são observadas as condições para a viabilização da(s) ação(ões), atendendo às disposições do Anexo I da Portaria n.º 419/2012;*
- v. se, na tipologia de REN interferida, terá(ia) de se obter parecer obrigatório e vinculativo da APA, nos termos do n.º 5 do artigo 22.º do regime jurídico da REN e do Anexo II da Portaria n.º 419/2012, atendendo à particularidade do projeto estar a ser sujeito a procedimento de AIA (ver n.º 3 do artigo 5.º daquela Portaria).”*

RESPOSTA

Do projeto em apreço não decorrem ações sobre a REN. No entanto, a FSP possui um ponto de descarga de águas pluviais num curso de água pelo que se manterão as ações viabilizadas anteriormente.

3.4.2 37 E 38 RECURSOS HÍDRICOS

“37. Reformular, se necessário, a avaliação dos impactes do projeto na qualidade da água superficial e subterrânea, tendo em conta os resultados da caracterização qualitativa da água do furo que abastece a instalação e a permeabilidade das formações litológicas subjacentes.”

RESPOSTA

Considerando os valores de caracterização mencionados nos pontos 23 e 24 do presente documento, considera-se que a avaliação anteriormente efetuada se mantém.

Relativamente à caracterização da qualidade da água das linhas de água a montante e a jusante da ETARI, após a receção dos novos dados analíticos, caso se justifique serão reformulados os impactes do projeto na qualidade da água à montante e jusante da ETARI, no entanto, tal não é expectável face ao histórico para o período 2013-2015.

É de referir ainda que a ampliação da ETARI irá reforçar a capacidade de tratamento, como tal não é expectável alteração na avaliação deste impacte.

“38. Avaliar os impactes na qualidade das águas superficiais e subterrâneas resultantes de derrames de produtos nocivos, nomeadamente nas zonas de produção, zonas de armazenamento de matérias-primas e produto final e na ETARI.”

RESPOSTA

Durante a fase de exploração do novo projeto de ampliação da empresa FSP, as matérias-primas a usar no processo industrial serão exatamente as mesmas que já são usadas atualmente. O facto de a FSP dispor atualmente de 5 (cinco) parques de resíduos, em que as respetivas áreas se encontram perfeitamente impermeabilizadas, bem como, a existência de bacias de retenção em locais e equipamentos em que existam riscos de derrames, estas medidas irão assegurar a minimização dos possíveis impactes a existir na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente no caso de derrames de produtos nocivos.

A ocorrência de derrames, ainda que acidentais, poderá ter impactes negativos ao nível dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais. No entanto, dado o facto de a FSP possuir meios adequados para minimizar a ocorrência destas situações, tais como bacias de retenção nas zonas consideradas “críticas”, estes serão sempre pouco significativos.

3.4.3 39 E 40 RUÍDO

“39. Apresentar fundamentação técnica da afirmação de que “não é expetável que as alterações em avaliação tenham impacto na fase de exploração”, quer em termos de ações e equipamentos com emissão de ruído para o exterior quer de emissões resultantes dos acréscimos de tráfego de pesados. Note-se que o EIA apresenta para a fase de exploração, medidas de minimização, ainda que de forma genérica, que referem que “os equipamentos fixos que se revelam fontes significativas de emissão, devem ser isolados acusticamente através do encapsulamento adequado ou outra solução considerada eficaz”. Estes equipamentos devem ser identificados, bem como as suas emissões e os acréscimos nos níveis sonoros que se fazem sentir junto dos recetores. De referir ainda que a realização de uma nova avaliação acústica após concretização das alterações do projeto não pode ser entendida como uma medida de minimização.”

RESPOSTA

Considerou-se ser expetável que as alterações em avaliação não tenham impacto na fase de exploração, tendo por base:

- A localização dos pontos sensíveis (P1 e P2) e os resultados da medição de ruído efetuada em dezembro de 2018, que revelaram que o funcionamento da instalação da FSP, cumpre os requisitos sonoros legais aplicáveis à emissão de ruído para a envolvente.
- Os níveis de potência sonora dos equipamentos novos instalados, conforme tabela que a seguir se apresenta.

A tabela seguinte apresenta os equipamentos a instalar com indicação empírica da sua classificação como ruidoso, dado que não existe informação técnica de todos os equipamentos

a instalar relativamente à potência sonora. São assim, apresentadas apenas, as potências sonoras das caldeiras de vapor, Compressores, Linha de enchimento L92, Linha enchimento L97.

Tabela 27 – Listagem dos principais equipamentos a instalar

Quan.	Equipamentos a instalar		Localização	Equipament o Ruidoso	Regime de emissão	Nível de potência sonora dB (A)
1	Tremonha de receção de açúcar		Xaroparia	Não		
1	Tanque de xarope quente	13.000 l		Não		
1	Tanque Água Quente	10.000 l		Não		
2	Tanques de Isoglucose			Não		
1	Tanque de Xarope simples	15.000 l		Não		
1	Tanque de Xarope simples	20.000 l		Não		
3	Tanques de Xarope final	15.000 l (cada)		Não		
3	Tanques de Xarope final	30.000 l (cada)		Não		
1	Estação de concentrados			Não		
1	Tanque de aço inox	1000 l		Não		
1	Jet mixer de agitação e dissolução			Não		
3	Silos malte	200000 kg (Cada)	Zona de Armazenamento de Matérias Primas	Não		
3	Silos adjuntos (arroz, griz ou cevada)	200000 kg		Não		
2	Caldeira caldas		Sala Cozimento	Não		
2	Caldeira ebulição			Não		
2	Caldeira empastagem			Não		
2	Tanque whirlpool			Não		
2	Cuba filtro			Não		
2	Tanque tampão			Não		
27	Tanques de fermentação	1.200 hl (cada)	Adega de Fermentação e Guarda	Não		
8	Tanques de fermentação	3200 hl (cada)		Não		
12	Tanques de Guarda	1600 hl (cada)		Não		
4	Tanques de Guarda	1500 hl (cada)		Não		
3	Tanques de Guarda	800 hl (cada)		Não		
2	Tanques de Guarda	800 hl (cada)		Não		
2	Sistema de filtração da Cerveja (linha)	350 hl (cada)	Filtração	Não		
6	Depósitos BBT	1800 (cada)	Adega de Cerveja Filtrada	Não		
6	Depósitos BBT	538 (cada)		Não		
6	Depósitos BBT	2400 (cada)		Não		
2	Depósitos BBT	775 (cada)		Não		
1	Linha enchimento L 91_ Barril/tanquetas		Enchimento	Não		
1	Linha enchimento L 92_ garrafas vidro			sim	Esporádico	85
1	Linha enchimento L 93_ latas			Não		
1	Linha enchimento L 94_ latas			Não		
1	Linha enchimento L95_ PET			Não		
1	Linha enchimento L96_ PET			Não		
1	Linha enchimento L97_ garrafas vidro			sim	Esporádico	85
--	Compressor de velocidade variável		Central de ar comprimido	sim	Esporádico	73
3	Secadores de refrigeração			sim	Esporádico	73
--	Torres de arrefecimento de capacidade de 150 kW			Não		
1	Caldeira _ gás natural 2000kg/h	20 ton	Sala das caldeiras	sim	Esporádico	80
2	Caldeiras _ Gás Natural	21 000 kg/h a 8 bar (cada)		sim	Esporádico	80
1	Depósito de condensados	10 000 litros	Etari	Não		
1	Desgaseificador	10 000 litros		não		
1	Tanque de recepção			Não		
1	Tanque de homogeneização e pré-acidificação			Não		
1	Tanque de emergência					
2	Reactor IC			Não		
2	Reactor Biológico			Não		

Quan.	Equipamentos a instalar	Localização	Equipament o Ruidoso	Regime de emissão	Nível de potência sonora dB (A)
1	Centrífuga		sim		
1	gasómetro		Não		
1	Caldeira biogás		Não		
1	espessador de lamas		Não		
1	Tanque de decantação secundário		Não		
--	Decantador secundário		Não		
3	depósitos de emergência		Não		
2	Filtros de areia	ETA	Não		
3	Filtros de osmose inversa		Não		
3	Filtros de carbono		Não		
3	Colunas de descarbonatação		Não		
2	Colunas de descalcificação		Não		
3	Unidades de ultrafiltração		Não		
2	Descalcificadores		Não		
1	Depósito de água filtrada		Não		
1	Depósito de água osmotizada		Não		
1	Depósito de água descalcificada		Não		
2	Separador de Hidrocarbonetos parque estacionamento	Parque estacionamento	Não		
--	Estação de Recuperação de CO2	outros	Não		
--	Sistema de água Glicada	outros	Não		

No que se refere ao impacto na fase de exploração resultante do acréscimo de tráfego de pesados, é de referir que a FSP estar localizada junto à Autoestrada A1 (Grande Infraestrutura de Transporte) com elevado fluxo de tráfego, como tal é expectável que o aumento de fluxo de tráfego de camiões distribuído no horário das 08 às 24 horas (num total de 16 horas) não seja significativo em termos de emissões geradas nas vias rodoviárias, face à proximidade da autoestrada. Complementarmente, considerando um total de 160 camiões num período total de 16 horas de laboração, estima-se um fluxo de aproximadamente de 10 camiões por hora.

Deverão também ser consideradas as medidas já indicadas no EIA, nomeadamente:

- Substituição por equipamentos mais eficientes e que asseguram o cumprimento dos requisitos legais em termos de riscos para a saúde e para o ambiente, nomeadamente, em termos de potência sonora.
- Para os equipamentos fixos que se revelam fontes significativas de emissão, devem ser isolados acusticamente através do encapsulamento adequado ou outra solução considerada eficaz;
- Deverá ser cumprido o plano de manutenção das máquinas, de modo a controlar o nível de ruído das mesmas;

- Sempre que haja uma alteração significativa do processo produtivo, que se traduza num aumento da emissão do ruído, deverá ser efetuada nova caracterização do ruído para o exterior.

Acresce ainda que, conforme referido no ponto 9.62. do EIA, está previsto realização de nova avaliação acústica, após implementação das alterações referidas no presente documento, para avaliação se a medidas anteriormente referidas são eficazes, dado que o nível de pressão sonora resultante do ruído produzido por muitas fontes sonoras distintas não pode ser calculado através da simples soma dos níveis de pressão sonora dos ruídos produzidos por cada uma das fontes.

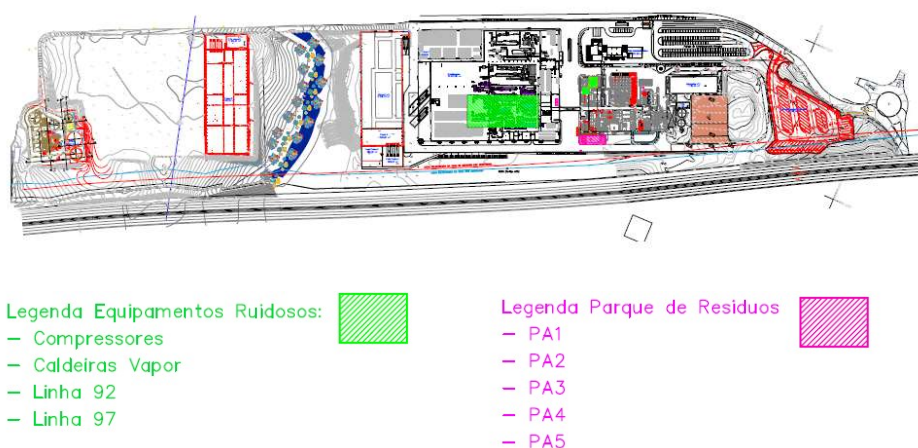


Figura 30 – Planta de equipamentos ruidosos

“40. Deverá ser clarificado qual a medida de minimização identificada como R.A.E.01 cuja eficácia foi avaliada. A “elevada eficácia” desta medida deve ser fundamentada em função dos impactes resultantes do projeto e dos que persistem após a sua concretização - impactes residuais. As medidas e as técnicas utilizadas deverão ser descritas.”

A medida R.A.E.01 do EIA avaliada como “elevada eficácia” corresponde a um conjunto de medidas indicadas de seguida:

- Na substituição dos equipamentos deve ser assegurado que são cumpridos os requisitos legais em termos de riscos para a saúde e para o ambiente, nomeadamente, em termos de potência sonora e em termos de medidas de proteção que assegurem o isolamento acústico através do encapsulamento adequado ou outra solução considerada eficaz.
- Deverá ser cumprido o plano de manutenção das máquinas, de modo a controlar o nível de ruído das mesmas.
- A realização da avaliação da contribuição de fontes individuais deste projeto, nomeadamente para o fluxo de tráfego, com o objetivo de identificar se esta fonte poderá ter impactos em fase de exploração.

Acresce ainda que, a realização de nova avaliação acústica, apesar de não ser uma medida mitigadora, tem como objectivo verificar se as medidas referidas são eficazes após implementação das alterações referidas no presente documento.

3.4.4 41,42 E 43 QUALIDADE DO AR

“41. Apresentar uma estimativa das emissões anuais dos poluentes atmosféricos emitidos, por fonte e total da instalação, após a implementação do presente projeto e o cálculo da variação em percentagem expectável na situação com projeto face à situação sem projeto.”

RESPOSTA

A estimativa das emissões anuais foi efetuada a partir das características dos novos equipamentos instalados e atendendo às estimativas realizadas, estima-se que, após a ampliação da instalação FSP sejam emitidos os poluentes identificados na tabela seguinte.

Tabela 28 - Estimativa da produção anual de poluentes, após a ampliação da fábrica

Fonte de emissão	Estimativa da produção anual de poluentes			Estimativa da produção anual de poluentes, após a ampliação da fábrica		
	NOx (kg/ano)	COVT (kg/ano)	PTS (kg/ano)	NOx (kg/ano)	COVT (kg/ano)	PTS (kg/ano)
FF1- Gerador 2 (Geval) - Caldeira 3	1 860,00	SS		1 860,00	<0,01	0,0
FF2 - Gerador 1 - Field (caldeira 1) + LOOS (caldeira 2)	2 220,00			Desativada		
FF3 - Caldeira da ETAR (biogás)	32,40	80,4		56,7	120,6	
FF12 - Exaustão de caldeira das caldas - nova linha		36,0	23,4	0	36,0	23,4
FF13 - Exaustão da caldeira de ebulição - nova linha		11,5	8,9	0	11,5	8,9
FF14 - Exaustão da caldeira de empastagem - nova linha		42,0	2,4	0	42,0	2,4
FF15 - Exaustão do Whirlpool - nova linha		<0,001	16,8	0	<0,001	16,8
FF16 - Exaustão da cuba de filtro - nova linha		32,4	8,4	0	32,4	8,4
FF18 - Tubo de respiro do tanque tampão		2,9	2,4	0	2,9	2,4
FF19 - Filtro de poeiras associado ao despoeiramento da zona de descarga de cereal		<0,03	<0,03	0	<0,03	<0,03
FF20 - Caldeira empastagem					29,4	2,3
FF21 - linha acética				0,0	20,6	2,1
FF22 - Nova Fonte				1767,0	<0,01	
FF23 - Nova fonte				1767,0	<0,01	
TOTAL	4 112,40	205,20	62,28	5 450,70	295,38	66,61
Acréscimo verificado				↑33%	↑44%	↑7%

Relativamente à emissão de Dióxido de Carbono (CO₂), a estimativa foi realizada a partir do consumo de energia, uma vez que não existem medições da emissão deste poluente em todos os locais de queima de gás natural.

Na seguinte apresenta-se o registo da energia consumida na empresa, durante o ano de 2017, e a estimativa do acréscimo energético gerado pela ampliação da capacidade de produção, bem como a produção de dióxido de carbono (CO₂) associado.

Para os consumos de energia foram determinadas as emissões de dióxido de carbono (CO₂) associadas. Relativamente ao gás natural consideraram-se os fatores de emissão definidos no Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho. No que se refere ao consumo de eletricidade, foi utilizado como fator de conversão a emissão média de CO₂ emitida na produção de energia elétrica no ano de 2017 pelo fornecedor EDP ⁽³⁾, atendendo à participação das diversas fontes

³ Rotulagem da Energia Elétrica da EDP SU 2017, EDP - Energias de Portugal S.A., 2018, <https://www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/>

de energia. Na estimativa da produção de CO₂ associado ao consumo de energia elétrica para os anos seguintes, isto é, com a ampliação da empresa, foi considerado o mesmo fator de conversão referente a 2017.

Tabela 29 - Consumos energéticos e dióxido de carbono emitido para a produção de energia

Fontes de Produção	Consumos energéticos em 2017		Com a ampliação (estimativa)	
	tep	CO ₂ (t)	tep	CO ₂ (t)
Eletricidade	4 522,2	4 397,9	6 783,3	6 596,8
Gás natural	3 014,8	8 090,8	4 522,2	12 136,2
Total		12 488,7		18 733,0
Variação				+33%
Nota: foram considerados os fatores de emissão definidos no Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho				

“42. Apresentar uma avaliação da variação do tráfego rodoviário (fontes móveis) gerado pela indústria na situação com projeto face à situação sem projeto.”

RESPOSTA

No que se refere ao tráfego rodoviário de **veículos pesados** gerado pela ampliação da empresa, prevê-se que o tráfego máximo passe de 88 camiões por dia (antes projeto) para 168 camiões (após projeto). Com as ampliações previstas estima-se uma diminuição no tempo de espera para carregamento de 2h40min para a 2h20min e a manutenção do tempo de descarga (1 a 2 horas). Desta forma prevê-se que ocorra um fluxo permanente de veículos pesados a entrar e sair da FSP, durante o período diurno.

Relativamente ao tráfego de **veículos ligeiros**, com a ampliação do projeto prevê-se que o número de funcionários após ampliação seja de cerca de 218, distribuídos pelos diferentes turnos da empresa. No período de maior presença de funcionários em simultâneo estarão na empresa cerca de 92 funcionários. Tal situação gera uma afluência de tráfego mais significativo no momento de troca do turno, em que, no máximo, poderá ocorrer a afluência de 92 veículo às instalações, enquanto um número idêntico de veículos abandona o local.

“43. Proceder à apreciação, para a situação futura com projeto face à situação anterior ao projeto, relativa ao peso das emissões geradas pela indústria (fontes fixas, móveis e difusas) nas concentrações dos poluentes relevantes junto aos recetores sensíveis.”

RESPOSTA

Com a alteração da capacidade de produção da instalação da FSP será incrementada a emissão de poluentes, na sua maior parte associados à queima de combustíveis fósseis, quer a nível da linha de produção quer associado ao transporte de matérias primas e produtos finais. Considera-se que, a médio e longo prazo, as emissões atmosféricas geradas pela atividade da FSP terão as seguintes consequências nos recetores sensíveis envolventes:

- **Aumento generalizado da concentração de poluentes** nos recetores sensíveis envolventes. Este aumento está associado ao aumento da produção, logo à geração de valor e melhoramento da economia. Uma vez que as fontes de emissão serão monitorizadas periodicamente (no âmbito do autocontrolo previsto pela atribuição do Título de Emissões para o Ar (TEAR), cf. definido no Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho), será possível identificar atempadamente potenciais situações de incumprimento e adotar medidas que garantam a sua correção. Face ao exposto, não se perspetiva que as concentrações de poluentes, junto aos recetores sensíveis, assumam valores com repercussões negativas sobre a saúde humana e sobre o equilíbrio dos ecossistemas naturais.
- **A concentração de poluentes nos recetores sensíveis mais próximo da fábrica**, associados a situações de ausência de dispersão de poluentes (p.e. ausência de ventos, temperaturas elevadas, inversão atmosférica, etc.) tende a aumentar, em função da maior emissão de poluentes gerados pela fábrica.

Estes impactes são agravados pela previsão de aumento de episódios de ondas de calor e secas (associados às alterações climáticas), perspetivando-se que ocorram episódios de falta de dispersão atmosférica com maior frequência e durante períodos de tempo mais prolongados. Esta situação agrava ainda a concentração de poluentes secundários, como o ozono.

Considera-se que os níveis de partículas em suspensão poderão aumentar nos recetores sensíveis mais próximos da FSP, e que o Ozono aumente nos recetores sensíveis mais afastados (com particular atenção para a localidade de Portela das Padeiras, e as instalações hoteleiras de

Quinta dos Anjos – localizada cerca de 850m a SE – e a Quinta da Cabrita – localizada cerca de 1km a NW).

No que se refere ao efeito cumulativo dos poluentes emitidos pela fábrica, com os gerados pelas atividades envolventes, considera-se que:

- Atendendo às políticas adotadas a nível nacional que apontam para o aumento da quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final de energia, bem como da quota de renováveis nos transportes (aumento da cota de veículos elétricos), considera-se que, a médio e longo prazo, os níveis de poluentes gerados pelas vias rodoviárias diminuirá ligeiramente, minimizando o efeito cumulativo da concentração de poluentes, em particular na proximidade das vias de comunicação.
- Pela mesma razão, as emissões de CO₂ associados ao consumo de energia elétrica na FSP tenderão a diminuir, com diminuição das consequências negativas associadas ao aumento da concentração de gases com efeito de estufa.
- No que se refere às partículas em suspensão, considera-se que a médio e longo prazo a concentração das mesmas junto aos recetores sensíveis mais próximos da FSP poderão aumentar, em particular devido ao aumento dos episódios de reduzida dispersão de poluentes, agravada pela emissão das partículas geradas pelas vias rodoviárias e pelas atividades envolventes à FSP.

3.4.5 44 E 45 SAÚDE HUMANA

“44. O EIA é totalmente omissa quanto à identificação e avaliação dos impactes na vertente saúde humana, ou seja, o risco para a saúde não foi avaliado nos descritores ambientais. Com esta vertente não se pretende verificar apenas se é cumprida a legislação para os diferentes fatores ambientais, mas sim se há impacte na população, devendo estes elementos em falta ser adicionados ao processo.”

RESPOSTA

Em anexo ao presente documento (**Anexo XIV – Saúde Humana**) apresenta-se a análise do descritor “Saúde Pública”.

“45. Relativamente aos fatores ambientais relevantes, deverão existir procedimentos que garantam que a água, o ar, o solo e o ruído não sofrem degradação devido à existência da ampliação proposta.”

RESPOSTA

Em anexo ao presente documento (**Anexo XIV – Saúde Humana**) apresenta-se a análise do descritor “Saúde humana”.

3.4.6 46.ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

“Aspetos Gerais:

A avaliação das AC como fator ambiental em sede de AIA abrange as vertentes de mitigação das AC e adaptação às AC. A vertente mitigação é dedicada à análise da contribuição do projeto para as AC a nível das emissões de GEE e a vertente adaptação é dedicada à análise de vulnerabilidades do próprio projeto às AC.

Há a salientar que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050) que explora a viabilidade de trajetórias que conduzem à neutralidade carbónica, identifica os principais vetores de descarbonização e estima o potencial de redução dos vários setores da economia nacional, como sejam a energia e indústria, a mobilidade e os transportes, a agricultura, florestas e outros usos de solo, e os resíduos e águas residuais.

É também de destacar, que foi aprovado o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), pela RCM n.º 130/2019 de 2 de agosto, que complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020, tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar medidas de adaptação. O P-3AC abrange diversas medidas integradas em oito linhas de ação, como o uso eficiente da água, prevenção das ondas de calor, proteção contra inundações, entre outras.”

Quanto à vertente mitigação das AC é de referir o seguinte:

“46. Uma vez que a avaliação dos impactes na vertente de mitigação das AC decorrentes de projetos sujeitos a AIA prende-se com a necessidade de calcular as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) que ocorrem direta ou indiretamente nas diversas fases do projeto e que as mesmas devem ser analisadas numa perspetiva de mitigação às AC; E que de uma forma completa, devem ser tidos em conta todos os fatores que concorrem para o balanço das emissões de GEE, quer na vertente emissora de carbono quer na vertente de sumidouro, se aplicável. Considera-se que o descritor AC na vertente mitigação se encontra adequadamente apresentado pelo promotor, uma vez que o estudo:

- a) Assinalou os impactes mais relevantes que se preveem ocorrer nas várias fases do projeto, nomeadamente, o aumento da emissão de GEE.*
- b) Apresentou o registo da energia consumida na empresa, durante o ano de 2017, e a estimativa do acréscimo energético gerado pela ampliação da capacidade de produção, bem como a produção de dióxido de carbono (CO₂) associado.*
- c) Apresentou as medidas de minimização de emissões relevantes para que seja assegurada uma trajetória sustentável em termos de emissões de GEE.*

Há a salientar algumas medidas de minimização propostas no estudo. Caso as medidas propostas sejam aplicadas de forma correta consideram-se as seguintes opções como positivas, nomeadamente:

- a) “Promover a gestão racional dos recursos energéticos, preferindo equipamento de elevada eficiência energética e adotando boas práticas de utilização da energia”;*
- b) “Avaliar a potencial utilização de fontes de energia renováveis, como a solar, de modo a diminuir a contribuição das energias fósseis no processo de fabrico”*

. Contudo há a apontar que:

- a) As emissões de GEE não devem ser analisadas englobadas no descritor “Qualidade do Ar (QA)”, mas integradas no descritor “Alterações Climáticas”;*

Em anexo ao presente documento (Anexo XV – Alterações Climáticas) apresenta-se a análise do fator ambiental “Alterações climáticas”, independente do descritor “Qualidade do Ar”.

b) A identificação e avaliação de impactes, como a emissão de GEE resultantes da queima de combustíveis fósseis nos veículos e equipamentos utilizados no transporte dos materiais para o local de instalação do projeto na fase de construção; o aumento da emissão de dióxido de carbono resultante do acréscimo dos consumos de energia associados à ampliação da capacidade de produção da fábrica na fase de exploração devem ser considerados no descritor AC e não no descritor QA. O mesmo se aplica às medidas de minimização que devem ser englobadas no descritor AC e não no descritor QA. Não obstante importa salientar que esta instalação é abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) pelo que está sujeita ao pagamento de um preço do carbono pelas emissões decorrentes do seu processo produtivo. Consequentemente a instalação está já sujeita a um regime que, naturalmente, tem em vista a mitigação de emissões.”

Em anexo ao presente documento (Anexo XV – Alterações Climáticas) apresenta-se a análise do factor ambiental “Alterações climáticas”, no qual se inclui, entre outros aspetos, a estimativa das emissões de gases associados à ampliação e exploração da unidade fabril.

RESPOSTA

Em anexo ao presente documento (**Anexo XV – Alterações Climáticas**) apresenta-se a análise do fator ambiental “Alterações climáticas”, no qual se inclui, entre outros aspetos, a estimativa das emissões de gases associados à ampliação e exploração da unidade fabril.

“Quanto à vertente adaptação às AC é de referir o seguinte:

No essencial, a vertente adaptação às AC incide na identificação das vulnerabilidades do projeto às AC, na fase de exploração, tendo em conta, em particular, os cenários climáticos disponíveis para Portugal e eventuais medidas de minimização.

O relatório menciona que “De uma forma geral, os diferentes estudos desenvolvidos no âmbito das alterações climáticas apontam para uma tendência do aquecimento do sistema climático,

bem como o aumento do nível do mar”. Uma vez que os aspetos importantes a considerar englobam a possibilidade de aumento da frequência e intensidade dos fenómenos extremos, o estudo deve abordar a avaliação destes fenómenos tendo em consideração não apenas os registos históricos, mas também o clima futuro para a identificação das vulnerabilidades do projeto (propõe-se o ano 2100 para projetos de vida útil muito grande e o ano 2050 para projetos de médio prazo). O estudo também deve identificar as medidas de minimização dos impactes climáticos previstos. Para o efeito, sugere-se a consulta da informação constante no Portal do Clima (www.portaldoclima.pt) mas também poderão ter em conta outros trabalhos disponíveis, designadamente as Estratégias e Planos Locais de Adaptação para o/os município/os/CIM (Comunidades Intermunicipais), onde o projeto esteja inserido ou que apresentem similaridades com o município em causa em matéria de vulnerabilidades climáticas. (<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=118&sub3ref=395>) A caracterização climática foi abordada superficialmente no capítulo “Análise da Qualidade do Ar na Região em que se localiza o Projeto”, mais concretamente no ponto “Dispersão de Poluentes”. Uma vez que as questões relacionadas com as alterações climáticas transcendem largamente as relacionadas com a qualidade do ar, considera-se necessária a apreciação em capítulo próprio. O estudo menciona que a unidade industrial é “atravessada por uma linha de água secundária” sendo “necessária uma atenção especial relativamente à indicação da cota máxima de cheia”. E também, que “junto à ETAR da empresa, ocorre uma linha de água que apresenta características semelhantes às da anterior”. Em função do regime de precipitação poderá verificar-se “um maior risco de cheias, dado que apresentam uma cota de terreno inferior, podendo verificar-se situações de caudais mais elevados nessas linhas de água, afluentes da margem esquerda da Ribeira das Fontainhas”. Deve o proponente indicar que medidas de adaptação serão implementadas se se verificar uma cheia nessa zona.

As medidas de minimização e a necessidade de eventuais planos de monitorização deverão ser reponderadas em função dos esclarecimentos e reavaliações que vierem a resultar do presente pedido de elementos.”

RESPOSTA

Em anexo ao presente documento (Anexo XV – Alterações Climáticas) apresenta-se a análise do fator ambiental “Alterações climáticas”, no qual se inclui, entre outros aspetos, a avaliação da

vulnerabilidade do projeto às alterações climáticas, bem como as medidas de adaptação propostas.

3.4.7 47,48,49,50, 51 PREVENÇÃO E CONTROLO INTEGRADOS DA POLUIÇÃO (PCIP)

“47. De entre os elementos submetidos na Plataforma LUA para instrução do processo de licenciamento ambiental (PL20190716001035) verifica-se que são apresentados vários documentos em língua castelhana. Para efeitos do previsto no Artigo 54.º do capítulo I do título I da parte III do código do Procedimento Administrativo (CPA) deverá o operador ser alertado para a necessidade da documentação do processo ser apresentada em língua portuguesa.

De entre outros, indicam-se os seguintes documentos que deverão ser substituídos:

- “INFORME INV. NUEVA LINEA VIDRIO L97 (2017.pdf)”*
- “INFORME INV.L93 A 60.000 L-H-SANTAREM (2017.04.06).pdf”*
- No Anexo 10 – sistema de Água glicolada - 8_Ampliação circuito Água Glicolada - “Anexo I.0 Esp. Tec.pdf”*

RESPOSTA:

As traduções dos documentos encontram-se **no anexo XVII- Documentos traduzidos**.

“48. No que se refere às atividades desenvolvidas na instalação, cumpre clarificar a abrangência de cada atividade na categoria 6.4bii das atividades previstas no anexo I do diploma REI, porquanto a abrangência da instalação pelo licenciamento ambiental (Capítulo II do diploma REI) é determinada tendo em conta o valor de capacidade instalada de produção de produto acabado da instalação.

A categoria 6.4bii inclui as atividades de tratamento e transformação de matérias-primas vegetais (com exceção de atividades exclusivamente de embalagem), anteriormente transformadas ou não, destinadas ao fabrico de produtos para a alimentação humana ou

animal e que possuam uma capacidade de produção de produto acabado superior a 300 toneladas por dia (não incluindo o peso das embalagens no peso final dos produtos).

Atendendo às alterações propostas no presente processo de licenciamento, teremos as seguintes capacidades instaladas de produção de produto acabado por atividade desenvolvida na instalação:

- Fabricação de cerveja (CAE 11050): 504 tonelada/dia*
- Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas (CAE 11072): 664 tonelada/dia*
- Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos (CAE 11030): 2,2 tonelada/dia*
- Produção de vinhos comuns e licorosos (CAE 11021): 0,5 tonelada/dia*

O que totaliza uma capacidade total de produção de produto acabado de 1170,7 tonelada/dia.

Solicita-se contudo uma clarificação respeitante à atividade com a CAE 11030 (na qual se inclui o fabrico de cidra), já que de acordo com os elementos do processo, é referido que “a cidra previamente preparada é rececionada na instalação e descarregada para um tanque, a partir do qual segue o processo normal de enchimento (...)”. Aparentemente, em relação ao fabrico de cidra, não se procede na instalação a qualquer operação de tratamento e/ou transformação, i.e., a cidra é rececionada no estado final, procedendo-se na instalação, unicamente, ao seu embalamento, donde esta atividade não seria incluída para o cômputo do valor de capacidade instalada de produção de produto acabado. Contudo, verifica-se que no fluxograma apresentado para esta atividade, é indicada uma passagem em túnel de pasteurização. Assim, solicita-se descrição do objetivo e operações efetuadas nesta etapa, por forma a avaliar se a mesma configurará um processo e/ou operação unitária abrangida pelo documento de referência setorial (BREF FDM)

RESPOSTA:

A passagem da cidra no túnel de pasteurização tem como objetivo garantir as condições de segurança alimentar do alimento.

A cidra é submetida a uma temperatura alta por forma a garantir que os microrganismos patogénicos possam ser eliminados. Cada produto tem o seu set-point de temperatura definido.

“49. No documento “1120-GER-E-010-E2 - Veolia Font-Salem – Memória Descritiva.pdf” do Anexo 10, é apresentada memória descritiva das alterações verificadas nas instalações das centrais de energia existentes da instalação. No referido documento é referido que na central de vapor serão instaladas duas novas caldeiras de 21.000 kg/h com economizador, referem ainda que serão instaladas duas chaminés para cada caldeira. Solicita-se que seja feita a correspondência/identificação entre estas chaminés e as que constam do quadro “Q26: Identificação dos pontos de emissão pontuais” do formulário do PL20190716001035. Deverá ainda ser clarificado o local no qual são efetuadas as monitorizações aos efluentes gasosos decorrentes do funcionamento dos equipamentos, i.e., se no próprio equipamento ou se na(s) chaminé(s) associada(s), e enviado desenho técnico das mesmas.”

RESPOSTA:

Clarifica-se que será instalada **apenas uma chaminé** para cada caldeira.

No quadro “Q26: Identificação dos pontos de emissão pontuais” do formulário do PL20190716001035, as chaminés para estas caldeiras são a FF22 e a FF23.

As monitorizações serão efetuadas nas chaminés.

Os desenhos técnicos das caldeiras estão no **anexo XVIII- Desenhos técnicos das Chaminés**.

“50. Atendendo a todas alterações descritas em que se procederá à substituição de máquinas e/ou equipamentos, solicita-se apresentação de relatório síntese com descrição dos equipamentos, máquinas ou estruturas de apoio de serão alvo de desativação e/ou desmantelamento, e indicação do destino dos materiais resultantes dessas operações.”

RESPOSTA:

O relatório Síntese com a identificados os equipamentos, máquinas ou estruturas de apoio que serão desativação e/ou desmantelamento, e indicação do destino dos materiais resultantes dessas operações encontram-se no **anexo XIX- Relatório Síntese equipamentos a desativar**.

51. Módulo PCIP – Relatório de Base: deverá ser remetido relatório de avaliação da necessidade de elaboração do Relatório de Base previsto no n.º 1 do artigo 42º do Diploma REI. A avaliação solicitada deverá ser efetuada de acordo com as orientações constantes na “Nota Interpretativa n.º 5/2014 – Relatório de Base”, de 17.07.2014, (disponível na página de internet da APA: www.apambiente.pt • Instrumentos • Licenciamento Ambiental • Notas interpretativas).

RESPOSTA:

A avaliação de necessidade do relatório base encontra-se no **anexo XX- Relatório de avaliação da necessidade de Relatório Base.**

3.4.8 52 NO ÂMBITO DO REGIME COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO (CELE):

52. Solicita-se que seja submetido o Diagrama de fluxos-fonte, mencionado na alínea b) da secção C5 do formulário TEGEE, com o nome referenciado “Diagrama dos fluxos-fonte FONT SALEM SANTAREM Revisão 3”, documento que é parte integrante do TEGEE;

RESPOSTA:

O diagrama de fluxos-fonte segue no **anexo XXI- TEGEE: Diagrama de Fluxo.**

53. Adicionalmente deve ser preenchido na secção K22. a) do formulário TEGEE, o campo referente à explicação do procedimento utilizado para avaliar os riscos inerentes e os riscos de controlo, em conformidade com o artigo 58.º do RMC que é de preenchimento obrigatório e que tem informação incompleta.

RESPOSTA:

A alteração da secção K.22 a) do formulário TEGEE, encontra-se no **anexo XXII- TEGEE: Formulário.**

3.5 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E PLANOS DE MONITORIZAÇÃO

“45. Relativamente aos fatores ambientais relevantes, deverão existir procedimentos que garantam que a água, o ar, o solo e o ruído não sofrem degradação devido à existência da ampliação proposta. “

RESPOSTA

A convicção de que a atividade gerada na FSP não afeta significativamente água, o ar, o solo e o ruído, ou seja, não sofrem degradação devido à existência da ampliação proposta e garantida pelo cumprimento legal, conjunto de procedimentos/ boas práticas que a FSP tem implementadas, pelas medidas de minimização e planos de monitorização propostos nos diferentes fatores ambientais.

“As medidas de minimização e a necessidade de eventuais planos de monitorização deverão ser reponderadas em função dos esclarecimentos e reavaliações que vierem a resultar do presente pedido de elementos”.

3.5.1 RECURSOS HÍDRICOS

Quanto às medidas de minimização, as mesmas encontram-se já preconizadas no respetivo EIA. No caso dos planos de monitorização não se verifica a necessidade de plano adicionais, considerando por um lado o controlo regular que a FSP já efectua quer ao nível dos recursos hídricos superficiais quer ao nível dos recursos hídricos subterrâneos. E tendo em conta também os resultados anteriormente apresentados no ponto «3.2.2 – 23 a 26 RECURSOS HÍDRICOS».

Dado que a água é uma das matéria-primas da FSP e ainda o facto de ser uma indústria alimentar, além do controlo analítico realizado mensal, trimestral e anualmente conforme disposto legalmente da água dos actuais 4 furos, a FSP possui também um acompanhamento regular e contratualizado de serviço de hidrogeologia que permite um seguimento do estado dos recursos hídricos subterrâneos.

No que diz respeito aos recursos hídricos superficiais e novamente além do que está descrito na licença de descarga da ETARI e do separador de hidrocarbonetos em termos de controlo, a FSP tem também um serviço externo contratualizado que faz a gestão de toda a ETARI. Esta gestão

implica um controlo diário de todas as fases de tratamento da ETARI o que permite verificar e confirmar o cumprimento dos valores definidos na respectiva licença de descarga. Esta gestão permite também uma actuação mais rápida e eficaz caso algum dos parâmetros analisados nas várias fases de tratamento se aproxime dos limites de desenho da própria instalação. O próprio desenho da instalação permite a descarga ou remoção das fases de tratamento para envio para cisterna ou hidrolimpador para tratamento exterior em caso de necessidade. Estas medidas vão acima de tudo evitar e prevenir a contaminação da linha de água secundária onde é feita a descarga da unidade ETARI.

Quanto à descarga do separador de hidrocarbonetos instalado para tratar as águas pluviais potencialmente contaminadas decorrentes do estacionamento das viaturas (ligeiras e pesadas), os resultados apresentados anteriormente permitem concluir que o impacto na linha de água onde é feita a descarga é bastante baixo. Em termos preventivos e além da limpeza anual que é efectuada e do controlo trimestral exigido legalmente, é feita uma verificação regular do equipamento e caso se verifique alguma situação anormal de funcionamento, este equipamento permite também a respectiva recolha através de sistema de hidrolimpador.

3.5.2 RUÍDO

Não estão previstas medidas de minimização para além das já referidas no EIA.

3.5.3 QUALIDADE DO AR

"Relativamente aos fatores ambientais relevantes, deverão existir procedimentos que garantam que a água, o ar, o solo e o ruído não sofrem degradação devido à existência da ampliação proposta."

A convicção de que a atividade gerada na FSP não afeta significativamente a qualidade do ar será garantida pela:

- Monitorização frequente das emissões atmosféricas, associada aos procedimentos de autocontrolo previstos na regulamentação aplicável, em particular associadas ao Título de emissão para o Ar (Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho), bem como na comunicação dos resultados às entidades competentes;

- Pela obrigatoriedade de assegurar o cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis e as condições de monitorização associadas, definidas na regulamentação e no título de emissão, bem como do cumprimento dos requisitos aplicáveis relativos à descarga de poluentes atmosféricos;
- Obrigatoriedade de comunicação às entidades competentes de situações de funcionamento deficiente ou de avaria do sistema de tratamento de efluentes gasosos, garantindo assim a adoção de medidas de proteção da população.

3.5.4 GESTÃO DE RESÍDUOS

- *Esclarece-se, no entanto, que as medidas de minimização previstas no EIA configuram obrigações legais e não verdadeiras medidas de minimização.”*

As medidas de minimização apresentadas no EIA tem como objetivo evitar e reduzir os riscos para a saúde humana e para o ambiente, garantindo que a produção, a recolha e transporte, o armazenamento preliminar e o tratamento de resíduos sejam realizados recorrendo a processos ou métodos que não sejam suscetíveis de gerar efeitos adversos sobre o ambiente, nomeadamente poluição da água, do ar, do solo, afetação da fauna ou da flora, ruído ou odores ou danos em quaisquer locais de interesse e na paisagem, ou seja assegurar o cumprimento legal.

Adicionalmente:

- Gestão de resíduos será realizada por uma equipa dedicada e devidamente formada para o efeito, que faz a gestão diária de acordo com o planeamento de produção e com as necessidades gerais da fábrica.
 - Existência de um sistema de monitorização e revisão dos consumos e níveis de emissões dos processos de produção e da instalação incluindo os seguintes parâmetros: ex. Produção de resíduos.
- Utilização do planeamento da produção para minimização da produção de resíduos associados e a frequência de limpeza, de modo a controlar e minimizar consumos de matérias primas e subsidiárias, operações de manutenção preventiva, operações de limpeza, operações de troca de formato, produção de resíduos.
- Implementação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA)



ANEXOS

- Anexo I. Licenças
- Anexo II. Planta de implantação licenciamentos
- Anexo III. Planta geral distâncias
- Anexo IV. Relatório Técnico
- Anexo V. Planta em shapefile
- Anexo VI. Extrato de cartas do PDM
- Anexo VII. Carpa 4 e Laje de Depósito de Vidros e Barris
- Anexo VIII. Construção do Armazém 5 e 6
- Anexo IX. Descarga de águas pluviais
- Anexo X. Procedimento Resíduos
- Anexo XI. Plano gestão resíduos de obra.
- Anexo XII. Manual de prevenção e coordenação atividades
- Anexo XIII. Planta de parque de resíduos
- Anexo XIV. Saúde Humana
- Anexo XV. Alterações Climáticas
- Anexo XVI. Ruído
- Anexo XVII. Documentos traduzidos
- Anexo XVIII. Desenhos Técnicos Chaminés
- Anexo XIX. Relatório Síntese equipamentos desativados
- Anexo XX. Necessidade de Relatório Base
- Anexo XXI. TEGEE- Diagrama de Fluxos
- Anexo XXII. TEGEE- Formulário
- Anexo XXIII. Recursos Hídricos